

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE LETRAS

ANDREIA ALEIXO DA SILVA

**DISCURSO POLÍTICO E PODER NO BRASIL DA ERA
NEOLIBERAL: ARGUMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO
ÉTHOS NO MANUSEIO DO PODER**

BELO HORIZONTE

2012



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

Dissertação intitulada *Discurso político e poder no Brasil da era neoliberal: argumentação e construção do ethos no manuseio do poder* defendida por ANDREIA ALEIXO DA SILVA em 19/06/2012 e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos Professores:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "gma Lara", is written above a horizontal line.

Dra. Glaucia Muniz Proença Lara - (UFMG)
Orientadora

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Cláudio", is written above a horizontal line.

Dr. Cláudio Humberto Lessa (co-orientador) - UFMG

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Wander", is written above a horizontal line.

Dr. Wander Emediato de Souza - UFMG

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "wila", is written above a horizontal line.

Dr. William Augusto Menezes - UFOP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS

ANDREIA ALEIXO DA SILVA

**DISCURSO POLÍTICO E PODER NO BRASIL DA ERA
NEOLIBERAL: ARGUMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO
ÉTHOS NO MANUSEIO DO PODER**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso
Linha de Pesquisa: Análise do Discurso (2B)

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gláucia Muniz Proença Lara
Co-Orientador: Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa

Belo Horizonte

2012

Dedico este trabalho à minha avó (*in memoriam*), com amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela saúde e pela graça de terminar esta empreitada.

À Professora Glaucia Muniz Proença Lara, que me acolheu e deu prosseguimento à minha orientação, pelos ensinamentos, pela paciência e, sem sombra de dúvidas, pela sua disponibilidade e dedicação.

Ao Professor Cláudio Humberto Lessa, por ter aceitado a tarefa de co-orientação deste trabalho, pelos ensinamentos, pela disponibilidade e dedicação.

À Professora Júnia Focas Diniz, pelo interesse em minhas pesquisas, pelos ensinamentos e, sobretudo, pelo incentivo, sem o qual eu não teria prosseguido em meus estudos após a graduação.

A meus familiares, pelo constante apoio.

Aos amigos Tatiane Resende, Reinaldo Valentim, Sirlene Pereira e Marcelo Assunção, que sempre me apoiaram e me incentivaram, ajudando naquilo que lhes era possível.

RESUMO

No presente trabalho realizamos um estudo da argumentação retórica e da construção do *éthos* nos pronunciamentos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, proferidos nos dois mandatos exercidos por cada um, de 1995 até 2010. No período considerado, examinamos um total de oito pronunciamentos: dois pronunciamentos de posse e dois pronunciamentos que denominamos de “balanço” de cada ex-presidente. Assim, considerando a retórica como a essência persuasiva da linguagem e o *éthos* como imagem de si que o orador constrói, adotamos um referencial teórico baseado em autores como Aristóteles e Perelman (retórica), Amossy e Charaudeau (*éthos*). Como nosso trabalho se insere no domínio da Análise do Discurso, em que a relação texto/contexto é fundamental e com vistas a facilitar o entendimento da relação entre o discurso político e o poder, fizemos o levantamento dos dados históricos que demonstram a evolução do poder nas sociedades, bem como discorremos sobre o contexto sócio-histórico do Brasil no período considerado.

Os resultados obtidos permitem observar que, no que tange à ideologia, tanto FHC quanto Lula apoiaram-se na bandeira social para legitimar suas ações, tema esse usualmente mais associado à esquerda. As principais diferenças entre eles residem, pois, no modo de governar e nas intenções de cada um ao ascender ao governo. Assim, no que tange às estratégias argumentativas, FHC procurou fundar seu discurso na eficiência, sustentando uma imagem de credibilidade e de êxito proveniente de administrações passadas. Nos momentos em que a realidade não era favorável à construção dessa imagem, ele procurou direcionar estrategicamente o foco para os possíveis avanços conquistados por seu governo e para os benefícios que este ainda propiciaria. Lula, por seu turno, procurou fundar seu discurso na mudança que conduziria o País a novos rumos. Para tanto, pautou sua argumentação no seu conhecimento prévio das carências do auditório universal (o povo), tendo por base suas origens. Procurou, desse modo, construir uma imagem paternal e solidária, sem, no entanto, abrir mão da imagem de ator político eficaz e carismático, portanto, apto à tarefa de dirigir o País.

O manuseio do poder, sobretudo na era da globalização, não permite que as correntes ideológicas desprezem conteúdos – que *a priori* – seriam facilmente identificados em uma corrente e não em outra (como é o caso das lutas sociais). Num primeiro momento, a correção da injustiça social é uma bandeira reconhecidamente dos partidos ditos de esquerda e não necessariamente dos partidos ditos de direita. O que foi possível verificar é que, atualmente, o cerne da argumentação política está no social, ou seja, independentemente de posições ideológicas dos partidos, de modo geral, eles levantam a mesma bandeira do combate às desigualdades, cada um a seu modo. Ao que tudo indica, na realidade do fazer político atual, quem não se ajustar a essas novas necessidades corre o risco de experimentar um longo exílio do poder.

ABSTRACT

In this study we conducted a study of argumentation and rhetoric of the construction of ethos in the pronouncements of former presidents Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inacio Lula da Silva, delivered in two seats held by each one, from 1995 until 2010. During the period, we examined a total of eight speeches: two pronouncements of possession and two pronouncements that we call "balance" of each ex-president. Therefore, considering the persuasive rhetoric as the essence of language and the ethos and image of itself that the speaker builds, we adopt a theoretical framework based on authors such as Aristotle and Perelman (rhetoric), and Amossy Charaudeau (ethos). As our work fits in the field of discourse analysis, in which the relationship text / context is essential and to facilitate the understanding of the relationship between political discourse and power, did a survey of the historical data that show the evolution of power in companies as well as discourse about the socio-historical context of Brazil in the period considered.

The results obtained allow us to observe that, with respect to ideology, both Cardoso and Lula have supported the social banner to legitimize their actions, this topic usually more associated with the left. The main differences between them lie, because in order to govern and intentions of every person to ascend to the government. Therefore, in regard to the argumentative strategies, Cardoso sought to found his speech on efficiency, maintaining an image of credibility and success from past administrations. In those moments when the reality was not favorable to the construction of that image, he sought to strategically direct the focus to the advances made possible by your government and the benefits this would provide yet. Lula, in turn, sought to found his speech at the change that would lead the country in new directions. To do so, his argument was based on their prior knowledge of the needs of the universal audience (the people), based on their origins. Sought, thus building an image paternal and fraternal, without, however, give the image of effective political and charismatic actor, therefore, suitable to the task of running the country.

The handling of power, especially in the era of globalization, does not allow ideological currents despise content - a priori - could easily be identified on a chain and not the other (as is the case of social struggles). At first, the correction of social injustice is a recognized flag of the said parties of the left and not necessarily of the said parties of the right. What we observed is that, currently, the crux of the argument is in social policy, ie, regardless of ideological positions of parties in general, they raise the same banner of combating inequalities, each in its own way. Apparently, the current political reality of doing, who do not adjust to these new requirements is likely to experience a long exile from power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPITULO 1	
CONTEXTO, DISCURSO E POLÍTICA: ALGUMAS REFLEXÕES.....	15
1.1 O Brasil da era neoliberal.....	15
1.2 A direita e a esquerda.....	18
1.3 O discurso.....	22
1.4 O discurso político.....	25
1.5 O contrato de comunicação do discurso político.....	30
CAPITULO 2	
ARGUMENTAÇÃO E POLÍTICA: CONCEITOS-CHAVES PARA UMA ANÁLISE DO DISCURSO.....	35
2.1 A retórica clássica.....	36
2.2 A retórica de Aristóteles.....	38
2.3 O <i>éthos</i>	41
2.4 A nova retórica.....	47
2.5 Os recursos linguísticos a serviço da argumentação.....	52
2.5.1 A semântica global e seus componentes.....	52
2.5.1.1 A dêixis enunciativa.....	53
2.5.1.2 O modo de enunciação.....	54
2.5.1.3 O estatuto do enunciador e do destinatário.....	55
2.5.1.4 O vocabulário.....	55
2.5.1.5 Os temas.....	56
2.5.2 A modalização.....	57
CAPITULO 3	
EXAMINANDO OS PRONUNCIAMENTOS.....	59
3.1 Questões metodológicas.....	59
3.2 Os pronunciamentos de FHC.....	61
3.2.1 Breve contexto do governo FHC.....	61
3.2.2 Pronunciamento de posse do 1º mandato (1º de janeiro de 1995).....	61
3.2.3 Pronunciamento na cerimônia de anúncio de cumprimentos de metas na área de Minas e Energia (29 de dezembro de 1998).....	69

3.2.4 Pronunciamento de posse do 2º mandato (1º de janeiro de 1999).....	72
3.2.5 Pronunciamento de balanço dos resultados da Rede de Proteção Social (04 de dezembro de 2002).....	76
3.2.6 Considerações acerca dos pronunciamentos de FHC.....	84
3.3 Os pronunciamentos de Lula.....	86
3.3.1 Breve contexto do governo Lula.....	86
3.3.2 Pronunciamento de posse do 1º mandato (1º de janeiro de 2003).....	87
3.3.3 Pronunciamento do presidente Luis Inácio Lula no Seminário para Investidores Estrangeiros no Brasil (29 de janeiro de 2004).....	91
3.3.4 Pronunciamento de posse do 2º mandato (01 de janeiro de 2007).....	95
3.3.5 Último pronunciamento do Presidente Lula (23 de dezembro de 2010).....	99
3.3.6 Considerações acerca dos pronunciamentos de Lula.....	101
3.4 Quadro Comparativo entre os pronunciamentos de FHC e Lula.....	103
CONCLUSÃO.....	104
REFEÊNCIAS.....	108
ANEXO I	
PRONUNCIAMENTOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.....	114
ANEXO II	
PRONUNCIAMENTOS DE LUIS INÁCIO LULA DA SILVA.....	139

INTRODUÇÃO

Compreender o que se diz num discurso só é possível através de uma análise que não somente se empenhe em observar a língua/linguagem enquanto entidade formal que constitui um sistema, mas que também reverbere questões sociais e históricas.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que o discurso político veicula juízos de valor não isentos de ambigüidade, forjando, com frequência, raciocínios retóricos. Com isso, o orador (ator político) pode manipular os destinatários, ou seja, buscar convencê-los ou persuadi-los de diversas formas (inclusive as irracionais e as de caráter ético duvidoso) na tentativa de construção de uma imagem positiva de si: a de um indivíduo credível, honesto e sério, desenvolvendo, assim, uma atmosfera psicológica favorável ao conteúdo de seus argumentos, à sua aceitação, enfim, no meio social em que se insere. A esse respeito, diz Charaudeau (2006, p. 47) que caracterizar o discurso político é “tentar definir uma forma de organização da linguagem em seu uso e em seus efeitos psicológicos e sociais, no interior de determinado campo de práticas”.

A ação política pressupõe relações de dominação entre aquele que faz política e aquele que é destinatário dessa política. Essa dominação, tendo como pano de fundo um Estado democrático, é fundamentada na linguagem, ou seja, a política acontece a partir de quem diz, do que diz, de como diz e a quem se dirige. De acordo com Charaudeau, (2006, p. 16), “linguagem e ação são dois componentes da troca social que têm uma autonomia própria e que, ao mesmo tempo, se encontram em uma relação de interdependência recíproca e não simétrica”.

É, pois, primordial para os indivíduos de uma dada sociedade apreender, de forma adequada, o sentido das falas proferidas pelos expoentes que conduzem as políticas voltadas para ela. Somente pela compreensão acertada do discurso do ator político, é possível avaliar se o bem-estar social que se espera alcançar por meio de suas condutas está sendo (per)seguido ou se a fala é contrária à ação. Como afirma Henry (1969, p. 24)¹: “o instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, [...] a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social”.

Nesse quadro, a presente dissertação objetiva apreender as habilidades retóricas dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, levando em conta as ideologias partidárias que representam, os mecanismos que favorecem (ou não) a obtenção do

¹ P. Henry reflete a respeito das Ciências Sociais, tendo como base o ponto de vista de Pêcheux.

resultado esperado por eles ao se dirigirem ao público, as peculiaridades de cada um na utilização dos elementos retóricos; enfim, como eles lidam com o poder argumentativo na abordagem, via discurso, da realidade política e social de seus governos e como constroem o seu *éthos* (ou melhor, seus *ethé*).

O discurso do ator político será, então, a soma de sua capacidade retórica, aliada à construção de um *éthos* compatível, tendo em vista um objetivo divulgado ou não. É no discurso que suas intenções podem vir camufladas, que situações contrárias podem ser tingidas com tintas de eficiência. Em outras palavras: é no discurso que a realidade social pode ser distorcida, e os fatos que são desfavoráveis ao governo, minimizados ou até transformados, com base num eficiente jogo de palavras.

Este é, de fato, o poder do argumento em ação. O discurso político, de modo geral, é o veículo condutor de pressupostos ideológicos e estratégias que permitem alcançar, manusear e manter o poder. Através de argumentos retóricos precisos, calculados, o agente político convence/persuade aqueles que necessitam ser comandados ou conduzidos, levando-os a legitimar as ações desse agente. No que tange a essa questão, diz o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso:

[...] a política é um jogo tático-estratégico, cujo fim último é a manutenção do poder; sua justificativa é a realização de grandes ideais [...] o meio essencial para lograr os grandes ideais é o controle do Estado; a tática básica a ser utilizada pelo grupo de poder é a divisão do adversário e a camuflagem das manobras realizadas. (CARDOSO, 1993, p. 258)

Afinal, o discurso, enquanto prática social, é o lugar em que se imbricam o linguístico e o ideológico. Analisar discursos políticos prevê, dessa forma, partir dos elementos linguísticos da superfície textual, apreendendo as estratégias argumentativas fomentadas por eles, para se tentar compreender as formações ideológicas a partir das quais os sujeitos enunciam.

Ora, o poder da retórica possibilita ao ator político persuadir qualquer auditório, até mesmo aquele que, do ponto de vista prático, não deveria referendar uma política que o subjuga ou prejudica, tornando, pois, a reação esperada diversa daquela que é assumida de fato. É com base numa argumentação eficiente e bem arquitetada que oradores conseguem levar os ouvintes à adesão, ao sentimento de submissão justificada.

Dessa forma, a retórica, tal como foi definida por Aristóteles (2005, p. 47): “capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com fim de persuadir”, sendo, portanto, “a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada”, e por

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 50), em sua nova retórica: argumentação que tem por objetivo provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento, norteará os processos de explicitação das estratégias discursivas mobilizadas pelos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, no comando do jogo político no cenário brasileiro, articulando-se às contribuições da Análise do Discurso (AD), aqui tomada em sentido amplo. Nessa perspectiva, seguimos a orientação de Amossy (2008, p. 231) para quem a argumentação é parte integrante do discurso, devendo, pois, a AD “buscar os meios de estudá-la no quadro de uma análise global dos funcionamentos discursivos”.

Elementos como os meios de persuasão – com ênfase no estudo do *éthos*² de cada presidente, a estrutura lógica do raciocínio retórico, a verificação do estilo³ na composição do discurso, a definição de auditório, as premissas argumentativas, dentre outros aspectos, serão verificados nos pronunciamentos de FHC e de Lula por meio do aparato teórico dessas duas vertentes (argumentação e AD).

Nesse quadro, a retórica permite o encontro de opiniões, a avaliação de aspectos contrários, a dedução, que pode levar ao consenso ou não. De suma importância, portanto, para o agente político, as estratégias retóricas auxiliam na condução de um dado argumento, tendo em vista que figuram como uma *práxis*, cujo instrumento é o argumento que leva à inferência de certas conclusões desejadas, com base em proposições de ampla aceitação.

É importante ressaltar que, de acordo com a visão de Aristóteles, há um estreito vínculo entre os conceitos de retórica, dialética e política. Em relação à dialética, o filósofo postula que um raciocínio é “dialético” quando parte de opiniões geralmente aceitas (*éndoxa*), ou seja, quando um auditório, pelo menos, as admite. Como assinala Berti (1998), para o filósofo, a retórica é uma espécie de ramo da dialética e também da análise dos caracteres⁴, ou seja, no caso da retórica e da dialética, uma é especular à outra, levando-se em conta sua similaridade estrutural, que abarca diversas características – tais como o mesmo modo de argumentação (elas se aplicam a situações e a conteúdos diversos), o método de exame através

² A imagem do ator político está naquilo que ele dá a ver e a entender no ato de linguagem. Está ligada, desse modo, ao exercício da palavra, ao papel a que corresponde seu discurso e não ao indivíduo “de carne e osso”, apreendido independentemente de sua atividade oratória.

³ Com base na visão dialógica da linguagem proposta por Bakhtin (2003), o estilo discursivo não é tratado somente sob o prisma individual, mas também a partir do viés da interação. Desse modo, a questão do estilo será abordada, objetivando-se a identificação desses “traços de interação” com outros discursos para a elaboração de um estilo discursivo próprio, já que o locutor organiza de forma peculiar, isto é, a seu modo, os discursos de outrem e os elementos linguísticos que se encontram à sua disposição, preservando, desse modo, seu caráter individual, mesmo que seja evidente o diálogo com os enunciados alheios.

⁴ A análise dos caracteres é definida por Aristóteles como sendo propriamente a política.

do procedimento de por à prova ou o modo de sustentação de uma tese – e que confere a ambas um *status* de capacidade de fazer discursos. Já no caso da retórica e da política, a primeira ganha a aparência da segunda, tendo em vista que a retórica contém, em parte, a análise dos argumentos referentes aos caracteres e às paixões, elementos de análise próprios da ciência política. Desse modo, os estreitos laços que interligam retórica, dialética e política propiciam uma identidade de conteúdos que corroboram a utilização da argumentação com vistas à persuasão do outro.

Assim, de acordo com as questões abordadas até aqui, objetivamos examinar os pronunciamentos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva à luz da retórica, caracterizando seu grande teor de persuasão e legitimação de ideologias políticas.

No que se refere aos recursos linguísticos-discursivos mobilizados pela retórica, buscaremos analisar aspectos tais como as escolhas lexicais, as modalizações, o modo de enunciação e de coesão do discurso etc⁵, que constituem “sinais” do jogo persuasivo, da busca para se alcançar credibilidade e das ideologias a que estão vinculados os oradores políticos.

Outra questão igualmente importante é a contextualização – as condições de produção, tão caras à AD –, que servirá de parâmetro para a apreensão das diferenças existentes entre as duas ideologias de governo, tendo por base a mesma matriz social, ou seja, a evolução do capitalismo neoliberal. A AD entende que o significado de um texto só pode ser completamente compreendido se, em sua análise, forem levados em consideração o contexto histórico e as relações sociais que envolvem os sujeitos produtores desse texto. O conceito de condição de produção é, desde Michel Pêcheux, condição *sine qua non* para a compreensão da circulação de um dado discurso em um dado momento histórico. Pêcheux, a partir de uma teoria materialista da discursividade, pontua que a representação dos indivíduos no discurso ocorre em determinados lugares e na estrutura de uma formação social. Esses lugares de onde se fala serão, pois, reguladores de sentidos. Como afirma Pêcheux (1997, p.53), “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”.

O contexto sócio-histórico-ideológico em que os discursos se inserem será, pois, levado em conta para que se possa verificar a posição dos sujeitos enunciadorees (o lugar de onde enunciam), sua identidade social e sua posição na (re)construção da realidade, bem como

⁵ Para estudar a mobilização desses recursos pelos dois ex-presidentes, buscaremos apoio na noção de *semântica global*, desenvolvida por Maingueneau (2005), destacando os “planos” que se mostrarem mais “salientes” nos discursos do *corpus*, tendo em vista a construção de dados efeitos de sentido. Assim, esses recursos serão determinados durante o próprio exercício de análise.

para que se possa definir a posição dos receptores do discurso, pelo menos no que diz respeito à função/atitude que é deles esperada.

Para a constituição do *corpus* desta pesquisa, foram coletados quatro pronunciamentos proferidos por cada ex-presidente (oito, portanto, no total): dois de posse (já que tanto FHC quanto Lula foram reeleitos) e dois de “balanço”, tomados aleatoriamente. Cabe esclarecer que usamos o termo “de balanço” para designar os proferimentos cujo objetivo é o de fazer uma avaliação de final de mandato ou de algum aspecto (programa, atividade) considerado relevante no contexto político da época. A escolha de tais pronunciamentos, em detrimento de outros, justifica-se pelos momentos especiais em que foram proferidos: início de mandato e momento de avaliação (balanço) de alguma atividade ou do governo como um todo, funcionando, assim, como uma espécie de abertura e de fechamento de um ciclo ou de um período.

Desse modo, neste trabalho, orientamo-nos pelos seguintes objetivos:

- identificar as proposições apresentadas pelo ator político no intuito de referendar o que foi feito, além de, nos casos de transição entre um mandato e outro, justificar as promessas eventualmente não cumpridas;
- examinar os argumentos que alicerçam a estratégia argumentativa no intuito de provocar no auditório uma sensação de eficiência em cada governo;
- verificar as razões que suscitaram a utilização de alguns mecanismos argumentativos (e não outros), em vista dos objetivos buscados pelos ex-presidente no intuito de se manter no poder.
- identificar o *éthos* ou os *ethé* utilizados na construção da imagem de cada ex-presidente e sua finalidade para a construção da argumentação;
- identificar a construção da imagem do auditório que o orador projeta, justificando, desse modo, suas estratégias argumentativas.

Tendo em vista os objetivos elencados acima, trechos de cada pronunciamento serão examinados separadamente e, depois, reunidos numa análise final que buscará proporcionar ao leitor uma síntese dos traços enunciativos e retóricos característicos de cada presidente.

O presente trabalho está estruturado da seguinte maneira:

- no capítulo I, faremos breves reflexões sobre o contexto político brasileiro no que se refere aos impactos da ideologia neoliberal nos governos da década de 90 e 2000. Abordaremos também a problemática da dicotomia direita/esquerda, além dos conceitos de discurso, discurso político e contrato de comunicação;

- no capítulo II, trataremos dos conceitos-chave para a análise dos discursos políticos, contemplando os conceitos de retórica, *éthos* e os recursos linguísticos abarcados pela semântica global de Maingueneau, além do conceito de modalização;
- no capítulo III, abordaremos as questões metodológicas e examinaremos o *corpus*, a fim de proceder à análise dos pronunciamentos dos ex-presidentes FHC e Lula.

CAPITULO 1

CONTEXTO, DISCURSO E POLÍTICA: ALGUMAS REFLEXÕES

Edificar um discurso compreende a observação de elementos que estão muito além do próprio discurso. Segundo Orlandi (2006, p. 16), “pensar o texto em seu funcionamento, é pensá-lo em relação às suas condições de produção, é ligá-lo a sua exterioridade”, ou seja, as palavras – por si só – não representam sentidos. A construção de sentido em um discurso depende de elementos extralingüísticos, depende de condições sociais e históricas em que se encontra o sujeito que produz tal discurso.

Portanto, dada a importância da relação texto/contexto no escopo da AD, iniciaremos este capítulo, apresentando a conjuntura (o contexto sócio-político-ideológico) em que os pronunciamentos dos ex-presidentes FHC e Lula foram produzidos, para, em seguida, discorrer sobre os conceitos de direita e esquerda, necessários à avaliação das posições ideológicas de cada ex-presidente. Logo após, serão verificados os conceitos de discurso e discurso político, além do contrato de comunicação do discurso político.

1.1 O Brasil da era neoliberal

O mundo contemporâneo revela uma conjuntura de grandes problemas, descortina um mundo neoliberal e globalizado que impõe, principalmente, a Países de terceiro mundo, emergentes ou simplesmente mais pobres, medidas voltadas totalmente para o interesse do capital, em detrimento de ações voltadas para o bem-estar social.

O neoliberalismo deve ser entendido, em suas grandes linhas, como um conjunto de ideias políticas e econômicas de um capitalismo que preconiza a não participação do Estado na economia, propiciando a total liberdade de comércio (livre mercado), sob a alegação de que esse princípio garantiria o crescimento econômico e o desenvolvimento das sociedades que – estagnadas economicamente e arcando com as custosas despesas dos Estados que investiam no setor social – necessitavam forjar uma nova saída no plano financeiro⁶.

⁶ O neoliberalismo surgiu na década de 1970, a partir da Escola Monetarista do economista Milton Friedman, como uma solução para a crise que atingiu a economia mundial em 1973, provocada pelo aumento excessivo no preço do petróleo. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/geografia/neoliberalismo.htm>. Acesso em 16/06/2011.

Como assinala Anderson (1995, p. 11), os neoliberais responsabilizavam o elevado custo da sustentação do Estado de bem-estar, baseado numa pesada carga tributária, como sendo o maior obstáculo à retomada do crescimento econômico e o principal fator de recessão internacional. No entanto, o que se vê por trás dessa proposta é o anseio do capital em subverter a ordem social, em benefício da ordem financeira, ou seja, em priorizar o investimento cada vez maior no próprio capital, em detrimento de investimentos sociais, o que foi tremendamente facilitado pelo trânsito mundial que a globalização proporciona. Nesse aspecto, a globalização permitiu a disseminação da “moléstia” neoliberal com uma velocidade e uma intensidade impossíveis de controlar.

Na década de 1990, com a realização do consenso de Washington⁷, o modelo neoliberal pôde apresentar sua receita para a crise no mundo: a abertura dos mercados, liberando os fluxos de capital internacional, que passariam, então, incólumes pelas fronteiras das nações, e a redução dos gastos estatais com a sociedade, atrofiando, dessa maneira, os investimentos em educação, saúde, saneamento básico, dentre outros. Outras medidas, com vistas a reduzir benefícios sociais, foram igualmente sugeridas.

As práticas neoliberais atingiram os Países da América Lática basicamente na década de 1980, difundindo-se largamente em Países como México, Argentina, Peru, Venezuela, além de, logicamente, o Brasil. Em nosso País, o neoliberalismo tem suas raízes no contexto de uma séria crise econômico-social originada décadas antes. Tal crise foi o resultado das táticas econômicas dos militares que, durante seu tempo no governo – no afã de financiar o crescimento econômico do País –, elevaram a dívida externa brasileira a patamares astronômicos.

No governo Sarney, o Brasil já experimentava as primeiras medidas neoliberais no intuito de remediar as altíssimas taxas de inflação, estas justificadas também por um elevado gasto estatal. Como afirma Diniz (2000), nesse período, foram tomadas as primeiras medidas no sentido de uma reforma do Estado, com enxugamento da máquina estatal, o corte de gastos públicos, além da extinção do famoso BNH⁸.

Já na década de 1990, o governo Collor procurou combater austeramente a inflação, que ainda girava em torno de meteóricos 80% ao mês, introduzindo medidas polêmicas,

⁷ Para o diplomata Paulo Nogueira Batista (1994), o Consenso de Washington originou-se de uma série de reuniões, seminários e encontros promovidos pelo governo dos Estados Unidos no ano de 1993. Neles, foi possível a elaboração de um plano de ajuste e estabilização das economias de alguns países considerados periféricos sob a maestria do FMI e do Banco Mundial, que impunham as melhores medidas a ser tomadas.

⁸ Desde sua criação na década de 1960, até sua extinção na década de 1980, o Banco Nacional de Habitação foi responsável por todo financiamento dos empreendimentos habitacionais da população. Em Bolaffi (1982), verifica-se a discussão sobre o que foi esse plano de habitação.

antipopulares e, assim como naquela época, consideradas ainda hoje de eficácia duvidosa, tais como o confisco dos depósitos bancários por dezoito meses, com saques tendo limites previamente estabelecidos; queda de barreiras alfandegárias; abertura do mercado para capital estrangeiro, dentre outras. Ao analisar o governo Collor, Diniz (2000) entende que ele pode ser caracterizado como um governo de ruptura com uma antiga ordem e de alinhamento definitivo com um modelo econômico centrado no mercado.

O Brasil de meados da década de 1990 era um País perfeitamente ajustado ao modelo neoliberal, que exercia sua supremacia na sociedade brasileira. Assim, no território brasileiro, a acumulação de riquezas – concentrada em larga medida nas mãos dos organismos financeiros (principalmente bancos) – ocorria de forma vigorosa e sem ser molestada (do mesmo modo que em outros Países pelo mundo), fortalecendo, dessa forma, cada vez mais a dinâmica de acumulação de capital internacional.

O País, a partir de 1995, com a Era Fernando Henrique Cardoso, mergulhou ainda mais intensamente nessa política neoliberal, o que possibilitou o aparecimento de fissuras até dentro do bloco dominante, com base na crescente insatisfação de grande parte da população – não somente os menos favorecidos – e proporcionou às lutas populares maior fôlego e vigor para as futuras disputas políticas de poder, tendo em vista o apoio de alguns segmentos da sociedade.

Em meio a políticas de privatização de estatais brasileiras a preços simbólicos, aumento do endividamento do País e sucateamento da educação, dentre outras medidas que chocaram a população, a classe intermediária, descontente com sua situação, e até alguns setores com forte representação econômica no País – caso dos industriais que vislumbraram seus interesses representados na figura do vice-presidente José Alencar – optaram por ares de mudança.

Após a instauração do modelo neoliberal globalizado, o País viveu, portanto, um momento particularmente interessante com a sucessão de um presidente dito de direita (após dois mandatos seguidos) por um presidente dito de esquerda, que também governaria por dois mandatos consecutivos, ambos inseridos no mesmo contexto social e econômico que dita as regras na condução das políticas estatais.

Em 2002, com o País já cansado dessa política neoliberal e buscando uma alternativa mais eficiente, ocorreu a eleição do primeiro presidente considerado “popular”, que chegou ao tão almejado poder depois de longos anos e algumas tentativas frustradas. A partir de sua imersão num contexto neoliberal e globalizado, o Brasil teve, portanto, a oportunidade de experimentar as diferentes ideologias dos partidos ditos de direita e de esquerda, o que

implicaria métodos distintos de governar para uma mesma nação, para um mesmo povo, que, com a eleição de Lula, optou pela mudança em busca de melhores resultados.

Assim sendo, fez-se necessária uma reflexão acerca dessas correntes ideológicas a fim de verificar qual seria a natureza de seus valores e se eles estariam sinalizados nos pronunciamentos de cada ex-presidente.

1.2 A direita e a esquerda

A dicotomia direita/esquerda formou suas raízes, grosso modo, no século XVIII, às vésperas da Revolução Francesa. Esses posicionamentos refletem uma metáfora, a partir da divisão de espaço na Assembléia Constituinte na França, que dispunha à direita os Girondinos e à esquerda os Jacobinos. Esses dois grupos, que se distinguiam pela composição social e pela filiação política, representavam, portanto, interesses distintos.

Os Girondinos (burgueses contrários à participação popular no aprofundamento da revolução) identificavam-se com a burguesia mercantil e lutavam pelo direito à propriedade privada e ao princípio de livre mercado. Os Jacobinos (pequenos burgueses que defendiam a ampliação dos direitos do povo), por seu turno, eram favoráveis ao estabelecimento de uma República e à limitação do poder real.⁹

Desse modo, naquele momento da história, a ala direita identificava-se com a aristocracia, com os tradicionalistas e com posições monárquicas. A ala esquerda, em contrapartida, alinhava-se com liberais, democratas, além de manter posicionamentos nacionalistas. A esquerda compreendia, portanto, a reação à direita. Ser de esquerda passou a ser sinônimo de mudança, de revolução no meio social. A direita, por seu turno, definia-se pela resistência a qualquer tipo de mudança. Ser de direita seria, então, pôr objeção a alterações sociais, contrapondo-se, desse modo, a qualquer argumento que impedisse a manutenção do *status quo*.

No entanto, a humanidade sempre esteve em constante caminhada rumo ao novo e, dessa forma, os processos de transformação sempre ocorreram. Apesar desse ciclo de mudanças, comum às sociedades, mantém-se a tensão entre os dois polos que, opostos,

⁹ Naquela época, sentava-se, ao centro, um grupo de burgueses que não se manifestava a favor de nenhum dos posicionamentos defendidos e votava sempre nas propostas que tinham maior chance de vencer.

medem forças com o objetivo de fazer valer suas ideias. Como argumenta Pickles (1986, *apud* SILVA, 1986 p. 413), essa tensão é formada por revolucionários e reacionários.¹⁰

Assim como as sociedades evoluem e se transformam, os conceitos de direita e esquerda também se transformaram através do tempo. No século XIX, tendo em vista uma conjuntura que comportava o movimento socialista e o capitalismo, as ideologias em torno de uma proposta de intervenção estatal – ou não – no plano econômico, fizeram emergir novas definições para as noções de direita e esquerda.

A partir daí, pode-se entender a direita como defensora das políticas capitalistas ditadas pela industrialização e a esquerda como o segmento que requer providências do poder estatal para impedir ou minimizar os terríveis efeitos das desigualdades sociais e econômicas¹¹. Nesse momento histórico, nasceu a tão conhecida bandeira de combate à desigualdade social muito veiculada atualmente, a princípio por partidos políticos de esquerda.

Atualmente, a definição de direita e esquerda tem sofrido severas críticas quanto à manutenção de seus significados/posições perante a sociedade. Tais dúvidas surgem devido aos posicionamentos dessas instâncias representativas.

Embora aponte uma série de matizes teóricas que assinalam o esvaziamento das noções de direita e de esquerda, Bobbio (1995) ainda acredita na pertinência da distinção entre esses dois conceitos. Cita, por exemplo, Francis Fukuyama, que trabalhou na década de 1980 com a tese de que o colapso do regime soviético anunciou o fim dos conflitos tradicionais entre ideologias originadas a partir do Iluminismo Europeu. Fatalista, Fukuyama afirma que a história chegou ao fim e que a vitória é do capitalismo democrático ocidental, sendo esse o legítimo modo de governo dos homens. Outro expoente da teoria de esvaziamento da noção de

¹⁰ W. Pickles (1986) contrapõe os dois polos dizendo que, no limite, à esquerda estaria uma força revolucionária, dotada de sede de mudanças e, à direita, uma força reacionária intransigente e ansiosa por um retorno completo ou parcial ao passado.

¹¹ Com relação à desigualdade econômica, faz-se necessária uma reflexão sobre o Estado do bem-estar social (*Welfare State*), também conhecido como Estado da Providência, que teve sua origem aproximadamente em 1929, com a grande depressão. Esse tipo de Estado organiza a política e a economia de modo que ele mesmo forneça bem-estar social, isto é, seja o agente regulamentador de toda vida e saúde social. Assim, todo indivíduo teria o direito, desde seu nascimento até sua morte, a um conjunto de bens e serviços que deveriam ter seu fornecimento garantido diretamente pelo/através do Estado. Esse “modelo” desenvolveu-se fundamentalmente na Europa, tendo origem no pensamento Keynesiano, oposto às ideias neoliberais que influenciaram sobremaneira as teorias clássicas, reformulando as políticas de livre mercado. O Estado de bem-estar social foi implementado em três fases: **experimentação** (que coincide com o alargamento do direito de voto e o aparecimento de segurança social; resultou na política central da Alemanha pré I Guerra Mundial e depois na própria República de Weimar.); **consolidação** (em que o Estado, não podendo ficar indiferente ao que se passava, deveria intervir através da criação de empregos, como se pode ver nas políticas adotadas pelo presidente americano Franklin Roosevelt, dentre outras iniciativas); **expansão** (em que o Estado de bem-estar social, no pós-II Guerra Mundial, expande-se, tendo em vista o êxito que alcançou na Suécia, sendo, conseqüentemente aplicado de uma forma generalizada). Porém, esse tipo de Estado deixa de ter condições econômicas para sustentar as medidas implantadas e retira, portanto, os vários direitos que os cidadãos tinham adquirido ao longo de várias décadas. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/textos/fioribemestarsocial.pdf>. Acesso em: 17/07/2011.

direita e esquerda é Jean-Paul Sartre, para quem essas noções nada mais são que “caixas vazias”, isto é, sem valor heurístico ou explicativo.

Ao citar, portanto, os teóricos que desautorizam essa dicotomia, Bobbio (1995, p.47) afirma que, para eles:

[...] as etiquetas tornaram-se meras ficções e, na realidade, diante da grandeza e novidade dos problemas que os movimentos políticos devem enfrentar, os *destros* (*destri*) e os *esquerdos* (*sinistri*) dizem, no fim das contas, as mesmas coisas, formulam, para uso e consumo de seus eleitores, mais ou menos os mesmos programas e propõem-se os mesmos fins imediatos.

No entanto, ao defender seu ponto de vista (afirmando a existência da distinção entre direita e esquerda), Bobbio (1995) salienta que tais noções sofreram, evidentemente, mutações ao longo do tempo, mas guardaram, ao menos, um aspecto essencial: a oposição em relação à questão da igualdade – característica maior da esquerda.

Giddens (1996), ao analisar essa questão, enfatiza que, apesar da díade existir, há algo muito além dela. Para o sociólogo britânico, a direita e a esquerda, hoje, não constituem mais os únicos polos opostos, ou seja, não representam mais o único embate de ideologias. No seu entender, o mundo atual apresenta novos esquemas ideológicos que se formaram a partir da polarização tradicional.

Corroborando essa tese, Fausto (2004, p. 03) também percebe a expansão de correntes ideológicas na sociedade. O historiador afirma que os componentes definidores da esquerda, por exemplo, não são a revolução, o partido de vanguarda dos trabalhadores, mas “temas como a luta contra o preconceito racial; pela igualdade entre homens e mulheres, na esfera doméstica e no mercado de trabalho; pelo reconhecimento de comportamentos tidos como desviantes, pela defesa do ambiente [...]” .

Partindo do princípio que ainda é possível considerar, como afirma Bobbio (1995, p. 82), “a política como espaço de antagonismos”, faz-se, então, necessário o entendimento do que seriam a “direita” e a “esquerda” nesse ambiente globalizado e neoliberal da atualidade.

Pickles (1996, *apud* SILVA, 1986, p. 413) fundamenta o antagonismo entre direita e esquerda, na atualidade, com base em algumas características que estruturariam, desse modo, cada conceito. No caso da direita, as características fundamentais seriam: a noção de que as autoridades estabelecidas permitem o controle de pessoas consideradas limitadas no que diz respeito ao entendimento; a de que somente as instituições evoluídas e consolidadas devem receber voto de confiança e, por fim, a de que o direito individual deve ser priorizado em detrimento dos direitos sociais. No caso da esquerda, os principais pontos seriam a crença na

educabilidade plena dos seres humanos; o voto de confiança na influência das instituições sobre a conduta humana e ainda a priorização dos direitos e necessidades sociais em detrimento dos individuais.

Com base nas observações de Pickles, pode-se definir a roupagem atual da direita e da esquerda. A direita, que por herança de sua pactuação com o capitalismo e seus mecanismos, também se alinhou com o neoliberalismo, reverbera, como no passado, uma ideologia que sustenta a lógica da liberdade econômica.¹² Essa lógica, por sua vez, privilegia ainda mais o fator econômico, distanciando-se, sobremaneira, da lógica social. Já a esquerda, que no passado preocupava-se em combater a mão pesada do capitalismo que achatava os direitos sociais, posiciona-se em defesa dos direitos humanos e em prol da resistência à lógica de mercado, visando à redução das desigualdades.

Sader (1995, p. 17) descreve, com propriedade, o que representa hoje esse embate de forças e quais são seus posicionamentos. Na sua opinião, “os que acreditam que o mercado supostamente livre define o destino de cada um são de direita. Os que acreditam, ao contrário, na justiça social e norteiam suas crenças, sua palavra e sua ação nesse sentido, são de esquerda.”

Estas seriam *a priori* as diferenciações ideológicas presentes nas noções de direita e esquerda nos dias atuais. Entretanto, fatores como a globalização e o neoliberalismo acrescentam outras nuances a essas noções, principalmente sob a ótica da política. No âmbito do fazer político é passível de verificação o fato de que o mecanismo neoliberal, grosso modo, – e aparentemente – parece impor-se¹³ até a governos de ideologia oposta, caso dos governantes de esquerda.

A ideologia opera na/pela linguagem e, no caso da instância política, o discurso é seu modo de transmissão mais eficiente. Em outras palavras: a ideologia, grosso modo, pode ser definida como a matriz de sentido de qualquer tipo de discurso.

A AD, ao definir discurso considera, portanto, que ele resulta de uma relação entre uma dimensão interna (linguística) e uma dimensão externa (contextual) que o determina. Essa dimensão externa constitui as condições de produção históricas do discurso, os lugares

¹² Na atualidade, pode ser entendida como **lógica de mercado**, que tenciona a obtenção do lucro financeiro, de preferência com custo social zero.

¹³ O tema da imposição é delicado, pois trabalha com a questão dos interesses e bases ideológicas de governantes de esquerda ou de direita. Fato é que, ao ascender ao poder, ao comando de uma nação, não se espera de um partido de esquerda que se alinhe a políticas neoliberais que, grosso modo, são contrárias à bandeira social que carregam. No entanto, faz-se necessário considerar que as práticas atuais levantam sérias críticas a governos de base esquerdista justamente por se adaptarem à lógica neoliberal. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/dezessete/marcel_freitas_17.htm. Acesso em: 17/072011.

ocupados pelos sujeitos, as dimensões institucionais, as formações ideológicas e as formações discursivas nas quais os sujeitos se inscrevem e às quais se submetem.

1.3. O discurso

A análise do discurso (de linha francesa), além de dialogar com o materialismo histórico de Marx, também incorpora noções propostas por Foucault no âmbito do discurso. Nesse sentido, Brandão (1994, p. 18) destaca que as duas vertentes que vão influenciar a AD são, do lado da ideologia, as ideias de Althusser e, do lado do discurso, os conceitos de Foucault. É sob a influência dos trabalhos desses dois teóricos que Pêcheux vai elaborar seus conceitos de formação ideológica (FI) e de formação discursiva (FD)¹⁴.

Assim, para Pêcheux (1997, p. 160), uma FD pode ser definida como “aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo Estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulando sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc)”. O autor afirma ainda que, no que tange às FDs, que o sentido de uma palavra, expressão ou proposição “não existe ‘em si mesmo’ [...], mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas [isto é, reproduzidas].” (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Já Foucault que, como dissemos, influenciou a AD, toma o discurso como um “conjunto de enunciados na medida em que eles decorram da mesma formação discursiva, [...] constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 1986, p. 135). Acrescenta a essa definição que “o discurso nada mais é que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (FOUCAULT, 2002, p. 49). No seu entender, portanto, o discurso possibilita a construção de uma verdade no mundo. Ampliando sua reflexão, Foucault (1986, p.136) destaca o caráter histórico do discurso, entendendo-o como um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”. Para Araújo (2000), Michel Foucault assume, portanto, que o discurso possui um suporte histórico, institucional e uma materialidade que ora permite, ora proíbe sua

¹⁴ Cabe aqui esclarecer que a expressão “formação discursiva”, da qual a AD se apropriará, submetendo-a um trabalho específico, já é utilizada por Foucault em *Arqueologia do saber*. Já Althusser vai ter uma influência mais direta, a partir do seu trabalho sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, na conceituação do termo “formação ideológica”.

realização. Não se trata, pois de uma questão cognitiva e pautada na verdade ou na falsidade de proposições, mas da produção histórica e concreta do saber.

Pêcheux (1997) – que se vale da concepção de formação discursiva proposta por Foucault, associando-a à noção de formação ideológica de inspiração althusseriana, como vimos – considera que o discurso não é fechado sobre si mesmo; ao contrário, ele busca sua identidade em outras formações discursivas ou, mais especificamente, no interdiscurso (um “espaço de troca” entre vários discursos – ou entre várias FDs). O discurso, nesse sentido, é resultado da interação com outros discursos, isto é, ele constrói sua identidade por meio das relações (harmônicas, polêmicas, etc) que mantém com os demais. Logo, as FDs que expressam, através da linguagem, as FIs que lhes são correspondentes, determinando, numa dada conjuntura, o que pode e deve ser dito, definem uma memória discursiva que aprofunda a relação entre a linguagem e os processos histórico-sociais, possibilitando que os enunciados sejam retomados, repetidos.

Maingueneau (2005), por sua vez, também baseando-se em Foucault, afirma que um discurso não é um sistema de ideias, nem uma totalidade estratificada, mas, sim, um sistema de regras que caracteriza a especificidade de uma enunciação. No seu entender, uma formação discursiva corresponderia a um sistema de restrições de boa formação semântica, ou seja, um sistema de categorias e regras semânticas que asseguram uma unidade. Além de existir a partir de outros discursos, um discurso se complementa através desse “conjunto de restrições de boa formação semântica” (MAINGUENEAU, 2005, p. 20).

Diante do que foi exposto, vemos que o discurso vai além de uma abordagem puramente linguística; ele é, antes, uma prática social. O discurso deve ser entendido como um produto cultural, resultado de crenças, valores e costumes, como afirma Fiorin (1988, p. 55-56), ao tratar dessa “veia” social dos discursos:

O discurso transmitido contém em si, como parte da visão do mundo que veicula, um sistema de valores, isto é, estereótipos dos comportamentos humanos que são valorizados positiva e negativamente. [...] Pode-se dizer que o discurso é ao mesmo tempo prática social cristalizada e modelador de uma visão de mundo.

Um discurso é, desse modo, mais do que um veículo de interação e transmissão de informações. Como afirma Pinto (2006, p. 91): “os discursos, na medida em que contêm significados incorporados por sujeitos, que os constroem ou são por eles subjetificados, provocam efeitos concretos, na forma das (sic) pessoas se relacionarem entre si, nas formas como a história toma os seus rumos.”

Outro ponto importante a ser salientado sobre os discursos é sua funcionalidade. Foucault (2002) afirma que os discursos funcionam conforme diretrizes preestabelecidas, ou seja, é preciso observar certas condições para sua produção. Para ele, é necessária uma “ritualização” das diversas formas discursivas, pois, para que possa proferir um discurso, o indivíduo deve estar investido das qualificações necessárias que lhe garantam produzir certo enunciado, utilizando-se de gestos e comportamentos adequados para determinadas circunstâncias, além de empregar um arcabouço linguístico adequado para a eficácia do discurso.

O discurso deve, de forma inequívoca, ser entendido como condutor de pensamentos, de conceitos, de ideias – de ideologia, enfim. Segundo Orlandi (2007, p. 53):

Ao dizer o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, do outro, pelo mundo, também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas.

De forma sintética, Maingueneau (2000) ao construir a noção de discurso, define suas características essenciais:

- é uma organização situada para além frase;
- é orientado;
- é uma forma de ação;
- é contextualizado;
- é assumido por um sujeito;
- é regido por normas;
- é considerado no bojo de um interdiscurso.

Com base em todo seu poder de interação, de transmissão de saber, de troca entre os interlocutores e, sobretudo, seu poder de persuasão, o discurso cede seus predicados a uma prática tão antiga quanto a própria vida humana – a política. Esta necessita, portanto, do discurso para argumentar e envolver o interlocutor, mobilizando um razoável poder de

raciocínio, além de eloquência e poder de sedução proveniente das palavras que sensibilizam e captam adesão.

No âmbito da AD, Patrick Charaudeau (2006) é um dos autores que têm se dedicado ao estudo do discurso político. Segundo este teórico, a produção desse discurso resulta de um movimento dialético entre a gestão das ideias, dos conceitos e da prática política, no jogo persuasivo.

Para Charaudeau, contemporaneamente, essa prática tem se constituído mais em função das imagens do que das ideias, das ideologias; razão pela qual é fundamental a abordagem da problemática do *éthos* e do jogo de imagens. Antes de abordar essas questões, no entanto, é preciso caracterizar o próprio discurso político nas suas especificidades.

1.4. O discurso político

Levando-se em consideração o fazer político, verifica-se que as manobras argumentativas exigem dos atores políticos cada vez mais destreza, diante de uma população que ocupa uma posição cada vez mais desconfiada. Evidentemente, a insatisfação deriva da assimetria entre discurso (o que se diz) e resultado (o que se faz).

Políticos organizam seus discursos com o intuito de legitimar suas ações e, também, de passar a melhor imagem possível de seu governo e de si próprios, o que não significa, necessariamente, que tal objetivo não se apóie em crenças e opiniões oriundas do senso comum, que ajudaram a criar um ambiente ideal, diferente do real. A esse respeito Charaudeau (2006, p. 101) explica que:

As condições de argumentação podem ser consideradas [...], em sua perspectiva persuasiva, isto é, não se trata tanto de desenvolver um raciocínio lógico com abordagem explicativa ou demonstrativa, que tende a elucidar ou a fazer existir a verdade [...]. O desafio aqui não é o da verdade, mas o da veracidade: não o que é verdade, mas o que eu creio ser verdadeiro e que você deve crer que é verdadeiro.

As habilidades retóricas, fundamentais para o êxito no jogo de aparências e interesses que existe por trás de cada argumentação política, ao serem lançadas no terreno social, florescem e têm o poder de convencer/persuadir aqueles a quem se destina. As premissas semeadas pelo orador serão, assim, partilhadas, reconhecidas e aceitas pelo auditório, possibilitando o consenso entre este e aquele (ainda que não possamos descartar *a priori* a possibilidade de que elas sejam também refutadas, o que inviabilizaria o consenso).

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 73), “tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo do auditório. Esse acordo tem por objetivo ora os conteúdos das premissas explícitas, ora as ligações particulares utilizadas.” Os autores destacam, pois, as pré-condições dos argumentos, isto é, as premissas argumentativas que pretendem nortear os raciocínios do auditório, guiados pelo desenvolvimento da tese do orador.

O discurso político, então, se desenvolve por meio da habilidade do orador de persuadir/convencer, da capacidade de lidar com a realidade retoricamente e da utilização de teses previamente aceitas para referendar o(s) argumento(s) utilizado(s) em seguida. Nessa perspectiva, o ator político deve demonstrar seus traços (positivos) de personalidade à população. Aristóteles, ao discutir a questão das premissas e opiniões úteis à produção de provas de persuasão, no que tange aos discursos deliberativos e judiciais, diz:

Uma vez que a retórica tem por objectivo formar um juízo [...], é necessário, não só procurar que o discurso seja demonstrativo e digno de crédito, mas também que o orador mostre possuir certas disposições e prepare favoravelmente o juiz. Muito conta para a persuasão [...] a forma como o orador se apresenta e como dá a entender as suas disposições aos ouvintes, de modo a fazer que, da parte destes, também haja um determinado estado de espírito em relação ao orador. (ARISTÓTELES, 2005, Livro II, p. 159).

Políticos argumentam para defender um ponto de vista, para fazer proposições ou até mesmo para responder a acusações e justificar atitudes, necessitando, assim, dominar habilmente as palavras e interpretar satisfatoriamente um dado papel que legitime suas ações. Esse papel não é afirmado claramente, mas, sim, mostrado. Sobre isso diz Maingueneau (1998, p. 138):

O que o orador pretende ser, ele o dá a entender e mostra: não *diz* que é simples ou honesto, mostra-o por sua maneira de se exprimir. O *ethos* está, dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso e não ao indivíduo real, (apreendido) independentemente de seu desempenho oratório: é portanto o sujeito da enunciação uma vez que enuncia que está em jogo aqui.

O discurso político tem, então, a missão de propagar ideias, fatos e “verdades”, conquistando o máximo de adesão do público a que se destina. Pretende, pois, estabelecer um contrato de comunicação política visando a

[...] forjar discursos de legitimação que constroem imagens de lealdade. Tudo na instância discursiva da política gira em torno de legitimação. Somente desse modo é possível justificar o direito de agir dessa ou daquela maneira, ou ainda, justificar o porquê de agir dessa ou daquela forma. (CHARAUDEAU, 2006, p. 63-64)

Pinto (2006, p. 98), por sua vez, conceitua discurso político da seguinte maneira:

A característica fundamental do discurso político é que este necessita para sua sobrevivência impor a sua verdade a muitos e, ao mesmo tempo, é o que está mais ameaçado de não conseguir. É o discurso cuja verdade está sempre ameaçada em um jogo de significações. Ele sofre cotidianamente a desconstrução, ao mesmo tempo só se constrói pela desconstrução do outro. É portanto, dinâmico, frágil e, facilmente, expõe sua condição provisória.

Na compreensão da engrenagem argumentativa que move as relações entre o político e aquele a quem se dirige, é lícito considerar o que afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 26-27): “o importante na argumentação não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ela se dirige”.

Fica claro, então, que os fatos muitas vezes e, por si sós, evidenciam que o que o discurso veicula não é a realidade e que os argumentos expostos não são suficientes para diluir o aspecto negativo que determinada proposição pode conter. Resta ao orador dar de si um máximo de confiabilidade, revestindo-se de legitimidade, e argumentar buscando desconstruir qualquer negatividade que se oponha à adesão ao seu discurso. Cabe ao orador dar conta da persuasão, do convencimento, sem, contudo, deixar transparecer sua real opinião acerca do assunto abordado.

O discurso político comporta, pois, a construção de enunciados que levam o locutor a despertar em seu interlocutor o raciocínio de que o que está sendo argumentado condiz com a realidade dos fatos abordados. Já a imagem de si que o ator político constrói possibilita a criação de diversas “máscaras” que o auxiliam na construção do perfil ideal, ou seja, na desconstrução de uma imagem que possa ser negativa, ou ainda desfavorável, e na criação de uma imagem que atenda às necessidades e expectativas de um determinado público.

Em suma: o discurso de um dado político possui técnicas de manipulação¹⁵, seja qual for sua orientação ideológica ou sua facção partidária. A tarefa do discurso voltado para política é, dessa maneira, seduzir, induzir, suscitar adesão e fomentar tendências à fidelização do auditório, valendo-se, para esse fim, de aspectos afetivos, psicológicos, socioculturais, além de ideológicos. Como afirma Vecchia (2008, p. 57):

¹⁵ A manipulação *lato sensu*, equivale a manejar, a manobrar e, no discurso político, compreende a tentativa de paralisar o juízo do interlocutor (auditório) no sentido de fazê-lo aderir a uma ideia que a *priori*, não seria aceita por esse mesmo interlocutor. Américo Sousa, ao tratar a questão das estratégias de comunicação fluente, aborda essa questão da manipulação na retórica. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-americo-persuasao-0.pdf> Acessado em 29/02/2012.

O câmbio de ideias entre “persuasor” e “persuadido”, em que este conhece aquele, quanto à vivência, paixões, crenças, lógica, história pessoal, ou seja, o universo cultural e ideológico, ocorre no discurso político por meio da linguagem persuasiva. Sendo assim, [...] o “persuasor” conhece o universo daquele que será “persuadido”, dessa forma, procura o melhor meio para conseguir o seu objetivo.

Os discursos políticos (aqui os dos ex-presidentes FHC e Lula) dão, pois, vida a uma gama de possibilidades que, interpretadas e legitimadas a partir do modo como são colocadas (discursivizadas), são, via de regra, aceitas pela população. O poder que emerge desses discursos reside na coletividade e no consenso de ideias e opiniões que *a priori*, visam garantir a condução do Estado.

A argumentação é, portanto, um poderoso instrumento que negocia, cria entendimento, sugere, convence e manuseia os dispositivos decisórios de que um governo dispõe. Tudo o que um político quer enquanto orador é o completo entendimento com seu auditório (população). A partir disso, avaliaremos o modo como cada ex-presidente trata seu auditório e como constrói sua imagem, perante esse mesmo auditório. Segundo Aristóteles (2005), o importante é o orador demonstrar seus traços de personalidade ao auditório a que se dirige, sem, contudo, se preocupar em ser sincero, mas, tão somente, em passar uma imagem positiva de si. No entanto, Aristóteles pensa a retórica ligada às virtudes morais, à ética, ou seja, ele vê a retórica como um saber ligado ao bem, ao que é proveniente de condutas morais.

Dessa forma, para o político, argumentar para defender um ponto de vista, para fazer proposições ou até mesmo para responder a acusações, significa interpretar satisfatoriamente um papel que legitime suas ações. A esse respeito pontua Ducrot (1987, p. 188-189):

Um dos segredos de persuasão tal como é analisada a partir de Aristóteles é, o orador, dar de si mesmo uma imagem favorável; imagem esta que seduzirá o ouvinte e captará sua benevolência. [...] é necessário entender, por isso, o caráter que o orador atribui a si mesmo pelo modo como exerce sua atividade oratória.

O *éthos* possibilita, portanto, a criação de diversas máscaras que auxiliam o ator político na construção do perfil ideal, ou seja, na desconstrução de uma imagem “real” – muitas vezes, negativa – de si e na criação de uma figura que atenda às necessidades e expectativas de um determinado auditório.

Todo ator político deseja conquistar, de preferência incondicionalmente, a confiança do auditório a que se dirige. Assim sendo, identificar que razões levam a determinadas construções de imagens de si – em detrimento de outras – revelam informações importantes sobre a conjuntura política do País, sobre os desejos e as projeções feitas pelos auditórios.

Outro aspecto importante ressaltado por Charaudeau (2006) é que não é o discurso que é político; é, antes, a situação de comunicação que transforma um discurso em político, ou seja, não é o conteúdo em si, mas a situação que confere a um discurso o caráter de político. O autor assevera ainda que a produção de sentido desse tipo de discurso diz respeito a uma situação de interação em que a identidade dos sujeitos participantes e os modos de interação colaboram na formação do pensamento político. O autor define dois lugares distintos para a edificação de um pensamento político, nos quais ocorrem desafios de troca linguageira: um lugar de elaboração dos sistemas de pensamento e um lugar em que o sentido está vinculado ao próprio ato de comunicação:

O discurso político como *sistema de pensamento* é o resultado de uma atividade discursiva que procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para a construção das opiniões e posicionamentos. [...] O discurso político como *ato de comunicação* concerne mais diretamente aos atores que participam da cena de comunicação política, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consenso.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 40; grifos do original)

Por que esses discursos atingem seu objetivo? Por que constituem uma prática que, ao longo do tempo, tem cumprido suas metas? Por que a população, grosso modo, aceita esse processo? São questionamentos que devem ser analisados do ponto de vista do contrato de comunicação.

Charaudeau (2005) postula que a linguagem é palco de interação entre os interlocutores, lugar de construção de sentidos que se dá pela troca entre os sujeitos, sendo lícito, portanto, pensar em uma co-construção de significados que ocorre a partir do acordo entre os indivíduos envolvidos no processo comunicativo. Firma-se, então, um acordo de natureza dupla que prevê, como afirma Charaudeau, um espaço interno e um espaço externo no ato de linguagem.¹⁶

Desse modo, a abordagem do contrato comunicativo é de suma importância, pois permite a análise/descrição das dimensões internas e externas dos atos de linguagem, dos parceiros, de suas identidades e papéis sociais e da intencionalidade, aspectos esses que possibilitam tecer hipóteses quanto aos processos de produção e recepção desses discursos; levando-se em conta as possíveis relações entre os interlocutores na construção de jogos de imagens.

¹⁶ O espaço interno pode ser entendido como interno-comunicacional e o espaço externo como externo-situacional.

1.5. O contrato de comunicação do discurso político

A noção de contrato supõe acordo, consenso entre duas partes que aceitam participar de um ritual estabelecido, em que são definidas posições para os participantes atuarem no intuito de garantir a efetivação desse contrato. Do ponto de vista da comunicação, e dito de um modo cênico, pode-se inferir que um contrato comunicativo estabelecido prevê a incorporação de certos papéis por parte dos participantes que, num determinado palco, encenam um espetáculo enunciativo com vistas a obter o consenso.

Maingueneau (1998; p. 69), ao abordar a importância da noção de contrato para a análise do discurso, afirma que:

Ao mesmo tempo que contempla aspectos referentes a esse *domínio*¹⁷ em particular – o qual considera a ideia de pacto firmado entre sujeitos sociais submetidos a deveres e gozando de direitos, a fim de estabelecerem princípios que assegurem um convívio social harmônico – [a noção de contrato] tem sua compreensão dilatada e reconfigurada.

Desse modo, do ponto de vista da análise do discurso, pode-se entender um contrato de comunicação como um campo de negociações, de utilização de estratégias, espaço para coerções de toda e qualquer forma de comunicação, isto é, de todo e qualquer ato de linguagem. O contrato fornece elementos mínimos e básicos para o estabelecimento de um relacionamento intersubjetivo entre parceiros do ato comunicativo, tendo em vista qualquer situação de comunicação em que estejam envolvidos.

Charaudeau (2006, p. 53), ao discorrer sobre essas conjunturas de interação em circunstâncias comunicativas que levam a reações emocionais e intelectivas dos sujeitos em situação de comunicação, conclui:

As significações e os efeitos resultam de um jogo complexo de articulação e de entrecruzamentos dos saberes e das crenças que são construídos por uns e reconstruídos por outros. Essa construção-reconstrução se opera segundo o lugar ocupado no contrato, ao mesmo tempo, segundo o posicionamento dos indivíduos que ocupam essas posições.

Desse modo, um contrato de comunicação propicia, segundo Charaudeau, a regulação de expectativas recíprocas dos sujeitos comunicantes, tendo em vista que a condição básica para o estabelecimento desse contrato é o reconhecimento mútuo entre os sujeitos. São os contratos de comunicação que permitem a modelagem e o intercâmbio linguageiro. Assim,

¹⁷ A noção de contrato analisada por Maingueneau é oriunda do campo jurídico.

[...] toda troca linguageira se realiza num quadro de co-intencionalidade, cuja garantia são as restrições da situação de comunicação. O necessário reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca linguageira nos leva a dizer que estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência. (CHARAUDEAU, 2006, p. 68)

A respeito dessas restrições nas situações de comunicação, o autor argumenta que os atributos específicos dos contratos variam de acordo com as regulações, convenções e normas que propiciam uma interlocução na medida em que o governam. Assim, “a situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico” (CHARAUDEAU, 2006, p. 67). No mesmo sentido, indicado pelas reflexões teóricas de Charraudeau, Fiorin (1998, p. 48) assinala que o discurso (e os textos que o veiculam) é, ao mesmo tempo, arena de conflitos e palco de acordos.

Charaudeau não considera, entretanto, o contrato de comunicação como dispositivo limitador, intransigente; tendo em vista que, ao relativizar essa questão, pontua que há um imaginário de bem-comum associado aos contratos de comunicação que é dinâmico. Adverte que, apesar da necessidade de se observarem as restrições, há, num contrato, espaços voltados para a liberdade, ou seja, deve-se, também fomentar a liberdade de exploração das possibilidades estratégicas no que tange a um discurso, o que significa que a comunicação não deve representar um “joguete” de cartas marcadas. Se há interação, há espaço para trocas, interações e, sobretudo, para a criação de sentidos. Lembra Coura-Sobrinho (2003, p. 272), inspirado em Charaudeau, que, “O espaço das estratégias discursivas representa a “margem de manobra” que o sujeito comunicante dispõe para executar seu projeto de fala”.

Desse modo, Charaudeau¹⁸ assevera que a instância de produção possui um objetivo de comunicação (projeto de fala) tendo em mente a instância de recepção. Para concretizar seu projeto de fala, a instância de produção utiliza-se de um espaço de possíveis no que se refere aos modos de enunciar, de organizar o discurso e de formas linguísticas específicas.

Levando-se em conta os elementos que o constituem, o contrato de comunicação deve ser analisado a partir dos espaços interno e externo que constituem o ato de linguagem. Para Charaudeau, o espaço externo define as identidades e os estatutos dos parceiros comunicantes, definindo, desse modo, a razão pela qual se fala. Segundo ele, esse espaço compreende os comportamentos linguageiros inscritos nas situações comunicativas em que ocorrem, tendo

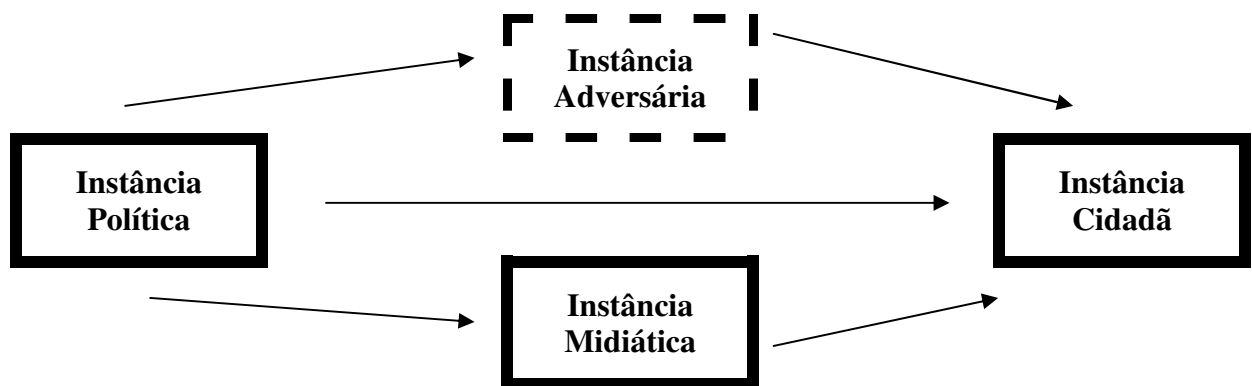
¹⁸ CHARAUDEAU, P. “A communicative conception of discourse”. *Discourse Studies*, Londres, v. 4, n. 3, 2002, p. 301-318. Disponível em: <http://dis.sagepub.com/cgi/content/abstract/4/3/301>. Acesso em 02/06/2012.

em vista o objetivo que se pretende atingir. O espaço interno define a maneira como se fala, constituindo a materialidade do texto na qual se manifestam os recursos linguísticos empregados a serviço das estratégias discursivas e retóricas.

Assim, ao se propor a análise de um contrato comunicativo voltado para política, deve-se levar em conta que a comunicação nesse domínio mobiliza várias instâncias. Segundo Charaudeau (2006, p.65),

“Convém distinguir três lugares de fabricação do discurso político: um lugar da governança, um lugar de opinião e um lugar de mediação. No primeiro desses lugares se encontra a *instância política* e seu duplo antagonista, a *instância adversária*; no segundo encontra-se a *instância cidadã* e, no terceiro a *instância midiática*.” (grifos do original)

As três instâncias elencadas por Charaudeau formam um jogo complexo no processo de produção, circulação e comentário do discurso político, que pode ser esquematizado da seguinte maneira:



(Dispositivo identificador das instâncias no discurso político. In: CHARAUDEAU, 2006, p.56 – adaptado)

Esse esquema propõe o estabelecimento de uma interação entre instância política e instância cidadã, constituindo, assim, um processo de troca de influências. Dito de outra maneira: o ator político busca influenciar seu auditório com seu(s) argumento(s), mas esse auditório também exerce influência sobre o ator político, na medida em que dele exige a captação de um movimento positivo de adesão ao(s) argumento(s) proposto(s).

A instância cidadã caracteriza-se pela filiação simbólica dos sujeitos a uma comunidade nacional, ou seja, a um lugar cuja opinião se constrói fora do governo. Essa instância pode, pois, questionar a legitimidade e a credibilidade da instância política, derivando daí seu poder ainda que por via indireta. É nessa instância que se verificam também

os discursos de reivindicação (quando se protesta contra medidas), de interpelação (quando se exigem explicações para atos) e de sanção (quando elege). Portanto, trata-se de discursos que se dão em função dos ideais sociais valorizados.

A instância política, por seu turno, possibilita a seus atores o poder de fazer (decisão/ação) e o de fazer pensar (manipulação). Os atores políticos devem buscar legitimidade para ascender a esse lugar (de autoridade e de credibilidade), devendo suas ações ser pautadas na proposição de programas, na justificação de decisões, na defesa de sua legitimidade, na crítica das ideias dos adversários e na conclamação do consenso social.

É a instância midiática que assume a tarefa de ser um elo entre a instância política e a instância cidadã, através da produção e distribuição de panfletos, da afixação de cartazes nas ruas, do envio de cartas etc., elementos que são legitimados tendo em vista a função de informação que a instância midiática possui. No entanto, essa função deve ser pautada na construção da credibilidade junto às demais instâncias. Ela se situa, assim, numa lógica democrática e de captação, o que a inscreve também em uma lógica de sedução.

Atualmente, a política passou a depender sensivelmente da instância midiática para se projetar com base no caráter tecnológico e na rapidez com que o público alvo é interpelado. É pelos meios midiáticos que os atores políticos conseguem se mostrar e mostrar seus feitos de forma eficaz. Desse modo, essa nova configuração da instância midiática produz alterações na alocação política, que se tornou mais fluida, rápida e fundada no jogo/encenação de imagens em detrimento da defesa de ideais e ideias políticas fundadas em ideologias. Isso significa que a imagem, nesses meios de comunicação, supera, via de regra, as questões ideológicas.

Dessa forma, é lícito dizer que a instância cidadã legitima a instância política e esta deve conquistar o direito de exercer tal legitimidade. Por seu turno, a instância midiática exerce a função de comentário e age – *a priori* – em nome da defesa dos interesses da instância cidadã. Então, com base nas principais características de cada instância, verifica-se outra forma de interação demonstrada no esquema de Charaudeau: a instância política influencia e é influenciada pela instância adversária, num momento simultâneo de (inter)influência. Isso significa, por exemplo, que um partido político ou um político aciona outros partidos/outros políticos, visando a trocas de informações, debates e, por fim, à imposição de opiniões.

Cabe ressaltar, que o momento de troca de influência entre a instância política e a instância adversária contempla também e, ao mesmo tempo, a influência sobre a instância cidadã que, por sua vez, também revida num movimento semelhante a um jogo de *ping pong*.

Evidentemente, a instância cidadã é o alvo da argumentação quando a intenção da instância política é desqualificar a instância adversária perante a opinião pública.

Nesse esquema, a instância midiática exerce o papel de ponte, por onde trafegam as trocas de informações entre instância política e instância adversária, de um lado, e entre instância política e instância cidadã, de outro. Charaudeau (2006, p. 63) define, assim, como funciona o mecanismo do contrato de comunicação política:

É, de certa forma, uma máquina de forjar discursos de legitimação que constroem imagens de *lealdade* (para a instância política); que reforçam a legitimidade da posição de poder; *protesto* (para a instância cidadã), que justificam a legitimação do ato de tomar a palavra; de *denúncia* (para a instância midiática), que mascaram a lógica comercial pela lógica democrática, legitimando esta em detrimento daquela.

O contrato de comunicação política permite, portanto, a verificação do posicionamento de cada instância que o compõe, tendo por base as situações de poder, de legitimação e, como afirma o autor, do *direito de agir* e do *dever de agir*.

Para entender os posicionamentos de cada instância, é necessário, então, analisar a dimensão do ato de linguagem, os processos de discursivização, além do processo de textualização. O contrato comunicativo somente é compreendido a partir da materialidade discursiva que sinaliza os objetivos comunicativos, as imagens projetadas e a produção de sentidos.

Uma vez que a materialidade (a superfície textual) é o ponto de partida e de chegada da análise do discurso, faz-se necessária a verificação desses elementos a partir de uma semântica global. Desse modo, a dimensão interna do discurso será analisada à luz de alguns elementos da semântica global definidos por Maingueneau (2008) e de modalização. Tais conceitos correspondem às categorias-chave que subsidiarão a análise dos discursos do *corpus*. No entanto, antes de uma explicação detalhada sobre cada item, é preciso refletir sobre os elementos argumentativos e sua função na construção de estratégias pelo ator político. Salientamos também, que, na análise do espaço interno do ato de linguagem, adotaremos a tipologia de *ethé* proposta por Charaudeau (2006), uma vez que é no e pelo discurso que os atores políticos buscam parecer possuidores de determinados traços éticos para captar legitimidade e credibilidade.

CAPÍTULO 2: ARGUMENTAÇÃO E POLÍTICA: CONCEITOS-CHAVE PARA UMA ANÁLISE DO DISCURSO

Como já foi dito, o presente trabalho se propõe a examinar os discursos (políticos) proferidos pelos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva quanto à utilização dos recursos retóricos e linguísticos, sem perder de vista as formações discursivas e ideológicas que os atravessam.

Os elementos retóricos serão analisados com base nos conceitos aristotélicos de *éthos*, *páthos* e *lógos*; especialmente, no conceito de *éthos*, que, neste trabalho, refere-se, basicamente à imagem de si que o político constrói e administra. Lembramos que a análise dessa prova retórica vem adquirindo extrema importância na compreensão dos discursos políticos da contemporaneidade.

Um fato importante é que a AD, nos últimos dez anos, passou a dialogar intensamente com a nova retórica de Perelman, incorporando, em suas análises, os conceitos (aristotélicos) veiculados por esse autor, principalmente, os que tratam das noções de *éthos* (Os estudos de Ruth Amossy, discípula de Perelman, sobre o *éthos*, também, viriam a integrar o aparato conceitual-analítico da AD a partir da década de 2000) e do estudo das paixões. Cumpre observar que as primeiras abordagens dos discursos políticos não se interessavam pela análise do *éthos*, privilegiando o exame das ideologias. Porém, a sofisticação nos meios de comunicação, o desenvolvimento das comunicações de massa e a dessacralização dos entes políticos (permitindo um interesse maior por sua vida pessoal, dentre outros aspectos) passaram a exigir da AD a investigação das estratégias projetadas na construção discursiva da imagem de si.

Maingueneau (2006) retoma, em seus estudos de análise do discurso, a concepção aristotélica de *éthos*, tendo em vista que, para ele, o enunciador ao tentar legitimar seu discurso, atribui a si mesmo um lugar institucional e marca sua relação a um saber. A partir da noção de cena de enunciação, Maingueneau relaciona a concepção de *éthos* a diversos elementos discursivos, tais como o tom, o caráter, a corporalidade, além dos elementos que constituem propriamente a *cenografia discursiva*.

Estabelecendo uma conexão entre a nova retórica e a AD, Amossy (2008) também se destaca no estudo do *éthos*. Para ela, tal noção se relaciona não apenas à instância enunciativa

(identificada com a adaptação do discurso ao auditório a quem se dirige), mas também à *doxa*¹⁹, ou seja, aos conhecimentos compartilhados socialmente.

Portanto, com base no “diálogo” que se instaurou mais recentemente entre a AD e a nova retórica de Perelman, examinaremos os conceitos de auditório universal, de condições de persuasão/convencimento e de argumentação, tendo em mente, sobretudo, elucidar como os mecanismos argumentativos validam certas proposições que, a princípio, poderiam ser consideradas inadequadas e, dessa forma, candidatas a não obter a desejada adesão do auditório, mas que, todavia, conseguem ser aceitas por ele.

Outros conceitos, como os de *discurso*, *interdiscurso*, *discurso político*, *ideologia* e *contrato de comunicação*, nortearão a análise, visando proporcionar-lhe um suporte teórico eficaz no que tange aos métodos discursivos empregados. A noção de discurso será aqui utilizada no bojo do interdiscurso (MAINGUENEAU, 2005), pois um discurso é sempre atravessado pelo já-dito, por outros discursos. A apreensão dos discursos, através do interdiscurso, possibilitará uma maior compreensão/identificação das ideologias que perpassam os discursos presidenciais.

Do mesmo modo, dialogaremos com a noção de *contrato de comunicação* no discurso político, tal como foi formulada por Charaudeau (2006), para dar conta da especificidade das relações entre orador e auditório nesse tipo de discurso. Esse autor nos ajudará a compreender, portanto, o fenômeno das identidades políticas e as instâncias enunciativas que constituem o *dizer*, dentre elas, a projeção do *éthos*.

As noções mencionadas nos permitirão apontar as estratégias mobilizadas por FHC e por Lula (e os efeitos discursivos delas decorrentes), apreender as condições básicas para o estabelecimento de um contrato comunicativo entre os ex-presidentes e a população num dado momento histórico, além de sinalizar as razões e os elementos que revelam a ideologia de cada discurso/cada ex-presidente.

2.1. A retórica clássica

A utilização da linguagem desde sempre comportou uma finalidade persuasiva. Desse modo, a humanidade deste o início, se valeu de recursos retóricos para escrever sua história,

¹⁹ **Doxa** (δόξα) é uma palavra grega que significa crença comum ou opinião popular. Utilizada pelos retóricos gregos como ferramenta para formação de argumentos através de opiniões comuns, a *doxa* (em oposição ao saber verdadeiro, *episteme*) foi utilizada pelos sofistas para persuadir as pessoas, levando Platão a condenar a democracia ateniense. Em CHARAUDEAU e MAINGUENEAU (2004), verifica-se esse conceito.

pois em qualquer cultura verifica-se sua presença. No entanto, a história da própria retórica é posterior à sua utilização. Como afirma Reboul (2000), a retórica é anterior a sua história e mesmo a qualquer história. Isso se deve ao fato da definição de retórica, enquanto técnica, ter ocorrido de forma consistente somente por volta de 427 A.C. na Grécia antiga.

Tendo em vista um contexto de litígios e disputas judiciárias na Grécia daqueles tempos, a retórica – enquanto elemento de criação de persuasão – é convocada para suprir a necessidade de cidadãos litigantes que careciam defender seus interesses particulares. A primeira face da retórica é, pois, judiciária. A origem da argumentação data, então, do século V A.C. na ilha da Sicília com Córax (discípulo de Empédocles) e Tísias (discípulo de Córax), responsáveis pela elaboração de uma espécie de manual de arte oratória, em que afirmavam que a eficiência dos argumentos repousava no verossímil. Pioneiros, portanto, nos estudos de retórica, esses filósofos considerados sofistas²⁰ forneceram subsídios para a sociedade grega que necessitava do discurso para implementar seu sistema democrático, como afirma Menezes (2001, p. 182), “a democracia direta funcionava como um atrativo à participação e ao uso da linguagem para o convencimento e persuasão. [...] a argumentação apresentava-se como um fundamento da linguagem, já que tudo podia se resolver pela discussão no interior da *pólis*”.

Definida como a arte de bem falar e voltada para a lógica do verossímil, a retórica, que era defendida por Górgias, foi, posteriormente, combatida por Platão: o primeiro defendendo a argumentação eloquente e verossímil e o segundo criticando esse tipo de argumentação que visava tão somente resultados em detrimento da verdade. Sobre essa querela afirmam Plebe e Emanuelle (1992, p. 12): “a polêmica de Platão contra Górgias alimentou a convicção de que o agonismo da retórica deve ser entendido como uma arte de ter sucesso a qualquer preço, inclusive através do imbróglio.”

De fato, a retórica floresceu em solo sofista. A sofística nasceu de uma necessidade de se obterem ensinamentos voltados para a eloquência na Grécia dos séculos V e IV AC. Tendo em vista sua importância cultural de implicações filosóficas e, especialmente, retóricas, os sofistas desenvolveram doutrinas e ministraram aulas de oratória e cultura geral para os gregos, de forma itinerante. Além disso, adotaram um método que lhes rendeu considerável censura: a cobrança pelas aulas ministradas. Protágoras, o próprio Górgias, Hípias, Trasímaco, dentre outros, cobravam somas altíssimas pelos ensinamentos prestados. Do mesmo modo, também

²⁰ O vocábulo “**sofista**” vem etimologicamente de *sophos*, que significa “sábio”, ou ainda, “professor de sabedoria”. Porém, se utilizado no sentido pejorativo, ganha sentido de “homem que emprega sofismas”, ou seja, alguém que se vale de raciocínios capciosos, de má fé, com intenção de enganar. Em CHARAUDEAU e MAINGUENEAU (2004), verifica-se esse conceito.

interferiam em acirrados debates filosóficos, religiosos e políticos da época e sistematizaram o ensino.

Segundo Reboul (2000) a ligação entre retórica e sofística é plenamente reconhecida a partir de Protágoras, expoente dos sofistas. Ele costumava ensinar filosofia e eloquência e teve um papel importante na formulação do que hoje entendemos por gramática. Além disso, carrega em seu currículo a fundação da técnica erística²¹. Protágoras, assim como outros sofistas, criaram a retórica enquanto arte do discurso persuasivo, ensinando de forma sistemática e global, ou seja, propondo um ensinamento pautado numa gramática e baseado numa prosa oratória e erudita, que contemplava a ideia de que a verdade não é mais que um acordo entre os interlocutores. Com base nos depoimentos de Sócrates e Platão a respeito dos sofistas e de seus ensinamentos, a retórica também caiu em descrédito.

Esse período de desprestígio teve seu fim quando um outro filósofo não apenas propôs a retomada da retórica, alegando sua utilidade, como também se dispôs a sistematizá-la enquanto técnica de oratória. Embora até Aristóteles a retórica tenha sido estudada por vários outros filósofos e retores, é com esse autor que ela se afirmará como um complexo de regras de comunicação que tencionam persuadir, com base em conhecimentos práticos, em opiniões comuns. De acordo com Reboul (2000), Aristóteles define retórica como a arte de achar os meios de persuasão que cada caso comporta. Seus ensinamentos retóricos consolidarão o que se pode chamar de uma retórica clássica e que, em nosso tempo, servirá de subsídio para uma nova proposta de retórica.

2.2 A retórica de Aristóteles

Aristóteles definiu a retórica como um mecanismo de controle do real em que se faz necessária uma verificação que permita a constituição de um determinado saber. A retórica, tendo em vista a interpretação ou a explicação dada para um problema que o orador considera a mais acertada, possibilita – levando-se em consideração a *inventio* – a produção de (um) saber/saberes. Assim sendo, o filósofo enfatiza que em si, a retórica não é arte de persuasão, mas dispositivo que permite encontrar o modo mais adequado de persuasão para cada caso:

Entendamos por retórica a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir. Esta não é seguramente a função de nenhuma outra arte; pois cada

²¹ Arte de vencer uma discussão contraditória, não implicando necessariamente a descoberta de uma verdade em questão, já que o orador pode valer-se do dolo, da invectiva, da burla.

uma das outras é apenas instrutiva e persuasiva nas áreas da sua competência; como, por exemplo, a medicina sobre a saúde e a doença, a geometria sobre as variações que afetam as grandezas, e a aritmética sobre os números; o mesmo se passando com todas as outras artes e ciências. Mas a retórica parece ter, por assim dizer, a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada. E por isso afirmamos que, como arte, as regras que não aplicam a nenhum gênero específico de coisas. (ARISTÓTELES, 2005, p. 96.).

Para tanto, o filósofo trabalha com uma teoria argumentativa que utiliza a prova e o silogismo retórico (entimema), além do raciocínio, para se chegar à persuasão. Nesse ponto, Aristóteles propõe patamares mais sólidos para a retórica do que seus predecessores como, por exemplo, Górgias. Sobre isso afirma Reboul (2000, p. 23):

[...] se Górgias e Aristóteles estão falando da mesma coisa, não falam da mesma maneira. O discurso do sofista é digno quando muito de uma praça pública; sua argumentação pelo exemplo dá guinadas. O de Aristóteles, ao contrário, é muito coeso; procede por silogismos implícitos, ou entimemas.. Em suma, passa-se de uma arenga propagandística, do tipo “você vão ver o que você vão ver”, para uma argumentação vigorosa.

A utilidade da retórica aristotélica está em suplantar o sofismo e garantir uma argumentação consistente e produtora de persuasão. O filósofo visa examinar a capacidade de defesa verbal, a defesa da verdade e da justiça e a capacidade de argumentar sobre temas contrários²², independentemente do domínio do assunto em pauta. Sua técnica não se restringe, portanto, a um auditório específico.

De acordo com Aristóteles, ensina-se a retórica com fins de construção de um discurso persuasivo e também como forma de decodificação de discursos sobre qualquer matéria de discussão. Fundamentando sua técnica, o filósofo grego estabelece gêneros de discurso: deliberativo, judicial e epidíctico, contemplando, desse modo, vários auditórios²³, e menciona dois tipos de provas: as técnicas (produzidas no discurso e dependentes da habilidade do orador) e as não técnicas (anteriores ao discurso, ou seja, já existentes na forma de documentos, testemunhos, confissões e etc). Sobre as provas técnicas – produzidas via discurso – o filósofo aponta:

- as provas que se estabelecem pelo modo como se dispõe o auditório, ou seja, por meio dos afetos – o *páthos*;
- as provas que se estabelecem através do próprio discurso, isto é, pelo que esse discurso demonstra ou sugere – o *lógos*.

²² Segundo Aristóteles (2005, p. 93), “a retórica é útil porque a verdade e a justiça são por natureza mais fortes que os seus contrários”.

²³ O conceito de auditório será abordado segundo a definição de Perelman, em seu *Tratado de Argumentação* (2005).

- as provas que se estabelecem pelo caráter moral do orador – o *éthos*.

As considerações de Aristóteles sobre o *páthos*, o *lógos* e o *éthos* permitem verificar, respectivamente, a emoção do auditório, a lógica dos argumentos e a imagem do orador. No que se refere ao *páthos*, o filósofo discorre sobre a importância de suscitar bons sentimentos no auditório, sentenciando, então, que o orador que se preocupa em despertar boas emoções acaba por predispor seu auditório de forma mais efetiva à adesão da tese exposta e/ou defendida. No seu entender,

O discurso será emocional se, relativamente a uma ofensa, o estilo for o de um indivíduo encolerizado; se relativo a assuntos ímpios e vergonhosos, for o de um homem indignado e reverente; se sobre algo que deve ser louvado, o for de forma a suscitar admiração; com humildade, se sobre coisas que suscitam compaixão. E de forma semelhante nos restantes casos. O estilo apropriado torna o assunto convincente, pois, por paralogismo, o espírito do ouvinte é levado a pensar que aquele que está a falar diz a verdade. Com efeito, neste tipo de circunstâncias, os ouvintes estão em tal estado que pensam que as coisas são assim, mesmo que não sejam como o orador diz; e o ouvinte compartilha sempre as mesmas emoções que o orador, mesmo que ele não diga nada. É por esta razão que muitos impressionam os ouvintes com altos brados. (ARISTÓTELES, 2005, p. 257).

Segundo o filósofo, a conveniência do discurso está intimamente ligada à expressão de emoções adequadas, ou seja, o discurso é efetivo quando desperta, emocionalmente, os sentimentos corretos.

O *lógos*, por sua vez, seria o argumento retórico que se constitui de entimemas e exemplos. O entimema é um tipo de argumento dedutivo que possibilita, a partir de premissas que são ou quase sempre são prováveis, provar ou comprovar uma assertiva. Caracteriza-se, então, por ser uma espécie de silogismo (diferente, porém, dos silogismos lógicos da dialética) que é extraído de um pequeno número de proposições. Diz Aristóteles que, se uma das premissas é conhecida, não há necessidade de enunciá-la, pois o ouvinte a supre. Trata-se, pois, de uma prova dedutiva. Assim, se comparado ao silogismo dialético, o entimema pode ser considerado um silogismo incompleto que se baseia no senso comum, já que alguma informação fica implícita, podendo, no entanto, ser facilmente recuperada pelo interlocutor.

Em seus estudos sobre argumentação, Plantin (2008) caracteriza o entimema como uma proposição subentendida. Citando como exemplo a frase: “Os homens são falíveis, tu és falível”, observa que nela há uma premissa implícita que sugere que o destinatário da mensagem, ou seja, o “tu” certamente é um homem, o que, obviamente, dispensa a colocação dessa premissa.

Também Aristóteles fornece um exemplo de entimema ao dizer que, para se chegar à conclusão de que Dorieus recebeu uma coroa como prêmio de sua vitória, basta dizer que ele

foi “vencedor em Olímpia”. Assim, é inútil acrescentar que “em Olímpia o vencedor recebeu uma coroa, porque este é um fato conhecido de todos”. (ARISTÓTELES, 2005, p. 80).

Já o exemplo seria uma espécie de indução fundada em fatos passados, nos quais o orador baseia sua argumentação:

Quando os dois termos são do mesmo gênero, mas um é mais conhecido do que o outro, então há um exemplo; como quando se afirma que Dionísio tenta a tirania porque pede uma guarda; pois também antes Pisístrato, ao intentá-la, pediu uma guarda e se converteu em tirano mal a conseguiu, e Teágenes fez o mesmo em Mégara; estes e outros que se conhecem, todos eles servem de exemplo para Dionísio, de quem ainda se não sabe se é essa a razão por que a pede. (ARISTÓTELES, 2005, p. 92).

A terceira prova a ser considerada, o *éthos*, requer especial atenção, tendo em vista sua importância para Aristóteles que, grosso modo, concentrava sua retórica na pessoa do orador. Segundo o filósofo, para fazer uso do *lógos* e conquistar a atenção do auditório, demonstrando proposições através do pensamento lógico, e do *páthos*, para suscitar nos ouvintes sentimentos de acolhimento às suas proposições; o orador precisa contar, impreterivelmente, com sua imagem para passar autoridade, para mostrar-se digno de adesão – precisa, pois, apresentar seu melhor *éthos*. Sendo um elemento de fundamental importância para este trabalho, o *éthos* será apreciado mais detalhadamente, a seguir, contemplando inclusive outros autores que (re)leram essa noção, sobretudo no quadro da AD.

2.3. O *éthos*

A abordagem conceitual do *éthos* é feita por Aristóteles, em sua obra *Retórica*, visando registrar uma técnica cuja finalidade era estabelecer o que é persuasivo não para este ou aquele cidadão/auditório, mas para tipos de cidadãos/auditórios. Assim, o *éthos* estaria ligado à própria enunciação, e não a um saber (extra) discursivo sobre o orador; pois para o filósofo, algumas provas de persuasão residiriam no caráter moral deste. No seu entender:

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exacto e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador. (ARISTÓTELES, 2005, p. 96).

Dentro do conceito de *éthos*, visando obter essa imagem positiva de si, o orador dispõe de três qualidades essenciais a serem exercitadas: a prudência (*phrónesis*), a virtude (*areté*) e a

benevolência (*eúnoia*). Como afirma Aristóteles (2005), três são as causas que tornam persuasivos os oradores, e sua importância é tal que por elas nos persuadimos, sem necessidade de demonstração. São elas: a prudência, a virtude e a benevolência.

Nas teorias argumentativas da atualidade, verifica-se a retomada da noção de *éthos* enquanto mecanismo que contribui para a análise da argumentação, mas também para o exame do público a que se destina a argumentação. Como assinala Amossy (2005, p. 19), trata-se da “necessidade que tem o orador de se adaptar a seu auditório, portanto, de fazer uma imagem dele e, correlativamente, de construir uma imagem confiável de sua própria pessoa, em função das crenças e valores que ele atribui àqueles que o ouvem”.

No cenário político, as proposições apresentadas só possuem valor quando atreladas aos atores políticos que as proferem/divulgam. Desse modo, é necessário que estes edifiquem uma imagem de sujeito crível, capaz de colocar em prática as ideias veiculadas, ou seja, que eles criem uma figura identitária que pode vir representada em dois tipos de *ethé*: os *ethé* de credibilidade e os *ethé* de identificação. Para melhor entendimento do discurso político, Charaudeau (2006) propõe uma subcategorização desses *ethé*:

1) *ethé* de credibilidade: visam produzir no auditório um efeito tal que mostre o orador como digno de crédito. Para tanto, o ator político constrói uma identidade discursiva que reflete um indivíduo com traços de seriedade, competência e virtude. Nesse caso, algumas condições devem ser satisfeitas: a) a condição de sinceridade; b) a condição de *performace*, em que se observam as condições e os meios que o sujeito político tem para colocar em prática o que ele promete; c) a condição de eficácia, em que se comprova que as ações anunciadas são seguidas dos resultados esperados. Charaudeau (2006, p. 119) afirma que “a credibilidade repousa sobre o poder fazer, e mostrar-se crível é mostrar ou apresentar a prova de que tem esse poder”. Podem ser divididos em:

- *éthos* de seriedade: depende do que cada grupo social tem como representação daquilo que seja “ser sério”. São várias as características que modulam este *éthos*, tais como a postura corporal, a expressão facial, o autocontrole diante de situações críticas, a demonstração de capacidade e energia para o trabalho, a fidelidade na vida conjugal, o tom de voz firme e comedido, o uso de palavras e construções sintáticas simples e ainda declarações a respeito de si mesmo, principalmente. O ator político investido de um *éthos* sério busca sempre o bem-estar do cidadão, não fazendo promessas impossíveis, nem propondo

sonhos utópicos de melhoria, atitudes que garantem a construção discursiva de um ar de seriedade;

- *éthos* de virtude: o político deve inspirar uma imagem de indivíduo sincero, fiel e honesto para servir de exemplo de “homem virtuoso” para o auditório a que se dirige. Essas imagens de virtude são, no entanto, construídas com o tempo, com a realidade, com o agir do sujeito político e isso ocorre tanto no âmbito da vida pública, quanto no da vida privada;
- *éthos* de competência: é encontrado, principalmente, nos discursos em que o próprio sujeito faz declarações enfatizando seu percurso político, sua experiência, suas realizações e funções exercidas durante sua carreira como político. Nesse tipo de discurso, é importante e inevitável que se encontrem dizeres que mostrem o conhecimento do candidato sobre todos os mecanismos que impulsionam a política, fatos que comprovem seu preparo para agir e o discernimento sobre as decisões que devem ser tomadas em determinadas situações.

2) *ethé* de identificação: estão relacionados ao discurso afetivo, pois o auditório se identifica com o ator político através de um processo irracional. Desse modo, visando alcançar uma identificação com o maior número possível de indivíduos do auditório a que se dirige, o sujeito político cria sua imagem com base em uma mistura “de traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de declarações verbais, tudo relacionado às expectativas vagas dos cidadãos, por meio de imaginários que atribuem valores positivos e negativos a essas maneiras de ser.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 137)

Objetivando, assim, a identificação com o maior número possível de indivíduos, os políticos acabam se valendo de valores opostos para construir sua imagem, tendo em vista que as pessoas são e pensam de maneiras diferentes. Em outras palavras: conforme seu público-alvo, o político procura apresentar-se como alguém *moderno*, mas também *tradicional*, procurando atender aos imaginários dos indivíduos a quem se dirige, sem excluir nenhuma opinião. Dividem-se em:

- *éthos* de potência: estreitamente relacionado ao sexo masculino, é verificado por meio da força física, de virilidade, enfim, da realização de “proezas físicas pessoais”, através de discursos que exaltam a força, que apresentam um ator político com voz ativa e palavras fortes;

- *éthos* de caráter: engloba inúmeras imagens, já que de um político com caráter espera-se força, firmeza, moderação, honestidade, dentre outras virtudes que se completam para construção desse tipo de *éthos*;
- *éthos* de inteligência: é responsável por provocar a admiração e o respeito do auditório pelo sujeito político que demonstre possuí-lo. Charaudeau (2006) defende a ideia de que esse tipo de *éthos* é percebido em função do que se pode apreender do comportamento do indivíduo em sua vida privada, e não apenas diante da maneira como ele se porta e se pronuncia nos acontecimentos políticos. Há duas figuras representativas desse *éthos*: a de *homem culto* e a de *homem astuto*;
- *éthos* de humanidade: nele se observa a capacidade do indivíduo de demonstrar sentimentos, compaixão, de confessar suas fraquezas e gostos pessoais, mostrando ao auditório todo o seu lado humanístico, de pessoa comum que tem momentos felizes e tristes. O *sentimento*, uma das figuras primordiais desse tipo de *éthos*, é mostrado para o auditório com a ajuda das mídias: quando os sujeitos políticos, por exemplo, fazem visitas aos necessitados, ou quando comparecem em situações trágicas, oferecendo ajuda e demonstrando suas condolências, seja através de palavras, seja através de ações;
- *éthos* de chefe: no caso de presidentes da república, é direcionado tanto para o auditório, buscando a identificação deste com o político, como para o próprio governo. A tônica é demonstrar que se exerce liderança. Desse modo, o ator político assume a imagem de *guia*, de *soberano* e de *comandante*;
- *éthos* de solidariedade: caracteriza-se pela construção de uma imagem de disponibilidade do sujeito político para com seu auditório e se dá através de atos e declarações, podendo, por exemplo, manifestar-se na forma de *slogans* que demonstrem que o ator político sensibiliza-se com as demandas do auditório. Charaudeau (2006, p. 164) assevera que “[...] o movimento de solidariedade passa por um processo de identificação de um grupo por meio de uma ideia, um valor.”

Tanto os *ethé* de credibilidade quanto os de identificação aqui descritos possibilitarão uma maior compreensão da(s) imagem(ns) construída(s) pelos ex-presidentes em seus discursos. Outro aspecto interessante assinalado por Charaudeau (2006, p. 115) é a questão da identidade do sujeito, que é desdobrada em dois componentes:

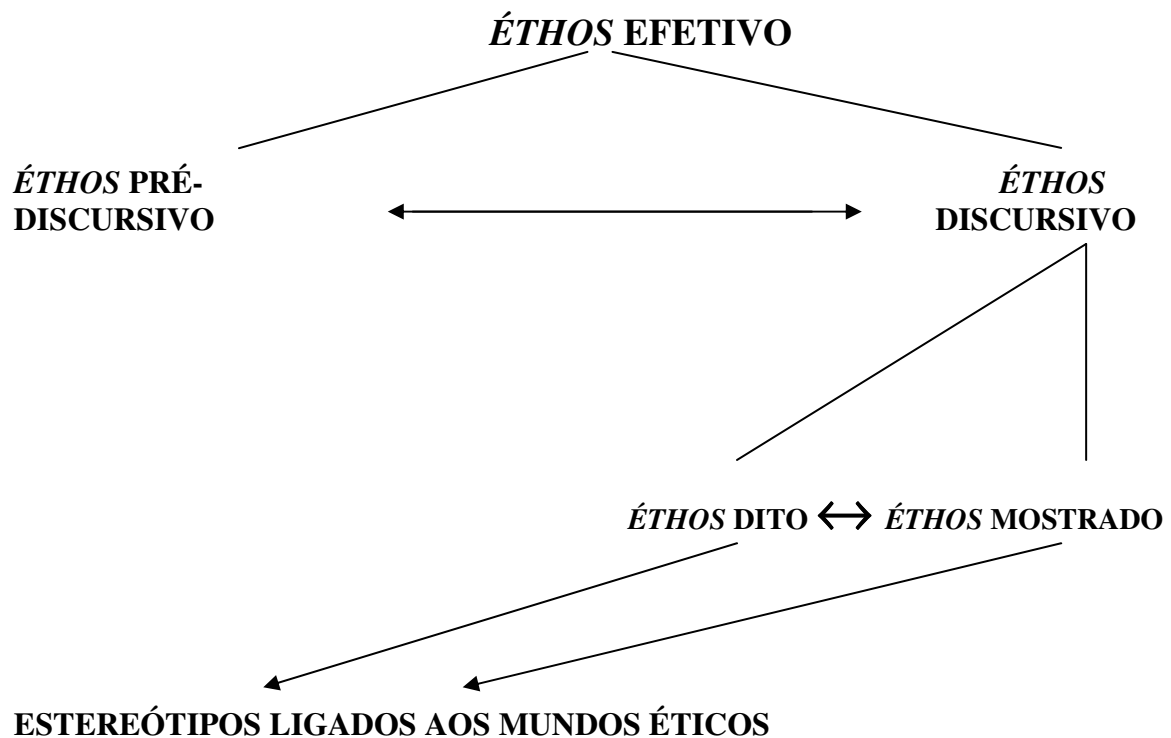
Em sua primeira componente [sic], o sujeito mostra-se com sua identidade social de locutor [...]. Em sua segunda componente [sic], o sujeito constrói para si uma figura daquele que enuncia, uma identidade discursiva de enunciador que se atém aos papéis que ele se atribui em seu ato de enunciação, resultado das coerções da situação de comunicação que se impõe a ele e das estratégias que ele escolhe a seguir. O sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si.

Portanto, segundo o autor, o resultado dessa dupla identidade, que acaba fundindo-se em uma, pode ser denominado *éthos*. Reforçando o pensamento de Charaudeau, Tringali (1988, p. 78) afirma:

Não basta, ao orador cuidar da própria imagem durante o discurso, apresentar-se ora humilde, ora austero, ora tranquilo, ora autoritário... o que realmente conta é a imagem do orador que deriva de toda sua vida moral. Há uma ligação profunda entre a vida e o discurso que, por sua vez, reflete a vida do orador. Sem uma vida honrada, o discurso não persuade.

Nessa mesma direção, Maingueneau, em seus trabalhos mais recentes (2006; 2008), postula a existência de um “*éthos* efetivo”, que congregaria um *éthos* pré-discursivo (ou prévio²⁴ e um *éthos* discursivo, constituído, por sua vez, de um *éthos* dito (nível do enunciado: as informações que o orador dá de si mesmo) e um *éthos* mostrado (nível da enunciação: o “tom” que o discurso, mesmo escrito, assume: didático, enérgico etc). Maingueneau altera, assim, a posição inicialmente assumida – mais compatível com a de Aristóteles – de que o *éthos* se construiria apenas no/pelo discurso. Verifica-se tal alteração no quadro esquemático a seguir:

²⁴ No que diz respeito ao *éthos* prévio, Amossy (2008) pontua que a definição de *éthos* proposta por Aristóteles – imagem de si construída no discurso – enfrentou a discordância de pensadores como Cícero e Quintiliano, que consideravam o *éthos* como um dado preexistente, que compreenderia uma gama de informações, tais como a autoridade individual e institucional do orador, ou seja, a reputação de sua família, seu modo de vida, seu *status* social. Assim sendo, Cícero e Quintiliano transportam a noção de *éthos* para a esfera do caráter do orador, esvaziando a ideia de argumento pautado apenas na palavra. O caráter moral e a habilidade de bem manejar o verbo definiriam um bom orador, no entender de Cícero.



(Diagrama do *ethos* discursivo efetivo. In: MAINGUENEAU, 2008, p.19 – Adaptado)

Verifica-se, pois, que o conceito de *ethos* se alarga nos autores citados, envolvendo também uma imagem prévia do orador, o que é importante se considerarmos que tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Luís Inácio Lula da Silva são pessoas públicas, das quais já temos uma imagem, antes mesmo que eles abram a boca. Esses atores políticos devem, então, ter seus discursos minuciosamente examinados e sua imagem social (prévia) e discursiva investigada, pois o discurso político é edificado, muitas vezes, no intuito de dizer o que não pode ser dito. Esse tipo de discurso precisa, pois, ser hábil o suficiente para informar e dizer não dizendo. Assim, a arte da boa argumentação é importante instrumento na dupla tarefa de construção do perfil do orador e de uma imagem de política virtuosa e eficiente, conduzida por ele, questões essas que passam pelo “verossímil” e não pela verdade ontológica.

Nesse sentido, e reforçando a importância do *ethos*, pode-se afirmar, segundo Maingueneau (2008, p. 29), que:

A problemática do *ethos* pede que não se reduza a interpretação dos enunciados a uma simples codificação; alguma coisa da ordem da experiência sensível se põe na comunicação verbal. As “ideias” suscitam a adesão por meio de uma *maneira de dizer* que também é uma *maneira de ser*. (grifos do original)

Desse modo, é preciso contar com o poder advindo de uma “moral inerente ao ser”, ou seja, contar com uma argumentação que está contida na própria figura do indivíduo (nesse caso, ator político) que – por si só – tem força de argumento.

2.4 A nova retórica

Pode-se dizer que o surgimento de uma nova retórica baseada nos fundamentos da retórica grega ocorreu devido à insatisfação com o modelo vigente, em um dado momento na história das ciências que, fundado no raciocínio cartesiano e embasado na lógica dedutiva, desautorizava completamente raciocínios que se firmassem pelo juízo de valor.

Em Descartes (2001), o raciocínio deveria considerar quatro preceitos lógicos: **receber** (uma informação verificando sua procedência, sua racionalidade e seu grau de verdade); **analisar** (uma informação de todas as formas possíveis); **ordenar** (os pensamentos de modo a partir de raciocínios mais simples até os mais complexos); **enumerar** (efetuar em toda parte relações metódicas completas e revisões gerais a fim de que nada fique sem verificação e nada seja omitido).

Perelman (2004), no entanto, rompe com esse modelo cartesiano e busca criar um projeto teórico que abarque os julgamentos de valor de modo arbitrário, sem as amarras da racionalidade, propiciando, portanto, a visualização do provável. Para ele, o campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que esse último escapa às certezas do cálculo²⁵.

O filósofo belga contesta o racionalismo que credita todo poder à convicção oriunda de um juízo validado pelo homem (que aceita apenas aquilo que é certo e irrefutável, eliminando, desse modo, todo conhecimento inseguro ou sujeito a controvérsias através da investigação científica) em detrimento um juízo fundado na natureza particular de um sujeito, ou seja, daquele que repousa na subjetividade. Para problematizar essa teoria, cita Kant que “opõe de um lado, convicção, objetividade, ciência, razão, realidade; do outro, persuasão, subjetividade, opinião, sugestão, aparência. Para ele, incontestavelmente, a convicção é superior à persuasão; apenas ela é comunicável.” (PERELMAN, 2004, p. 61).

Com base no desejo de transcender a regra lógica, Perelman contesta, portanto, essa visão e mergulha no que ele mesmo designa como “lógica do preferível”, tendo em vista a

²⁵ Nesse sentido, Perelman se opõe diretamente à concepção de Descartes que, grosso modo, classifica tudo que é verossímil como falso, classificando como racionais e aceitáveis somente as demonstrações fundadas em provas claras e distintas.

investigação de práticas discursivas que podem levar, ou não, a uma opinião sobre certo assunto. Inaugura, assim, uma nova retórica que resgata, grosso modo, a filosofia aristotélica, mas incorpora à sua teoria a noção de raciocínio dialético, o que lhe proporciona mecanismos de análise da discursividade persuasiva. Perelman (2004, p. 65-66) diz que “de fato, seu objetivo é possibilitar-nos sustentar nossas opiniões e fazer com que sejam admitidas pelos outros. A retórica não tem, pois, como objetivo o verdadeiro, mas o opinável”. Desse modo, ele estabelece o que almeja sua nova visão de retórica:

A retórica, em nosso sentido da palavra difere da lógica pelo fato de se ocupar não com a verdade abstrata, categórica ou hipotética, mas com a adesão. Sua meta é produzir ou aumentar a adesão de determinado auditório a certas teses e seu ponto inicial será a adesão desse auditório a outras teses. (PERELMAN, 2004, p. 70).

O filósofo belga pretende, assim, desenvolver sua teoria estudando as técnicas discursivas que visam aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes são apresentadas e, desse modo, o conceito de auditório – também utilizado por Aristóteles – será de suma importância para expressar seu ponto de vista²⁶. Considera Perelman (2004, p. 71) que “uma vez que visa à adesão, a argumentação retórica depende essencialmente do auditório [...] e isso concerne não só às premissas do raciocínio mas também a cada elo deste e, enfim, ao próprio juízo que será baseado no todo da argumentação.”²⁷

Para Grácio (1993, 91), “o auditório universal é, em primeiro lugar, uma construção ideal elaborada em função do discurso que aspira ao consenso de todos os homens racionais sobre o que, nesse discurso, é dito”. Do mesmo modo, Perelman (2004) acredita que qualquer argumentação seja ela qual for, tenciona influenciar um auditório, levando-o à adesão do argumento proposto.

No entanto, há de se levar em conta que esse auditório já carrega em si certos valores, presunções, experiências que devem ser levados em conta no momento da utilização da técnica argumentativa. Assim, “o que será aceito por um auditório não o será por outro; e isso concerne enfim, ao próprio juízo que será baseado no todo da argumentação”. (PERELMAN, 2004, p. 74). Desse modo, o filósofo estabelece a noção de auditório enquanto “conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 22), considerando ainda que este é resultado de uma

²⁶ Perelman adere ao termo “auditório” empregado por Aristóteles, pois acredita ser conveniente ao estudo da argumentação manter esse vocábulo.

²⁷ Perelman estabelece, então, o auditório como foco de sua retórica, diferentemente de Aristóteles que se concentrava mais na figura do orador.

construção, grosso modo, sistematizada e que tem relação direta com as expectativas subjetivas do orador em relação a seu público, isto é, a seu auditório.

Essas expectativas subjetivas devem ser tratadas com atenção, pois podem vir carregadas de conteúdos impróprios, tais como estereótipos ou preconceitos que podem levar à falência o intento argumentativo. Nesse sentido, Perelman assevera que o orador deve ajustar meticulosamente seu discurso às expectativas e exigências do auditório, caso queira consumir a adesão. Trata-se de uma perfeita adaptação do locutor aos interesses de quem o escuta. Sobre isso, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 28) asseguram que “há apenas uma regra [...], que é a adaptação do discurso ao auditório, seja ele qual for: o fundo e a forma de certos argumentos, apropriados a certas circunstâncias, podem parecer ridículos noutras”.

Outro ponto importante abordado por Perelman, em sua nova retórica, é a questão do foco da produção argumentativa, ou seja, o que visa o argumento: persuadir ou convencer. O filósofo se propõe a estabelecer tal diferença, muito embora, reconheça ser ela bastante sutil:

Propomo-nos chamar *persuasiva* a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar *convincente* àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional. O matiz é bastante delicado e depende, essencialmente, da ideia que o orador faz da encarnação da razão. Cada homem crê num conjunto de fatos, de verdades, que todo homem “normal” deve, segundo ele, aceitar, porque são válidos para todo ser racional. Mas será realmente assim? Essa pretensão a uma validade absoluta para qualquer auditório composto de seres racionais não será exorbitante? Mesmo o autor mais consciencioso tem, nesse ponto, de submeter-se à prova dos fatos, ao juízo de seus leitores. Em todo caso ele terá feito o que depende dele para convencer, se acredita dirigir-se validamente a semelhante auditório. (PERELMAN, 2004, p. 31, grifos do original)

De acordo com uma teoria clássica da argumentação pode-se admitir, grosso modo, que a persuasão remete à vontade, à emoção, à decisão, enquanto o convencimento remete à razão e à inteligência. Perelman estabelece uma conexão entre a prática a ser executada e a imagem do auditório, o que significa que a argumentação se fundamenta sempre no contexto e nos interesses do orador e, este, idealizando o auditório a que se dirige, ora tenta convencer (apelando para elementos da razão), ora tenta persuadir (tentando conduzir ou ainda incitar o ouvinte). A persuasão seria, pois, em princípio, útil para dirigir-se a um auditório particular e o convencimento, a auditórios universais.

O objetivo do orador da nova retórica é, em linhas gerais, “buscar as manifestações explícitas ou implícitas de uma adesão com a qual possa contar.” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 75). Perelman assevera que essa adesão do auditório supõe um acordo com o orador, acordo esse que permite a apreciação de premissas explícitas e de

ligações particulares que criam uma argumentação pautada no que é presumidamente admitido pelos ouvintes.

Um acordo, segundo o filósofo, possui objetos que se configuram em premissas. Perelman agrupa esses objetos em duas categorias: uma relativa ao real e outra relativa ao preferível. Desse modo, encontramos em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 73), a seguinte passagem sobre essa questão:

[...] na argumentação, tudo o que se presume versar sobre o real se caracteriza por uma pretensão de validade para o auditório universal. Em contrapartida, o que versa sobre o preferível, o que determina as escolhas e não é conforme a uma realidade preexistente, será ligado a um ponto de vista determinado que só podemos identificar com o de um auditório particular, por mais amplo que seja.

No que tange os tipos de objeto de acordo, Perelman estabelece que os pertencentes ao real são, de um lado, os fatos e verdades e de outro, as presunções. Já os objetos relativos ao preferível são os valores, as hierarquias e os lugares do preferível.

Camargo (2001, p. 246), ao analisar os objetos referentes ao real na teoria de Perelman afirma:

Perelman qualifica os argumentos que se fundamentam no real e os que se fundamentam sobre a estrutura do real como argumentos quase-lógicos e, portanto, de grande força persuasiva. Os argumentos que se fundamentam no real ou sobre o real, consistem naqueles que se utilizam das relações de sucessão ou as de coexistência. As relações de sucessão, por exemplo, concernem a acontecimentos que seguem no tempo como a causa e o efeito, e que nos permitem investigar a causa a partir dos efeitos ou apreciar a causa pelos efeitos (argumento pragmático).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) asseveram que os valores constituem imprescindíveis premissas para a edificação da estruturação do raciocínio. Eles possibilitam a intervenção do orador junto ao ouvinte, no intuito de influenciá-lo a tomar certas decisões em detrimento de outras, recorrendo a esses mesmos valores para justificar essa influência, de modo a torná-la legítima.

Todo conjunto de crenças supõe valores que podem se revestir com traços de um fato ou com traços de uma verdade. O orador deve, portanto, trabalhar esses valores com certo cuidado, pois, supondo que um argumento assuma uma posição de verdade para um auditório, se este não pactuar com tal intenção, possivelmente invalidará essa pretensa verdade, transformando-a em fato apenas.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 87), a noção de valor divide-se em valor concreto e valor abstrato. O primeiro é aquele que “se vincula a um ente vivo, a um

grupo determinado, a um objeto particular, quando os examinamos em sua unicidade. A valorização do concreto e o valor conferido ao único estão estreitamente ligados: desvelar o caráter único de alguma coisa é valorizá-la pelo próprio fato.” O valor concreto²⁸ é definido através da análise de seu aspecto de realidade única, ou seja, trata-se de uma posição firme diante de um conceito. O valor abstrato²⁹, por sua vez, serve à relativização de um conceito, fornecendo a quem o utiliza, a possibilidade de subvertê-lo. Muito embora haja uma caracterização dos valores, estes podem ser usados de forma diversa, isto é, podem-se utilizar valores concretos para fundar valores abstratos e vice-versa. Evidentemente, o orador vai alicerçar sua argumentação ora em valores concretos, ora em valores abstratos, conforme sua conveniência.

Sobre as hierarquias Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) esclarecem que, assim como os valores, as hierarquias possuem extrema importância – até mais importância que os próprios valores – do ponto de vista da construção do raciocínio, uma vez que elas dizem respeito à maneira como os valores são distribuídos em termos de importância para o auditório. Os autores afirmam, portanto, que:

A maioria dos valores são, de fato, compartilhados por um grande número de audiências, e uma audiência particular é caracterizada menos por aqueles valores que ela aceita do que pela maneira como ela o valoriza. Valores podem ser admitidos por diferentes auditórios, mas o nível de sua aceitação irá variar de um auditório para outro. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.92)

Por sua vez, os lugares do preferível³⁰, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), devem ser reconhecidos como *containers* de argumentos, já que esses lugares propiciam o acúmulo e a classificação de argumentos que podem ser “sacados”, caso seja necessário sua utilização. Funcionam, pois, como premissas gerais – lugares comuns – que possibilitam uma considerável generalidade argumentativa que se faz eficiente em muitas ocasiões. Os acordos que são legitimados pelo auditório, *a priori* são fundados nesses lugares comuns. Sobre sua importância, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 94) afirmam:

²⁸ Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), vinculados a um ente vivo (a Igreja, a carta magna, o Brasil), os valores concretos têm seu valor argumentativo relacionado à sua singularidade, uma vez que o caráter único de algo é seu próprio instrumento de valorização.

²⁹ Os valores abstratos, por seu turno, têm sua finalidade fundada na definição, por exemplo, da moral dos entes concretos, na modificação de critérios que estabelecem uma ordem etc. Perelman e Olbrechts-Tyteca exemplificam-nos com a caracterização da justiça, da verdade etc.

³⁰ Os gregos utilizavam o conceito de lugares para denominar lugares virtuais, de fácil acesso, em que o orador pudesse lançar mão de argumentos apropriados nos momentos de necessidade. Aristóteles, então, já estudava nos tópicos todos os tipos de lugares que servissem de premissa para silogismos retóricos ou dialéticos. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), ao tratar da questão do acordo do preferível no âmbito da argumentação, destacam os lugares do preferível como sendo o terceiro ponto da argumentação que ordena as hierarquias, sendo essas ordenadoras dos valores.

Quando se trata de fundamentar valores ou hierarquias, ou de reforçar a intensidade da adesão que eles suscitam, pode-se relacioná-los com outros valores ou com outras hierarquias, para consolidá-los, mas pode-se também recorrer a premissas de ordem muito geral, que qualificaremos com o nome de lugares [...] dos quais derivam [...] tratados consagrados ao raciocínio dialético.

Tendo em vista o arcabouço teórico fomentado por Perelman, fica evidente que o objetivo de sua “nova retórica” não é provar a veracidade de uma conclusão a partir das premissas, mas, sim, direcionar a adesão das premissas à conclusão. Como ele mesmo enfatiza, a transferência de adesão não se realiza senão pelo estabelecimento de uma solidariedade entre as premissas e as teses que um orador se empenha em fazer admitidas. Sua retórica funda-se, portanto, no combate a posições filosóficas taxativas e absolutistas que produzem verdades definitivas e indiscutíveis. Ao contrário, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 577) observam que sua filosofia é fundamentada no fato de que os homens aderem a toda espécie de opinião com intensidade variável e que esta só é conhecida quando colocada à prova.

Assim, a retórica em sua versão clássica ou em sua versão atualizada carrega um valioso teor persuasivo, propiciando, por meio de seus elementos, a facilitação da argumentação.

2.5. Os recursos linguístico-discursivos a serviço da argumentação

Discutidos os conceitos mais gerais que servirão de norte para a análise do *corpus*, resta-nos examinar os recursos linguístico-discursivos que nos permitirão explorar esses conceitos de forma mais concreta e operatória. Vamos a eles.

2.5.1. A semântica global e seus componentes

Mainueneau (2005), em sua *Gênese dos discursos*, aborda a questão do funcionamento do discurso em diferentes planos, que se integram, sem que um seja mais importante do que outro(s). O autor propõe, portanto, articular esses planos num mesmo movimento, contemplando aspectos que vão do vocabulário ao modo de enunciação, para, desse modo, proceder à construção dos sentidos, a partir de um conjunto que ele denomina “semântica global”.

Assim, no seu entender, “um procedimento que se funda sobre uma semântica ‘global’ não compreende o discurso privilegiando tal ou tal de seus ‘planos’, mas integrando-os a todos, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 79).

Sem desprezar os demais planos apontados pelo autor no âmbito da sua “semântica global”: a intertextualidade e o modo de coesão; descreveremos, a seguir, os planos que nos parecem mais produtivos para a análise que nos propomos realizar. São eles: a dêixis enunciativa, o modo de enunciação, o estatuto de enunciador e do destinatário, o vocabulário e os temas.

2.5.1.1. A dêixis enunciativa

Segundo Maingueneau (2005, p. 93-94), “o ato de enunciação supõe a instauração de uma dêixis espaço-temporal que cada discurso constrói em função de seu próprio universo”. Essa dupla modalidade – espacial e temporal – estabelece uma instância de enunciação legítima, restringindo, de uma só vez, a “cena” e a “cronologia” que esse discurso constrói para autorizar sua enunciação. Cena e cronologia estão, dessa maneira, em conformidade com as restrições de uma formação discursiva.

O autor explica que, em lingüística, entende-se por dêixis³¹ o conjunto de localizações no espaço e no tempo que um ato de enunciação apresenta, graças a “embreantes”. Esse termo pode ser definido, de acordo com Jakobson como:

[...] unidades que têm dupla função e duplo regime, que remetem ao enunciado (a mensagem, recebida no presente) e ao enunciador que a anunciou (anteriormente). Os pronomes pessoais são considerados embreantes, pois ocupam um lugar determinado no enunciado, onde são tomados como elementos do código, além de manterem uma relação existencial com um elemento extralingüístico: o de fazer uso da palavra. (JAKOBSON *apud*: CAUQUELIN, 2005, p. 87-88).

Os embreantes são, pois, integrados temporal e espacialmente à posição do enunciador (demonstrando a subjetividade e a singularidade desse enunciador em cada enunciado) e do enunciado (estabelecendo uma objetivação que possibilita uma separação entre enunciador e enunciado), afetando e proporcionando, pois, um duplo processo (vínculo e separação) entre enunciador e enunciado.

³¹ O termo “dêixis” ou “dêitico” é conceituado por no escopo da teoria lingüística, como um termo que engloba as características de pessoa, tempo e lugar de uma língua. São exemplos de palavras dêíticas (ou exofóricas): *agora / depois, aqui / ali / aí, eu / tu / ele, este / esse / aquele.*” (cf. CRYSTAL, 1988, p. 74-75).

A dêixis é, certamente, importante para uma análise do discurso, pois são casos de comunicação linguística que apontam para aspectos da realidade extralinguística, possibilitando a marcação de situações de interlocução.

2.5.1.2. O modo de enunciação

Maingueneau (2005) assevera que um discurso não é somente um conjunto de conteúdos que se associam a uma dêixis e a um estatuto de enunciador e de destinatário. O discurso também é, um “modo de dizer”, isto é, um modo de enunciação específico. Desse modo, o discurso – inclusive o escrito – possui um tom, uma “voz” (mesmo quando ele a nega), que opera de modo a lhe garantir um “caráter” (disposições mentais) e uma “corporalidade” (esquemas que definem uma certa maneira de “habitar” um corpo de enunciador)³².

O autor pontua que essa voz “só pode ter uma existência paradoxal, já que ela é deslocada em relação ao texto a que dá suporte, sem remeter à plenitude de um corpo atestado” e complementa essa afirmação, dizendo que “a oralidade não é o falado” (MAINGUENEAU, 2005, p. 96). Assim, no seu entender, o “modo de enunciação” responde às mesmas restrições semânticas que regem o próprio conteúdo de um discurso. Isso significa que não somente o modo de enunciação torna-se, com frequência, tema do discurso, mas também que esse conteúdo acaba por “tomar corpo”, ou seja, “os textos falam de um universo cujas regras são as mesmas que presidem sua enunciação.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 97).

O autor introduz ainda o conceito de incorporação para salientar a questão da imbricação entre o discurso e seu modo de enunciação. Desse modo ele assinala que 1) o discurso, através do corpo textual, faz o enunciador encarnar-se, tomar corpo; 2) esse fenômeno funda a “incorporação” pelos sujeitos de esquemas que estabelecem uma forma concreta, socialmente caracterizável, de estar no mundo e de entrar em contato com o outro; 3) essa dupla incorporação assegura, ela mesma, a incorporação imaginária, dos destinatários no corpo dos adeptos do discurso. Assim sendo, o destinatário não se vale apenas de ideias; ele acede a uma “maneira de ser” através de uma “maneira de dizer”.

³² Essas considerações a respeito do modo de enunciação em Maingueneau (tais como a abordagem do caráter, da corporalidade e do tom) remetem a conceitos relacionados à questão do *éthos* discursivo, que será desenvolvida por ele em trabalhos mais recentes (considerando que o original francês do livro é de 1984).

2.5.1.3. O estatuto do enunciador e do destinatário

Com base no diversos modos de subjetividade enunciativa que dependem diretamente da competência discursiva³³, verifica-se que cada discurso define o “estatuto” que o enunciador deve conceder-se e o “estatuto” que ele conferirá ao destinatário em busca da legitimidade de seu dizer. No que concerne a esta pesquisa, podemos afirmar que o estatuto do locutor político é o de quem busca a legitimidade, a credibilidade e a autoridade daquele que fala em nome de uma maioria e o do destinatário como o de uma maioria bem representada.

Maingueneau (2005) assevera a importância de se reconhecerem as competências que o enunciador deve ter para que produza sua atividade verbal com eficiência e ela seja bem interpretada pelo destinatário. São elas: o domínio da língua, o conhecimento de mundo e a competência comunicativa.

2.5.1.4. O vocabulário

Para verificar a eficiência de um discurso com vista à persuasão, deve-se levar em conta uma satisfatória seleção lexical. No caso do discurso político, por exemplo, a escolha do vocabulário poderá fornecer rastros importantes para a revelação das estratégias argumentativas utilizadas.

Sobre o emprego do léxico Maingueneau (2005, p. 81) assevera que “seria errado pensar que, num discurso, as palavras não são empregadas a não ser em razão de suas virtualidades de sentido em língua. Porque, além de seu estrito valor semântico, as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento.” O autor assinala a importância da escolha lexical, advertindo que entre vários termos, a princípio, equivalentes, os enunciadores são geralmente levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo. Partindo-se dessa afirmação, é lícito afirmar que a seleção vocabular indica pontos de vista, visões de mundo que, por meio dela, se manifestam na superfície textual.

Por sua vez, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.144) acrescentam que “tal escolha é raramente desprovida de carga argumentativa”. Assim sendo, o sucesso de uma argumentação está diretamente ligada à boa utilização dos vocábulos, que devem ser cuidadosamente selecionados, tendo em vista os propósitos do enunciador e o auditório a que se dirige.

³³ Inspirada em Chomsky, a competência discursiva deve ser entendida como o domínio dos saberes linguísticos e retórico-pragmáticos que permitem configurar as estruturas discursivas. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/69315778/311/Competencia-discursiva>. Acesso em: 16/05/2011.

Por exemplo, um orador que pretende atingir um auditório multifacetado, com indivíduos de todas as classes sociais, e só utiliza termos complexos, inerentes a apenas um segmento social – geralmente mais elitista –, está fadado a não se fazer entender por muitos destinatários que não possuem domínio de um léxico mais sofisticado.

Não há dúvida, portanto, de que a escolha lexical é extremamente importante na “tessitura” de um discurso que se quer bem sucedido. Desse modo, fica claro que os sentidos “carregados” pelas palavras contribuem para corroborar (ou não) o sucesso argumentativo. Como assevera Ducrot (1987, p. 51), “o valor argumentativo de uma palavra é, por definição, a orientação que essa palavra dá ao discurso.”

2.5.1.5 Os temas

Maingueneau (2005, p. 85) conceitua tema como “aquilo de que ‘um discurso trata’, em qualquer nível que seja”, sinalizando tal definição como “vaga”, mas, ao mesmo tempo, contentando-se com ela. Assevera ainda que “do ponto de vista de um sistema de restrições global, uma hierarquia de temas não tem grande interesse já que o conjunto da temática se desdobra a partir dele”, sendo, pois, sua ação perceptível em todos os pontos do texto.

Dada a complexidade da questão do tema, tendo em vista um campo discursivo, Maingueneau (2005) sintetiza as seguintes proposições: 1) um discurso dado integra semanticamente os seus temas, isto é, eles estão todos de acordo com seu sistema de restrições; 2) esses temas se dividem em dois subconjuntos que seriam os temas impostos e os específicos; 2’) os temas impostos se dividem em compatíveis – convergindo semanticamente com o sistema de restrições – e em incompatíveis – não convergindo semanticamente com o sistema de restrições, porém se integrando mesmo assim, em virtude da proposição; 2’’) os temas específicos são aqueles próprios do discurso, sendo que sua presença permite explicar a relação semântica privilegiada com o sistema de restrições.

O autor afirma, por fim, que todo discurso que visa ser aceito é obrigado a impor-se por um certo número de temas. No entanto, é por meio de sua formação discursiva – e não por meio de seus temas – que a especificidade de um discurso se define.

Além dos planos da semântica global, rapidamente apresentados nos parágrafos anteriores, abordaremos a noção de modalização que julgamos relevante para a análise do *corpus*, como se verá.

2.5.2 A modalização

A modalização é uma categoria semântico-formal que possibilita a expressão de subjetividade, manifestando-se no discurso através dos índices ou marcadores de modalidade. Intervêm nas modalizações os meios morfológicos, sintáticos, prosódicos e lexicais, que permitem a expressão de uma atitude do enunciador perante a validade dos conteúdos que veicula e que podem referir-se (ou não) à realidade.

Os modalizadores, conforme afirma Neves (2006, p. 254), “são utilizados na interação verbal, em princípio para exprimir o ponto de vista do enunciador”. Já no entender de Koch (2002), os modalizadores, tomados em sentido amplo, são elementos linguísticos, conectados à produção do enunciado, que possuem a função de indicar intenções, sentimentos e atitudes do locutor em relação a seu discurso. Para essa autora, os modalizadores

[...] caracterizam os tipos de atos de fala que [se] deseja desempenhar, revelam o maior ou menor grau de engajamento do falante com relação ao conteúdo proposicional veiculado, apontam as conclusões para as quais os diversos enunciados podem servir de argumento, selecionam os encadeamentos capazes de continuá-los, dão vida, enfim, aos diversos personagens cujas vozes se fazem ouvir no interior de cada discurso. (KOCH, 2002, p. 136).

As modalizações orientam a argumentação no sentido de se evitar – sempre que possível – a contra-argumentação, a fim de que o discurso se apresente como verdade única. Desse modo, as modalidades utilizadas por um enunciador devem traduzir a forma como ele se inscreve na enunciação.

Esse arcabouço teórico permite ao enunciador resgatar, na atualidade dos acontecimentos, os sentidos já instituídos na memória social coletiva. Ao resgatá-los, impõe-lhes novos sentidos, integrando *enunciação e memória* e deixando, assim, marcas na sequência discursiva. Essas marcas, pelo modo como aquilo que se diz é dito, permitem recuperar as relações que se estabelecem entre língua e história/cultura e captar as posições ideológicas do sujeito.

Cervoni (1989), ao abordar a questão das modalidades, assevera que o conceito de modalidade – *a priori* – implica a ideia de que uma análise semântica permite distinguir em um enunciado, um dito e uma modalidade (um ponto de vista do sujeito falante sobre esse conteúdo). Essa noção de modalidade deve buscar uma concepção restritiva para que haja pertinência na linguística.

Classifica, assim, as modalidades linguísticas em três níveis: I) **núcleo duro**, que é constituído pelas modalidades proposicionais (ex.: *É necessário que o governo atue*) e pelos auxiliares de modo (ex.: *O governo deve atuar*). No seu entender, devemos colocar esses elementos num mesmo plano porque ambos têm uma significação essencialmente modal e perfeitamente explícita; II) **modalidades impuras**, que englobam frases com uma estrutura “que” utilizada para parafrasear um verbo modal (ex.: *Obrigar equivale a fazer com que X aja de ... tal maneira*), os verbos impessoais, com adjetivos como *útil, agradável, interessante*, etc (ex.: *Seria útil que...*, *Seria necessário que..*) e os adjetivos avaliativos que afetam toda uma oração (ex.: *É urgente que a epidemia acabe*); III) **exclusões**, que incluem os adjetivos (em –ável, –ível, úvel) que possuem valor modal porque apresentam estrutura subjacente ao tipo modalidade: admirável – que se deve admirar, eleger – que deve ser elegível; porém, excluem-se dessa categoria terrível, agradável porque não são parafraseáveis por estruturas do tipo modal e, de maneira geral, a categoria dos avaliativos que não fazem referência a toda uma frase: uma *grave* doença, uma vista *agradável*, e as modalidades da frase (asserção, interrogação e ordem). Segundo esse autor, a asserção está relacionada com a verdade; a interrogação, com o conhecimento; a ordem, com a vontade. Distingue, portanto, o que pode ser tipicamente modal, o que é apenas modal e ainda o que pode ser excluído do campo das modalidades, tendo em vista as questões morfológicas, sintáticas e lexicais.

Já em sentido mais estrito, as modalidades, cujo estudo vem desde a lógica clássica, dividem-se, grosso modo, em **aléticas** (aquelas que, baseadas no eixo da existência, tratam do valor de verdade das proposições); as **epistêmicas** (que possibilitam avaliar o conhecimento e as crenças); e as **deônticas** (relacionadas com conteúdos de permissão e obrigação). Centrais na lógica, as modalidades aléticas são, no entanto, pouco estudadas no escopo da linguística. Por essa razão, também no exame do discurso político privilegiaremos as modalidades epistêmicas e deônticas.

A modalização epistêmica pode ser definida, segundo Koch (2002), como aquela que se refere ao eixo da crença, reportando-se ao conhecimento que o falante tem de um estado de coisas, enquanto a modalização deôntica, de acordo com Neves (2006), diz respeito ao eixo de conduta. Situa-se no domínio do dever (obrigação e permissão), anexando-se à ordem e à volição e sendo afeita a predicções projetadas no futuro. Em vista do que foi exposto, tomaremos as modalidades nos discursos do *corpus* tanto em sentido mais amplo quanto em sentido mais estrito, conforme as necessidades da análise que empreenderemos.

CAPÍTULO 3: EXAMINANDO OS PRONUNCIAMENTOS

3.1 Questões metodológicas

Como foi dito na Introdução, o *corpus* da presente pesquisa compõe-se de quatro pronunciamentos de cada ex-presidente (oito no total), tendo em vista situações específicas: pronunciamento de posse de cada mandato e mais dois que contêm assuntos relevantes para o entendimento da estratégia argumentativa tanto de FHC como de Lula. Nesse último caso, conforme explicamos, optamos por pronunciamentos de “balanço”, seja do final de governo, seja de alguma atividade (programa, evento) considerado importante no contexto político da época, tanto assim que mereceu um discurso. Temos, desse modo, exemplares de diferentes momentos dos dois períodos de governo de FHC e de Lula.

No caso de Fernando Henrique Cardoso, examinaremos o pronunciamento de posse do primeiro mandato (1º de janeiro de 1995); o de anúncio do cumprimento de metas na área de Minas e Energia (29 de dezembro de 1998); o de posse do segundo mandato (1º de janeiro de 1999) e, por fim, o pronunciamento de balanço dos resultados da Rede de Proteção Social (04 de dezembro de 2002.). Quanto a Luis Inácio Lula da Silva, analisaremos o pronunciamento de posse do primeiro mandato (1º de janeiro de 2003); o pronunciamento no Seminário para Investidores Estrangeiros no Brasil (29 de janeiro de 2004); o de posse do segundo mandato (1º de janeiro de 2007) e o último pronunciamento do presidente à nação (23 de dezembro de 2010). O quadro abaixo permite visualizar, com mais clareza, os discursos do *corpus*³⁴.

DISCURSO	LOCAL/DATA
Pronunciamento de posse do 1º mandato de Fernando Henrique Cardoso	Congresso Nacional Brasília, 1º de janeiro de 1995.
Pronunciamento de FHC na cerimônia de anúncio do cumprimento de metas na área de Minas e Energia	Palácio do Planalto Brasília, 29 de dezembro de 1998.
Pronunciamento de posse do 2º mandato de Fernando Henrique Cardoso	Congresso Nacional Brasília, 1º de janeiro de 1999.
Pronunciamento de FHC de balanço dos resultados da Rede de Proteção Social	Palácio do Planalto Brasília, 4 de dezembro de 2002.

³⁴ Os discursos, na íntegra, encontram-se nos anexos I (FHC) e II (Lula).

Pronunciamento de posse do 1º mandato de Luiz Inácio Lula da Silva	Congresso Nacional Brasília, 1º de janeiro de 2003.
Pronunciamento de Lula no Seminário para Investidores Estrangeiros no Brasil	Genebra, 29 de janeiro de 2004.
Pronunciamento de posse do 2º mandato de Luiz Inácio Lula da Silva	Congresso Nacional Brasília, 1º de janeiro de 2007.
Último Pronunciamento do Presidente Lula	Palácio do Planalto Brasília, 23 de dezembro de 2010.

A análise dos discursos se dará com base nos mecanismos retóricos e no conceito de *éthos*, que foram expostos na parte referente à fundamentação teórica, com vistas a identificar os traços contidos em cada discurso, levando-se em consideração a conjuntura em que foi produzido. Será feita, desse modo, uma breve contextualização de cada governo – compreendendo todo o período relativo aos dois mandatos de cada presidente – a fim de proporcionar uma “ambientação” que favoreça o entendimento das manobras discursivas adotadas. Essa breve introdução levará em conta aspectos conjunturais gerais que possibilitem uma reflexão acerca das mensagens veiculadas em cada pronunciamento. Serão apresentados fragmentos dos pronunciamentos, objetivando ilustrar as estratégias argumentativas e sua correlação com a persuasão.

O presente trabalho parte das seguintes perguntas: 1) como os então presidentes buscam justificar suas ações governamentais? 2) como se dá o processo de projeção do *éthos* nesses pronunciamentos? 3) de que maneira as imagens projetadas (os *ethé* de credibilidade e de identificação) são forjadas no intuito de legitimar as ações governamentais?

Para obter respostas a esses questionamentos, é necessário entender como o modo de enunciação de cada ator político é construído, isto é, que restrições semânticas operam na constituição do seu “dizer”. Tais restrições implicam, evidentemente, a utilização de recursos linguístico-discursivo específicos, como os dêiticos e os modalizadores, que permitem, ao mesmo tempo, apreender os traços de singularidade de cada político (seu modo singular de “dizer”, seu “estilo”), mas também chegar às posições ideológicas em que eles se inscrevem, já que o sujeito sempre fala de um “lugar social” e, portanto, sofre coerções desse lugar.

3.2. Os Pronunciamentos de FHC

3.2.1. Breve contexto do Governo FHC

Em seu governo, Fernando Henrique Cardoso teve que explicar suas políticas impopulares e ajustadas aos interesses estrangeiros, justificando, muitas vezes, o que era injustificável. Logo, através do apelo retórico, mesmo com o desagrado de vários setores da sociedade, suas palavras, via de regra, atingiam o objetivo de convencimento/persuasão.

Na gestão de seus dois mandatos, FHC discursou em prol do aprimoramento da sociedade brasileira, com base na modernização do Estado, que, para ele, era moroso e carecia de desburocratização. Não obstante, tais argumentos significaram também ações de privatização e de abertura de mercado, dentre outras, que não legitimavam a fala do então presidente.

FHC baseava suas exposições em opiniões prévias e, geralmente, consensuais para dar continuidade à sua argumentação. Por exemplo, o consenso gerado por um discurso que, em tese, defendia a necessidade de crescimento do País serviu de pilar para as ações privatizantes do governo, com base na premissa de que privatizar era necessário para o desenvolvimento da máquina estatal e a consequente potencialização da economia.

3.2.2 Pronunciamento de posse – 1º mandato (1º de janeiro de 1995)

Ao assumir seu primeiro mandato como presidente, Fernando Henrique Cardoso já trazia na bagagem um considerável período de atuação no governo anterior como Ministro da Fazenda. Tendo sido o grande mentor do Plano Real, seu desempenho naquele momento como Ministro, justificou sua condução ao Palácio do Planalto.

Discursando, portanto, como um locutor conhecido (dotado de um *éthos* prévio de competência, já que contava com a legitimidade de grande parte do auditório) e dirigindo-se a um público diversificado (que vai da classe política presente ao evento de posse aos cidadãos comuns – destinatários indiretos), FHC inicia seu pronunciamento evocando a esperança.

*Venho somar minha **esperança** à **esperança** de todos neste dia de conagração. Permitam que, antes do presidente, fale aqui o cidadão que fez da **esperança** uma obsessão, como tantos brasileiros.³⁵*

³⁵ As ênfases (negritos) nos trechos reproduzidos são de nossa responsabilidade.

O locutor introduz, desse modo, a ideia de que representa o anseio de todos, na medida em que se alinha, ele mesmo, com esse anseio. A esperança que compartilha com seu auditório, enquanto valor abstrato, possibilita que sua argumentação passe uma sensação de bem-estar, de expectativa positiva. O locutor mobiliza, portanto, um *éthos* de solidariedade, sintonizado com as necessidades do auditório a que se dirige.

Em seguida, o locutor apresenta seu desejo de viabilizar o crescimento do País através do equilíbrio entre os objetivos que ele propõe.

Pertenço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo.

Ao utilizar a expressão adverbial “ao mesmo tempo”, sugere que as qualificações “democrático”, “desenvolvido”, “livre” e “justo”, *a priori*, não se articulam, mas encontram-se em lugares distintos. Isso nos leva a crer que o orador³⁶ recorre à memória discursiva (ao interdiscurso), procurando estabelecer um *link* entre o momento atual (democrático) e a época da ditadura militar, em que o desenvolvimento do País não se fazia acompanhar de justiça e liberdade.

Dando sequência ao pronunciamento, lança, novamente, mão da memória discursiva aludindo a grandes líderes e mártires que construíram a nação. Adiciona, em seguida, sutilmente, a memória de seu pai e de seu avô, sugerindo que também seus antepassados, fizeram parte da luta pela construção do País. Funda, desse modo, sua legitimidade na tradição familiar. Ao mesmo tempo, vem à tona sua origem elitista e de direita.

Vem de longe a chama deste sonho. Vem dos heróis da Independência. Vem dos abolicionistas. Vem dos "tenentes" revolucionários da Velha República. Essa chama eu vi brilhar nos olhos de meu pai, Leônidas Cardoso, um dos generais da campanha do "petróleo é nosso", como já brilhara no fim do Império nos olhos de meu avô, abolicionista e republicano.

Em outro momento, o locutor faz um breve histórico do movimento político do País, de Juscelino Kubstishek até o período da ditadura.

Vieram então anos sombrios, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas sacrificaram a liberdade. Trouxeram progresso, mas para poucos. E depois nem isso, mas somente o legado - este sim, para todos - de uma dívida externa que amarrou a economia, e de uma inflação que agravou as mazelas sociais na década de 80.

³⁶ Para simplificar, tomaremos aqui os termos *locutor* e *orador* como equivalentes.

O locutor metaforiza o momento da ditadura no Brasil com a expressão “anos sombrios”, enfatizando ainda que, a pretexto do desenvolvimento econômico, a tão valorizada liberdade foi confiscada. Introduce ainda a ideia de que as políticas eram direcionadas às elites (“para poucos”) não logrando, desse modo, nenhum tipo de benefício, à nação; ao contrário, produzindo prejuízos até para aqueles que seriam *a priori* favorecidos.

Nesse fragmento do pronunciamento, percebemos ainda uma estratégia extremamente recorrente na argumentação de FHC: a antítese. Através do conector de oposição “mas”, o locutor fortalece a negação de que o crescimento, o progresso daquela época (a da ditadura) significou realmente algo bom, que valesse o sacrifício da liberdade. Recuperando, assim, através da memória discursiva, esses fatos econômicos, o locutor reforça a ideia de que a instituição democrática é a solução para o enfrentamento do cenário atual – que ainda mantém resquícios das políticas ditatoriais.

Em outro fragmento, citando, novamente, a família e criando, com isso, um apelo emocional, o locutor afirma seu compromisso com o combate a essas políticas nefastas, principalmente à falta da liberdade. Utilizando o recurso de repetição de palavras, também verificado nos trechos anteriores, confere maior ênfase à sua proposta. Sugere, por fim, que por meio de sua ascensão ao governo justiça, liberdade e desenvolvimento poderão, finalmente, andar juntos.

*Assim eu vi meus filhos nascerem, meus netos, sonhando e lutando para divisar o dia em que o desenvolvimento, **liberdade** e justiça - justiça, **liberdade** e desenvolvimento - andariam **juntos** nesta terra. Eu nunca duvidei que esse dia chegaria.*

Ainda nesse trecho verifica-se a utilização da modalidade epistêmica, quando o locutor afirma que “nunca duvidou”, isto é, sempre teve a firme crença de que seu sonho era possível. Essa modalidade sugere uma firmeza de princípios, ajudando, portanto, a projetar um *éthos* de virtude, um dos *ethé* de credibilidade.

Dando sequência a seu pronunciamento, o locutor trabalha a questão da imagem, apresentando-se, dessa vez, com um *éthos* humilde, porém decidido.

*Sem arrogância, **mas** com absoluta **convicção**, eu digo: este País vai dar certo! Não por minha causa, **mas** por causa de todos **nós**.*

Muito embora tenha se afirmado até esse momento do pronunciamento – de forma quase explícita – como o dispositivo viabilizador de um novo tempo para o País, apesar de somar a seu currículo pessoal o desempenho de sua família ao longo da história brasileira, o

que cria, de qualquer forma, uma imagem positiva e legitimada, o orador mostra-se, no trecho anteriormente apresentado, preocupado em negar uma face prepotente. Vale-se, pois, da modalidade epistêmica, ancorada no vocábulo “convicção”, para reforçar sua crença no êxito. Utilizando os embreantes/dêiticos “eu” e “nós”, procura criar vínculo com auditório, reafirmando sua imagem positiva, uma vez que arremata a afirmativa, negando ser ele, individualmente, o motivo do êxito que se vislumbra no futuro. Este deve ser atribuído a todos, seus concidadãos (ricos ou pobres), enfim, à nação. Cabe aqui observar que, ao utilizar o futuro no trecho “este País vai dar certo”, o locutor deixa implícito (pressuposto) que o Brasil ainda não deu certo e, embora isso dependa de todos, é ele que, humildemente, se coloca como propulsor da nova condição do País.

No fragmento a seguir, novamente o locutor explora o vocábulo “liberdade” e continua trabalhando na construção de seu *éthos*

*Recuperamos aquele que deve ser o bem mais precioso de um povo: a **liberdade**. **Pacificamente**, com **tranqüilidade**, apesar das mágoas e cicatrizes que ficam como um símbolo para que novas situações de violência não se repitam, viramos a página do autoritarismo [...]*

Percebe-se que o orador procura enfatizar cada vez mais a importância da reconquista da liberdade, perdida nas mãos da ditadura, remetendo aos indivíduos que combateram essa forma de governo. Com isso, reforça, indiretamente, seu passado (que é de conhecimento de todos) de luta e de participação nessa conquista³⁷. Lembra os momentos de perseguição do período, utilizando essa informação para introduzir uma imagem virtuosa de si: a de indivíduo calmo, equilibrado e que também se mostra superior, visto que não contabiliza mágoas. Temos aqui um “nós misto”³⁸, que remete ao locutor, àqueles que o ouvem (vocês) e a todo o povo brasileiro (eles). Afinal, todos os cidadãos brasileiros viveram e sentiram na pele – uns mais do que os outros – a ditadura militar.

O locutor explora todos os recursos, portanto, para a boa edificação de seu *éthos* efetivo: traz à tona seu *éthos* pré-discursivo, exhibe suas qualidades (*éthos* dito) e assume um tom conciliador (*éthos* mostrado), buscando, com isso, obter a adesão do auditório.

³⁷ Ao se referir ao passado de luta e de conquista, o locutor conta com uma recuperação da memória discursiva por parte do auditório, associando a vitória contra a ditadura e a obtenção da democracia a uma vitória pessoal também dele – FHC – que participou de todo aquele movimento.

³⁸ Segundo Fiorin (2003, p. 161-184), o “nós” é uma “pessoa amplificada”, dividindo-se em “nós inclusivo” (eu + você(s)); “nós exclusivo” (eu + ele(s)) e “nós misto” (eu + você(s) + ele(s)).

FHC prossegue (re)investindo na ideia de valorização máxima da liberdade – que ele ajudou a restaurar – e introduz, mais uma vez, um prognóstico positivo para o País, tendo em vista sua eleição.

*[...] assim como para as pessoas da minha geração, que aprenderam o **valor da liberdade** ao perdê-la, a democracia é uma conquista definitiva. [...] Recuperamos a confiança no desenvolvimento.
Não é mais uma questão de esperança, apenas. Nem é euforia passageira pelos dois bons anos que acabamos de ter. Este ano será melhor. O ano que vem, melhor ainda. **Hoje não há especialista sério que preveja para o Brasil outra coisa que um longo período de crescimento.** As condições internacionais são favoráveis. O peso da dívida externa já não nos sufoca.*

O locutor relaciona o futuro promissor com sua passagem pelo governo anterior (“dois bons anos que acabamos de ter”), argumentando que todas as condições são favoráveis e que elas já vinham sendo cultivadas antes – por ele próprio, evidentemente. Portanto, o orador confere a essa afirmação um valor de verdade e não simplesmente a apresenta como um fato hipotético. Investe, assim, na fundamentação da tese de que o futuro será, cada vez, melhor, por meio do credível. A análise de outros (especialistas) é trazida para o fio do pronunciamento como forma de reforçar esse argumento, o que constitui mais uma estratégia pela qual FHC busca legitimar-se e credibilizar seu discurso. Trata-se do argumento de autoridade.

Continuando na construção do raciocínio de que, a partir do que ele já executou (ou seja, o que já executava antes mesmo de sua eleição), o País possui todos os requisitos para o pleno desenvolvimento, FHC, como em muitos outros momentos, reforça a questão da liberdade, que parece, portanto, ser uma palavra-chave no pronunciamento, convenientemente escolhida para que o locutor se contraponha, definitivamente, ao período da ditadura militar, ainda vivo na memória dos brasileiros.

***Chegou o tempo** de crescer e florescer.
Mais importante: **hoje** nós sabemos o que o governo tem que fazer para sustentar o crescimento da economia. E vamos fazer. Aliás, já estamos fazendo.
Quando muitos duvidaram se seríamos capazes de colocar nossa própria casa em ordem, nós começamos a arrumá-la nestes dois anos.
Sem ceder um milímetro da nossa **liberdade**, sem quebrar contratos nem lesar direitos, acabamos com a superinflação.*

No fragmento acima, a expressão “chegou o tempo” e o advérbio “hoje” permitem ao orador estabelecer uma realidade para seu governo: trata-se de um governo que, a partir do agora, mostra-se competente (uma vez que sabe o que tem que fazer) e produtor de resultados

positivos (já que conta com a experiência do governo anterior, em que FHC atuou como Ministro da Fazenda).

No trecho seguinte, após ter apresentado suas qualificações e justificado sua eleição, tendo em vista o trabalho que já desenvolvia, o locutor finaliza essa parte do pronunciamento legitimando, portanto, sua ascensão à presidência (que, na verdade, é apenas uma continuidade do que ele já vinha fazendo), reforçando, novamente, a ideia de liberdade e sinalizando qual será sua bandeira governamental.

[...] a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela continuidade do Plano Real, e pelas reformas estruturais necessárias para afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação. [...] Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento. Falta a justiça social. Este é o grande desafio do Brasil neste final de século é será o objetivo número um do meu governo.

Nesse momento, o locutor estabelece um canal direto com a “maioria absoluta” da população que, como ele mesmo menciona, representa o colégio eleitoral que o escolheu presidente (e, com isso, optou pela continuidade). Ciente da aprovação dessa considerável parcela do auditório, o orador assinala o que ainda falta para que o Brasil cumpra o seu destino de grande potência: a justiça social. A expressão é ampla e se relaciona diretamente a essa grande parte do auditório (o povo, representado pela “maioria absoluta dos brasileiros”), que a partir desse momento receberá expressiva atenção.

[...], eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos.

*Mas veio também, e em grande número dos excluídos [...] a eles eu devo em grande parte a minha eleição.
Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria.
Com serenidade, como é do meu feitio, mas com firmeza. Buscando sempre o caminho do diálogo e do convencimento, mas sem fugir à responsabilidade de decidir.*

O locutor assinala, novamente, seu conhecimento do auditório que o elegeu, reconhecendo, desse modo, que a maioria é de excluídos. Fato interessante na sua argumentação é que ele sinaliza sua intenção de, embora governando para todos, destruir (“se for preciso” – necessidade deôntica) privilégios instalados no seio social. Ora, tais privilégios só podem ser usufruídos pelas classes favorecidas, classes essas que ele mesmo – locutor – representa. Apesar dessa aparente contradição, FHC continua o movimento de construção de

seu *éthos*, definindo-se como sereno, mas, ao mesmo tempo, firme. Verifica-se, portanto, a projeção de um *éthos* de credibilidade, ou seja, o *éthos* de um político sério, responsável. Ele lança mão de um agir ético, em nome de uma responsabilidade estatal, conjuntural.

*A um só tempo restauramos as **liberdades** democráticas e iniciamos a reforma da economia. Continuidade significa confiabilidade no campo internacional. Mudanças bruscas, desligadas de uma visão de longo prazo, podem satisfazer interesses conjunturais, mas não constroem o perfil de um Estado responsável.*

É tempo, portanto, de atualizar nosso discurso e nossa ação externa, levando em conta as mudanças no sistema internacional e o novo consenso interno em relação aos nossos objetivos.

Nos trechos acima, o locutor se dirige a uma outra parcela dos destinatários/ouvintes de seu pronunciamento de posse – os organismos internacionais (um segmento de seu auditório). Exaltando, mais uma vez, a reconquista de liberdades, argumenta que as políticas voltadas para a esfera internacional não sofrerão alterações e, tampouco, deixarão de se alinhar ao movimento dos organismos internacionais. Procura justificar, nesse momento, que a manutenção do contato com os organismos internacionais é benéfico – muito embora a conjuntura não demonstre isso –, pois significa dar continuidade a um processo que visa ao desenvolvimento.

Logo após estabelecer esse pacto de continuidade com os organismos internacionais, o orador se volta novamente para seu auditório – a população – e retoma o argumento de investimento no campo social.

O verdadeiro grau de desenvolvimento se mede pela qualidade da atenção que um País dá à sua gente.

As prioridades que propus ao eleitor, e que a maioria aprovou, são aquelas que repercutem diretamente na qualidade de vida das pessoas: emprego, saúde, segurança, educação, produção de alimentos.

*Vamos assegurar uma vida decente às nossas crianças, tirando-as do abandono das ruas e, sobretudo, pondo um paradeiro nos vergonhosos massacres de crianças e jovens. **Vamos assegurar com energia direitos iguais aos iguais.***

Às mulheres, que são a maioria do nosso povo e às quais o País deve respeito oportunidades de educação e de trabalho.

Às minorias raciais e a algumas quase maiorias - aos negros, principalmente - que esperam que igualdade seja, mais do que uma palavra, o retrato de uma realidade.

*Vamos fazer da solidariedade o fermento da nossa cidadania em busca da igualdade. E a nossa **esperança** de ver um Brasil livre, próspero e justo há de pulsar cada vez mais forte, no peito de cada brasileiro, como uma grande certeza.*

O locutor volta a estabelecer o compromisso de justiça social com a parcela da sociedade que representa os excluídos, definindo-os e enumerando os problemas próprios de cada segmento. A afirmação de que “vamos assegurar com energia direitos iguais aos iguais”, por meio dos vocábulos “assegurar” e “com energia” impregna o argumento de força e lhe confere o sentido de empenho no desmonte de injustiças oriundas de diferenças injustificadas. Por meio da complacência e da solidariedade que demonstra para com o seu próximo, o locutor mobiliza, portanto, *eúnoia* para valorizar seu *éthos*.

Outra estratégia adotada, como se viu, é tocar no problema de cada um, em particular, fazendo com que todos reconheçam seu ponto em comum – a exclusão, a falta de justiça social – e se solidarizem com a proposta de reversão coletiva dessa situação. O locutor procura forjar, então, um pacto com o social.

Outra questão relevante é a interlocução com a instância midiática, a quem o locutor atribui considerável valor e convida para uma relação de entendimento e cooperação.

*Precisamos costurar novas formas de participação da sociedade no processo das mudanças. Parte fundamental dessa tomada de consciência, dessa reivindicação cidadã e dessa mobilização vai depender dos meios de comunicação de massa. Nossos meios de comunicação foram fundamentais para a redemocratização e têm sido básicos para a recuperação da moralidade na vida pública. **Agora** eles têm reservado um papel central na mobilização de todos para uma sociedade mais justa e melhor.*

Novamente, o locutor posiciona o êxito de seu governo no tempo presente, através do dêitico “agora”, reforçando a ideia de que, no seu governo, os órgãos midiáticos podem participar desse processo de forma a potencializar as mudanças positivas na sociedade. Ao finalizar seu pronunciamento, o locutor – assim como o inicia – atrela sua mensagem a temas como esperança, liberdade e justiça, deixando reverberar no inconsciente do destinatário, de modo cíclico, a mesma informação apresentada no início de seu pronunciamento.

Em síntese, podemos afirmar que, nesse primeiro pronunciamento de posse, FHC busca, de forma acentuada, a construção da uma noção de liberdade (“noção confusa”, mas recoberta com uma conotação positiva, como diria Perelman) que inspira suas ações. Da mesma maneira, procura projetar um *éthos* de virtude e de competência e, ao mesmo tempo, estabelecer um vínculo com a sociedade (os excluídos, os que o elegeram, a mídia), que é a grande interessada nos “novos” tempos, sendo, pois, o grande fiador da esperança no governo que se inicia. O tom desse pronunciamento é, portanto, um tom de esperança comedida, sóbria e virtuosa. Trata-se, então, de uma argumentação que se caracteriza pela simplicidade, pela

reiteração de valores que são passíveis de atingir a maioria dos destinatários, fundando-se mais no afeto do que no raciocínio lógico.

3.2.3 Pronunciamento na cerimônia de anúncio do cumprimento de metas na área de minas e energia – (29 de dezembro de 1998)

Nesse pronunciamento, no fim de seu primeiro mandato, FHC, ao tratar da questão energética, faz, de certa forma, um balanço do seu governo, ao avaliar o desenvolvimento alcançado durante o período. O contexto social de 1998 comportava estabilização monetária de um lado e, de outro, situação social problemática. O alto índice de desemprego, aliado ao empobrecimento da população, dentre muitos outros problemas sociais, atestava que o controle da inflação custava ainda muito para a grande parcela desfavorecida da população. Evidentemente, havia certo descontentamento na sociedade. No entanto, ao iniciar seu pronunciamento, o orador se diz feliz.

Feliz por ver que, muitas vezes, sem que haja a percepção imediata do que está acontecendo no Brasil, quando se faz a somatória, vê-se que houve um avanço imenso. Enquanto falava o Dr. Rennó, eu me recordava de que, em mais de uma ocasião, eu o chamei à minha sala, quando, então, eu era Ministro do Exterior, para perguntar-lhe por que nós não comprávamos mais petróleo da Argentina ou da Venezuela. E, desde aquele dia, nós mudamos a orientação das compras do Brasil. Isso possibilitou que nós avançássemos muito naquilo que o Ministro Raimundo Brito acaba de descrever de maneira bastante completa e com competência: é o Brasil se abrindo para a América do Sul, é o Brasil se integrando, efetivamente, de forma física, através das redes de transmissão de energia, dos gasodutos e, mais adiante, das estradas.

Nesse primeiro fragmento, o orador procura exaltar o avanço alcançado em seu governo, não obstante as situações desfavoráveis a esse entendimento – implícitas na própria afirmativa. Ao assumir um *éthos* de competência (um dos *ethé* de credibilidade), busca fundar sua imagem num saber-fazer, cujo resultado aponta para a melhoria – o “avanço imenso” alcançado. O sentimento de felicidade (afetividade) reforça a ideia de que se trata de uma verdade, muito além de um simples fato.

O locutor continua seu pronunciamento reforçando sua imagem de governante capaz e somando a isso seu enorme engajamento.

*Eu ainda era Ministro do Exterior **quando me empenhei** por uma estrada – que inaugurei agora, lá na Venezuela – que vai de Manaus até Caracas. Alguns, aqui, sabem disso. **Eu me empenhei a fundo**. Era Ministro do Exterior, não tinha nada a ver diretamente com essa matéria, mas tinha uma visão do Brasil, **que tenho, e que tenho de muito tempo**.*

No trecho apresentado, verifica-se a utilização de um *éthos* prévio, tendo em vista que o orador faz remissão a sua história discursiva, que credencia o orador (mostra sua capacidade, sua competência), tanto no passado como no presente, pois, tanto antes como agora, ele é um indivíduo empenhado, engajado (o que é reforçado pelo uso da 1ª. pessoa do singular, como se se tratasse de um compromisso pessoal do orador).

O resultado desse engajamento, segundo ele, representa visíveis melhorias para o povo brasileiro. O orador atribui à instância adversária – metaforizada em “cegos e surdos” (entendendo-se aqui por adversário qualquer opositor às suas políticas, o que significa contabilizar membros da própria população, além, é claro, dos partidos de oposição) – um ceticismo infundado e, até certo ponto injusto, tendo em vista os resultados obtidos.

*Significa um projeto para este País. Só os cegos e os surdos ainda procuram um **projeto para o Brasil**, quando o Brasil está realizando o seu projeto de nação, está se integrando, está crescendo, está lançando bases sólidas para o seu desenvolvimento, está mantendo a estabilidade da sua moeda. **E está tendo conseqüências positivas para o seu povo**, na educação, na saúde e na reforma agrária. Só mesmo os que não querem ver insistem em buscar o projeto do Brasil. O projeto está-se fazendo.*

Prosseguindo em sua argumentação, direcionada para a justificativa de suas ações, e procurando rebater as críticas, o locutor, ao mencionar as privatizações – entendidas, por ele, de forma eufêmica, como uma “flexibilização de monopólio” – procura novamente desqualificar as críticas e reforçar a ideia de avanço. Assim, se no pronunciamento anteriormente analisado (discurso de posse referente ao 1º mandato), a palavra-chave é “liberdade”, neste parece ser “avanço”.

*Na Petrobras, o Dr. Rennó se lembrará disso, quando começamos a cogitar de alterar a Constituição **para flexibilizar o monopólio, redigimos, não de próprio punho, do punho dele, no Palácio da Alvorada – o Ministro Brito se lembrará disso –, os pontos iniciais a partir dos quais seria possível flexibilizar o monopólio sem prejudicar a Petrobras**. Ouvi muita gritaria a respeito dessa matéria. **Muita gente perdida, que não sabe eira nem beira, não tem nada, não tem conhecimento das coisas, nos acusou disso ou daquilo, de intenções essas ou aquelas**. A realidade comprova qual era a intenção: dar mais espaço à exploração do petróleo no Brasil; aumentar a capacidade produtiva; fazer com que a Petrobras também entrasse no processo competitivo, mas nunca tirar-lhe as condições para **avançar**. Nós não tiramos as condições para que ela **avançasse**. **Pelo contrário, nós demos mais condições**.*

Utilizando, portanto, cuidadosamente o vocabulário, o que se vê na escolha das expressões “gente perdida”, “que não sabe eira nem beira”, “que não tem conhecimento das coisas”, o locutor desautoriza totalmente os questionamentos sobre suas ações e finaliza assinalando a criação de condições para o avanço.

Em outro fragmento, FHC procura reforçar a ideia de avanço e justificar novamente suas medidas privatizantes com um argumento sempre muito recorrente em seu pronunciamento, que é o de que se ajustar ao movimento internacional significa avançar e, o País não pode furtar-se a participar dessas políticas mundiais sob pena de não se desenvolver. Esse argumento funda-se, portanto, na força das circunstâncias, atenuando uma possível rejeição por parte do auditório. Assinala também que ainda há muito a fazer, ou seja, as medidas tomadas fazem parte de um processo maior.

*Hoje somos um País mais maduro, não temos a pretensão de estarmos à frente em tudo, porque o mundo não é assim. Nós, hoje, não temos que nos fechar para poder **avançar**. Temos que, ao contrário, nos integrar, para que possamos **avançar**. Integrar não pode significar que outros venham a fazer o que não estamos fazendo. **Não. Significa nós, juntamente com outros**, fazermos aqui, e lá fora, o que é necessário fazer para que haja **avanço**, para que haja progresso. **Falta muito. Falta muito a fazer.***

O orador estabelece os benefícios do tempo presente, isto é, de seu mandato, ao utilizar, mais uma vez, o advérbio “hoje”. No trecho final, empenha-se em agradecer à equipe que serviu ao governo (alguns participantes, em especial), por meio da construção de um *éthos* de polidez, o que permite o encerramento do pronunciamento em tom ameno e amigável. O tom assumido (*éthos mostrado*) permite, portanto, suavizar os conteúdos desfavoráveis que foram, forçosamente, abordados durante o pronunciamento, desfazendo, também, um ar mais agressivo do locutor ao se referir a seus opositores.

*Sei da importância de tudo isso e **quero agradecer** ao Dr. Firmino muito em especial, ao Dr. Rennó e a todos aqueles que com ele trabalham na Petrobras, por terem tido a energia, até mesmo nos momentos difíceis, de incompreensão, que nos custaram bastante, no começo do governo.*

***Quero agradecer**, portanto, a cooperação de todos os que aí trabalham, mas não posso deixar de dar uma palavra muito especial a respeito do Ministro Raimundo Brito. **Mas**, se é verdade o que ele disse aqui, que eu não o conhecia, também é verdade que, nesses quatro anos de cooperação contínua, ele se transformou num amigo. Eu, portanto, digo ao meu amigo Raimundo Brito: até já! Muito obrigado.*

Nesse pronunciamento, portanto, é possível perceber um locutor determinado a superar o descontentamento social, conduzindo seu ouvinte todo tempo à noção de avanço. Para tanto, argumenta que os que discordam disso não têm legitimidade para se pronunciar, pois representam instâncias despreparadas e não conhecedoras da realidade. De modo geral, o tom assumido por FHC reflete um *éthos* de um político realizado, consciente do que foi possível fazer em prol da Nação; levando-se em conta as realizações de seu governo (que, naturalmente, contam também com o empenho e a dedicação de sua equipe). A realidade é, então, reconstruída com base no avanço, que passa por cima de assuntos espinhosos (como a citada questão das privatizações). O locutor tenciona, desse modo, engrossar o argumento do progresso e deixar ralo – pela incompetência – o argumento crítico.

3.2.4 Pronunciamento de posse – 2º mandato (1º de janeiro de 1999)

Apesar do descontentamento no seio social³⁹, tendo em vista que a política governamental era, sabidamente, alinhada com o mecanismo neoliberal, o Plano Real continuava mantendo estável a economia e, desse modo, possibilitou a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, garantindo-lhe, então, mais quatro anos no poder. O então presidente, em seu novo pronunciamento de posse, enfatiza avanços e reforça compromissos.

*Compareço perante o Congresso Nacional para receber, pela segunda vez, a mais alta distinção a que um homem público possa aspirar. Agradeço aos milhões de brasileiras e brasileiros, aos jovens e aos idosos, aos que moram nas cidades assim como nos campos, **que, com o voto, sufragaram as idéias que temos defendido e as mudanças que estamos empreendendo.** Sei da responsabilidade que assumo. Ao concederem ao Presidente da República a possibilidade de um novo mandato, o Congresso primeiro, o povo brasileiro depois, credenciaram-se para exigir de mim **mais** do que de qualquer outro Presidente antes. **Empenharei toda minha capacidade e dedicação** para corresponder à expectativa da Nação brasileira.*

No início de seu pronunciamento, o locutor evoca a legitimidade de seu segundo mandato, que está ancorado na eficiência do primeiro – implicitamente assim considerado –, sendo, pois, reconhecido e apoiado pela população. Ele enfatiza a ideia de resultado, obtido no seu primeiro governo, e assevera que está pronto para fornecer **mais**, edificando uma imagem

³⁹ Um dos pontos mais delicados na insatisfação popular com o primeiro governo de FHC é, sem dúvidas, a questão das privatizações das empresas estatais. Em seu livro, *A Privatária Tucana*, o repórter Amaury Ribeiro Jr. faz acusações ao governo de FHC, classificando a Era das Privatizações, como “verdadeira pirataria praticada com o dinheiro público em benefício de fortunas privadas”.

(um *éthos*) de superioridade em relação a seus antecessores. Esse argumento é reforçado pelos vocábulos “capacidade” e “dedicação”, qualidades a serem buscadas nessa nova empreitada.

Em seguida, o locutor reforça essa imagem (*éthos* dito), afirmando que se encontra em melhores condições de governar do que no primeiro mandato. Se algo lhe faltava, a experiência e sua capacidade de aprendizagem preencheram esse vazio.

Sinto-me renovado pelo apoio generoso do povo brasileiro. Tenho mais experiência, pelo muito que pude aprender, tanto dos acertos, quanto dos erros, de meu primeiro mandato.

Nos últimos anos o Brasil renovou sua fisionomia, com a construção de estradas de relevância estratégica, quatro hidrovias, um sem-número de portos e aeroportos. Promoveu um salto na produção de energia e uma revolução nas telecomunicações. Mudou muito.

Mas quando falo em mudança penso em algo mais profundo, abrangente e capilar, que toca o cotidiano de cada um dos brasileiros e melhora suas vidas.

Ainda nesse fragmento, verifica-se, por parte do locutor, uma exposição explícita do êxito de seu governo e de sua competência, tendo em vista sua nova face e o salto dado rumo ao desenvolvimento. Ao afirmar que o Brasil “mudou muito” direciona seu argumento imediatamente para um valor positivo, calcado no fato de que essa mudança não se limita à construção de estradas, hidrovias etc, mas é algo mais profundo (“que toca o cotidiano de cada um dos brasileiros e melhora suas vidas”).

Logo em seguida, adverte que o ganho social em seu governo – que é eficiente porque é sério – é expressivo, pois elevou o nível (o acesso a bens) das camadas menos favorecidas da população, o que, antes, eram privilégio da elite.

*Milhões puderam alimentar melhor seus filhos e dar-se conta de que onde há democracia, estabilidade na economia e **seriedade de governo** não há razão de ser para o flagelo da fome. **Milhares tiveram acesso a bens que antes estavam reservados a uma pequena elite**, que sempre pôde tudo.*

O locutor passa, então, a apontar as críticas a seu governo e suas políticas, introduzindo-as por meio do verbo “relutar”, que contrasta com o tom de certeza assumido por ele quando relata os ganhos efetivados e ainda por vir.

*Relutam a reconhecer que estamos **avançando, competindo e nos adaptando** aos novos tempos, em vários planos: o da globalização, o da reestruturação do Estado, o da revitalização da cultura. **Essas mudanças dão a confiança de que a geração do Real será diferente. Nossos filhos terão mais e melhores oportunidades na vida.***

*Tudo começou com a nova moeda. **O Real foi um grande divisor de águas.** Antes era a inflação e a concentração de renda. Depois, foi a estabilidade, com o início da distribuição de renda.*

Persistindo na projeção do avanço, justifica que suas ações promovem competitividade e possibilitam o desenvolvimento. Nesse momento, o orador assinala novamente que, a partir de sua atuação, ou seja, a partir do advento do Plano Real, o País passou a experimentar, de fato, o progresso. A estratégia utilizada, nesse caso, é o processo comparativo, que pode ser resumido na frase: antes não era bom, agora é. No entanto, o locutor tem o cuidado de jogar estrategicamente com os fatos, apontando que ainda há desafios a vencer, o que produz uma visão atenuada da realidade e impede – ou, pelo menos, minimiza – o choque entre o contexto real e aquilo que é veiculado no discurso. Para conferir à questão um tom mais ameno, enfatiza retoricamente que é através dos problemas (desafios) que se pode proceder ao “movimento” rumo a novas conquistas:

*Nossos **desafios continuam imensos.** Mas estamos em melhores condições para enfrentá-los. Preparamos o terreno. Plantamos a semente. **Daqui para frente, a nossa tarefa é dupla. Preservar as realizações e partir para novas conquistas.***

Em outro momento do pronunciamento, o locutor novamente chama a atenção para o credenciamento que lhe foi dado, via democracia, para a condução do País e ressalta a liberdade, que é característica de seu governo (tendo sido, como vimos, bastante destacada no pronunciamento de posse do 1º mandato) e seu comprometimento com o povo (“parceria com a sociedade”).

*Senhores Congressistas, oitenta e três milhões de eleitores compareceram às urnas nas últimas eleições. **O povo brasileiro** deu uma demonstração inequívoca, sem precedente por sua dimensão, de crença na democracia. O País desfruta de plena **liberdade** de opinião e de imprensa, de que muito nos orgulhamos. O direito de manifestar o pensamento e de crítica é fundamental para vitalidade democrática. **Mas precisamos avançar** mais. Queremos aprofundar a parceria com a sociedade.*

Mas ainda existe uma maioria silenciosa que não se faz ouvir. As medidas de política social do governo buscam atender a essa maioria, mesmo, se for o caso, contra os ruídos dos que se escudam nos mais pobres para defender seus privilégios.

Aspecto importante nesse trecho é o fato do locutor se referir às elites – sutilmente apontadas no trecho “dos que se escudam nos mais pobres” – culpando-as por algum tipo de intervenção (“ruídos”) nas políticas de amparo aos mais necessitados. Reafirma, desse modo,

seu pacto com os pobres (“a maioria silenciosa que não se faz ouvir”), em detrimento dos privilégios de uma minoria.

No trecho abaixo, o locutor admite a crise, mas enfatiza sua legitimidade para superá-la.

Senhores Congressistas, não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha. Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização.

Nesse fragmento, o locutor trabalha com valores opostos⁴⁰. Primeiramente admite a crise (que não é herança de outro governante, senão dele mesmo), ao mesmo tempo em que se apresenta como a solução legítima. Após seguir esse raciocínio dialético, lança mão de um assunto que até então não havia sido abordado, mas que representa um ponto forte em seu governo, embora seja alvo de muitas críticas: a privatização. Aproveitando-se da construção da legitimidade, introduz, estrategicamente, a questão da privatização, de modo a atenuá-la. Do mesmo modo, atenuará a contradição entre governo eficiente, mas que vive na crise, transferindo sua origem para além das fronteiras nacionais. Chama, pois, a atenção para a força das circunstâncias, isentando-se, de certa forma, da responsabilidade pelos abalos e reflexos negativos sofridos no âmbito da economia

A economia brasileira sofreu o abalo de três crises internacionais de graves proporções. Ainda vivemos os reflexos negativos do colapso da moeda russa.

Após algumas considerações sobre política externas e crises pelo mundo afora, o locutor retoma a questão social:

*Senhores Congressistas, de pouco vale ao País ser a oitava economia mundial se continuarmos entre os primeiros na **desigualdade social**. Este quadro tem que ser revertido. **Estamos combatendo a desigualdade com a estabilidade da economia e com a melhoria da qualidade da educação pública, de modo a proporcionar aos desfavorecidos a oportunidade que nunca tiveram.** Nossas políticas públicas em educação, saúde, habitação e saneamento melhoraram. Os indicadores, em cada uma dessas áreas, comprovam o progresso alcançado. **Antes, os serviços públicos estavam direcionados aos que mais possuíam.***

***Esta é uma revolução.** A única suscetível de transformar a fisionomia social do País e aportar um golpe fatal à **desigualdade** que reproduzimos desde as eras coloniais.*

⁴⁰ O locutor trabalha com a ideia de não ser um “paliativo” para a administração da nação e sim a “solução”. Desse modo, ele confronta predicados como inaptidão e competência, ou mesmo inconclusão e resolutividade.

Nesses trechos, verifica-se que o locutor trata o tema da desigualdade social como um problema já atacado, cujos resultados, pelo menos em alguns segmentos, comprovam a melhoria de vida dos menos favorecidos. Seu raciocínio desenvolve-se a partir da premissa de que o governo combate a desigualdade, através de sua política de estabilidade econômica. Logo, há melhoria dos índices e os desfavorecidos têm acesso a benefícios que, até então, não lhes eram disponibilizados. Corroborando essa afirmação, cita novamente as elites como entrave para o acesso a essas oportunidades.

Assim, verifica-se a estratégia argumentativa de FHC de – embora sendo um legítimo representante da elite – sempre realçar a defesa dos menos favorecidos, em detrimento dos que “mais possuem”. Ele tenta a todo momento mostrar-se a serviço do povo e arredio aos velhos hábitos elitistas. É curioso observar o uso da palavra “revolução” (que implica uma grande transformação na realidade) para qualificar esse movimento de defesa dos mais fracos.

Concluindo seu pronunciamento de posse, o locutor realça seu *éthos* de eficiência, forjado implicitamente a partir da parabenização do País por seus feitos. Nesse caso, a expressão “o País” é usada metonimicamente para remeter à pessoa do locutor (sobretudo nos trechos referentes à inflação e à estabilidade).

*Temos muito para nos orgulhar, do Brasil e dos brasileiros.
Um País que **venceu** o autoritarismo e implantou a democracia – em seguida, **domou** a inflação e **está construindo** a estabilidade – tem agora pela frente o desafio de edificar uma sociedade mais igualitária.*

Em linhas gerais, no seu segundo pronunciamento de posse, FHC trabalha com as esperanças que nascem em todo começo de ciclo, sem desconsiderar os fatos que se apresentam como desfavoráveis (ainda que eles sejam, via de regra, minimizados em favor das conquistas). A mola-mestra de toda a argumentação é, pois, o avanço que permeia seu primeiro mandato e o qualifica ainda mais para o segundo. O tom desse pronunciamento é, pois, de renovação e de reafirmação dos feitos passados do orador, o que, paralelamente, o habilita para novas conquistas.

3.2.5 Pronunciamento de balanço dos resultados da Rede de Proteção Social – (04 de dezembro de 2002)

Esse pronunciamento foi o último proferido por Fernando Henrique Cardoso na condição de presidente e ocorreu em um contexto de troca de governo, em que pela primeira

vez um presidente eleito democraticamente tinha suas origens nas classes menos favorecidas da sociedade.

Tema sempre abordado nos pronunciamentos examinados até agora, a questão social ganha, nesse momento, importância ainda maior. A eleição de Lula pressupõe a insatisfação da sociedade brasileira e a exaustão do modelo de governo de FHC, visto que a questão social foi a maior bandeira da oposição, que se sagrou vitoriosa.

Portanto, a apresentação dos resultados sociais em fim de governo não representa somente os dados estatísticos dos programas, mas possibilitam identificar o governo como um todo. Consciente disso, FHC edificará seu pronunciamento, apontando avanços e atenuando problemas. Inicia, assim, seu pronunciamento, informando que, conforme referendo do representante de um órgão financeiro internacional de grande expressão, o desenvolvimento social no Brasil, durante seu governo, é um fato concreto (comprovado, objetivamente, por meio de dados numéricos – tabelas).

*Quero lhes dizer que fiquei muito contente, outro dia, quando o **Presidente do Banco Mundial, Senhor James Wolfensohn, me trouxe umas tabelas para mostrar o seguinte: que, fazendo uma comparação do Brasil com certos Países em desenvolvimento, notadamente a China, o México e Índia, eu creio, os dados revelavam que, a despeito do crescimento do PIB no Brasil não ter sido comparável ao desenvolvimento do PIB, por exemplo, da China, o desenvolvimento social foi o mais célere, nos últimos anos – comparado com o dos Países em desenvolvimento.***

O orador usa a estratégia de comparação com outros Países, sintetizando seu êxito na expressão “mais célere”. Torna-se evidente, pois que a intenção do locutor, nessa exposição introdutória, é a conclusão geral de que, independentemente do que possa ter ocorrido, seu governo se investe de positividade reconhecida internacionalmente, o que é atestado por um argumento de autoridade: o do presidente do Banco Mundial.

No trecho seguinte, verifica-se um “movimento” de negação/afirmação, que permite ao locutor manipular a realidade a seu favor:

*Na verdade, o País não cresceu tanto, economicamente, quanto nós gostaríamos, por mil razões, entre as quais não só as turbulências externas, **mas também a falta de reformas, a falta de um ímpeto maior no aproveitamento de oportunidades, na década de 90 e na década de 80.***
A verdade é que em nenhum ano o crescimento econômico foi negativo.
*Isso já é alguma coisa de notar. No acumulado do Plano Real, chegou a 31%. Houve, portanto, crescimento, **a despeito das informações desconstruídas que possam ocorrer. Não houve, também, crescimento espetacular; nenhum ano ultrapassou 5% e houve anos até de menos, como este ano, em que, se chegarmos a 1.7%, 1.8%, já ficaremos contentes, porque o ambiente geral do mundo não é muito propício. Não obstante, os dados sociais cresceram significativa e continuamente.***

O orador lança mão, mais uma vez, da força das circunstâncias para justificar o sucesso apenas parcialmente alcançado. Com a expressão “na verdade”, admite que o resultado não foi tão expressivo assim, mas, logo depois, com a expressão “a verdade”, altera dialeticamente o sentido negativo da primeira proposição. Curiosamente, a expressão “a verdade” sobrepõe-se à expressão “na verdade”, de tal modo que praticamente anula a primeira. Tem-se aqui a negação da negação, na qual o vocábulo “nenhum” faz toda a diferença na/para a construção da ideia de positividade. Seguindo essa linha, o locutor opera com um jogo de contrários: atesta que “não houve crescimento espetacular” na área econômica para, no final, reverter o sentido negativo dessa proposição com a conclusão de que “houve crescimento social significativo e continuado”.

Ao afirmar e negar ou negar e afirmar, o locutor procura atenuar o peso da informação desfavorável. Assim, não lhe é possível afirmar que houve um crescimento inequívoco, porque a realidade derrubaria tal argumento. Porém, ao inserir o dado real “não houve crescimento”, procedendo, logo em seguida, ao “amortecimento” do significado dessa proposição, através da inserção de outras informações, o locutor pode, então, concluir que “houve crescimento”. Isso contribui para a construção de um *éthos* de seriedade e honestidade, uma vez que, se o então presidente só apontasse pontos favoráveis em seu governo, ele poderia ser tomado como falso ou mentiroso. No entanto, com esse sutil movimento, FHC reverte o negativo a seu favor.

No fragmento a seguir, o locutor volta a investir na questão social, procurando refutar um conceito presente na avaliação de seu governo: o sacrifício das classes menos favorecidas. Seu argumento contraria totalmente esse raciocínio, tendo o orador o cuidado de explicitar o oposto – houve estabilização e aumento dos programas sociais.

O gasto social se expandiu ininterruptamente. Os dados não preciso repetir, os senhores já devem ter recebido um livro – espero que sim – sobre “A Era do Real”, onde se mostra com clareza a expansão continuada dos gastos sociais, ao mesmo tempo que estamos contingenciando outros gastos. Ou seja, a estabilização não se fez à custa dos mais pobres, nem se fez às custas da redução dos programas sociais.

Mais adiante, o orador novamente evoca os organismos internacionais para legitimar suas ações governamentais:

Um folheto que foi distribuído aí diz as razões pelas quais as Nações Unidas conferem esse prêmio, que significa isso que acabo de dizer: que o Brasil foi o País que mais celeremente melhorou a situação social, a despeito de um contexto global e doméstico, na área econômica, que não era propício. O que nos anima a dizer que há solução para os problemas do Brasil, a despeito do tamanho deles.

Nesse sentido, é interessante observar que o locutor procura fundar o reconhecimento a seu governo (os ganhos obtidos, sobretudo, na esfera social), citando, com frequência, os organismos externos (internacionais). Infere-se que esse apoio confere maior notoriedade ao governo e, ao mesmo tempo, desvia a atenção sobre a opinião dos mais diretamente envolvidos e interessados – a população. Ninguém melhor para falar das melhorias nas condições de vida de uma nação do que seu povo. No entanto, este não é chamado para a apresentação de provas que atestariam verdadeiramente o progresso no âmbito social. Uma vez mais, o locutor apela para a força das circunstâncias para legitimar seu argumento: o que aqui se fez foi significativo, tendo em vista um contexto econômico (global e doméstico) pouco propício aos avanços sociais.

Em outro momento, o locutor continua a utilizar a estratégia de apresentar um fato neutro, seguido de um ruim, para culminar com uma conclusão atenuante:

Eu vou me permitir passar, aqui, uns poucos dados, para mostrar no que consiste essa rede de proteção social, como nós chamamos, que é um conjunto de programas – programas que permitiram, efetivamente, os resultados obtidos.
Não se pode dizer que no nível do emprego tenha havido um comportamento positivo – não foi –, embora não tenha havido uma crise explosiva de desemprego, como alguns apregoaram. Não aconteceu.

Nesse trecho o locutor informa que vai fornecer dados de seus programas sociais. Porém, logo em seguida admite que, do ponto de vista da produção e manutenção de empregos, o saldo foi negativo. No entanto, ao acrescentar a informação de que também não houve uma crise tão grave como foi veiculado por opositores, consegue atenuar esse saldo negativo. Essa estratégia discursiva minimiza uma possível acusação de mau desempenho, tendo em vista a conjuntura, ou seja, as circunstâncias. Dando sequência à explanação, o locutor introduz o tema da distribuição de renda.

É que, na verdade, o nível de renda é muito baixo no conjunto da população.
Quando se diz que os 10% mais ricos tomam conta de 40% da renda, entre esses 10%, provavelmente, uma imensa camada dos que se pensam pobres está incluída nela – para se dizer o quão pobres são os outros, os não incluídos nessa camada.
O que fizemos com relação à questão da transferência de renda? Um conjunto de programas, que vocês conhecem e que atingiu uma população razoavelmente grande pela transferência de renda.

A princípio, utilizando-se, novamente, da expressão “na verdade”, o orador admite que a renda da população é muito baixa. Logo em seguida, apresenta dados e instaura uma nova estratégia argumentativa: o jogo de pergunta e resposta, recurso que será amplamente empregado nesse pronunciamento. Assim, insere, de forma didática, uma proposição (sob a

forma de pergunta) e apresenta uma conclusão (positiva para o governo, diga-se de passagem). A respeito da renda que é ruim, o que fez seu governo? A resposta é: criou um mecanismo de transferência de renda, o que reforça o raciocínio de que o governo trabalha efetivamente a questão da distribuição de renda. O locutor acrescenta:

Então, as pessoas podem ter certeza de que, no Brasil, o Governo, no que lhe compete, distribuiu renda diretamente, sob a forma monetária, tirando dos menos pobres e dando aos mais pobres. Digo “dos menos pobres” porque nós todos que estamos aqui não nos consideramos ricos, mas somos menos pobres e pagamos Imposto de Renda. Por isso o dinheiro total do Imposto de Renda que nós pagamos vai para os mais pobres.

Evitando fomentar a ideia de um governo no estilo “Robin Hood”, que tira dos ricos para dar aos pobres, o locutor minimiza essa questão, predicando os ricos como menos pobres (eufemismo). Pode, desse modo, incluir também a classe média nessa parcela da população que financiaria os programas sociais. Ao utilizar o embreante/dêitico “nós”, o locutor, evidentemente, se inclui na parcela da população não rica, buscando aproximar-se mais desse segmento social.

No trecho abaixo, rebatendo críticas à sua política de distribuição de renda, o locutor procura enfatizar que seu governo age e que é necessário deixar isso bem claro (“dizer com força”). A partir da utilização dos vocábulos “não” e “sim”, reforça o argumento a favor do seu governo. Desse modo, potencializa a negação das declarações de que ele não distribuiu renda e, por tabela, a afirmação de que há distribuição.

Isso é preciso dizer com força, porque freqüentemente nós vemos declarações de que não está havendo distribuição de renda no Brasil. Não. Está havendo distribuição de renda no Brasil, sim, pela via governamental. Essa é a forma direta de distribuição de renda. Obviamente, a distribuição de renda não se pode fazer sempre por esse mecanismo, nem se vai resolver o problema da pobreza só por esse mecanismo.

Segue a reutilização do mecanismo de pergunta e resposta, para que o locutor argumente em favor das ações de seu governo no que diz respeito às questões sociais.

Alguns prognósticos. Como era a situação da chamada assistência social no Brasil? Nós sempre tivemos programas de assistência social. A questão toda é saber da eficiência desses programas e da capacidade efetiva de esses programas atingirem aqueles que devem ser alcançados.

Após reconhecer a existência da assistência social no Brasil, o locutor relativiza essa assistência, chamando a atenção para sua qualidade (eficiência). Introduce, então, a questão da distribuição de alimentos em seu governo:

*Então, esse programa descentralizado poderá ter imperfeições, **mas** o fato é que **houve um avanço qualitativo**, e não só quantitativo: dobrou o número de dias em que a criança come, como houve descentralização do programa. E aumentou muito o número de crianças nas escolas, até mesmo por causa desse incentivo à alimentação. **Então, existe um programa.** Criança, no Brasil, que está na escola, não passa fome. Ponto dois: 97% das crianças do Brasil estão na escola. Então, 97% das crianças no Brasil têm comida. É bom que os brasileiros saibam disso. E essa comida é paga pelo Governo Federal e é implementada pelo município e pela escola. **É um programa de vulto. Talvez seja o maior programa de alimentação que exista**, não sei se no mundo, porque a China pode ter mais do que isso, ou a Índia, por causa dos números lá. **Mas é um programa imponente de alimentação e que combate a desnutrição.***

Nesse trecho, o locutor inicia sua fala com a exposição de um traço negativo a respeito de seu programa alimentar: “esse programa descentralizado poderá ter imperfeições”, mas já usa o modalizador (epistêmico) “poder” no futuro para atenuar a informação (seria muito diferente dizer que ele “tem” imperfeições). Logo em seguida, empenha-se em reverter esse provável ponto negativo ao apontar o avanço do programa quantitativa e qualitativamente. O orador ressalta a importância do programa, ao reiterar que “existe um programa”, que ele é um “programa de vulto”, “talvez o maior que exista”. Apontando ainda mais benefícios relacionados aos diferentes programas implementados em seu governo, FHC segue firme na ideia de que sua política social significou avanço (tanto quantitativo quanto qualitativo, como ele faz questão de (re)afirmar):

Nós fomos, portanto, avançando nessa direção.** O Proger, um programa de geração de emprego rural e de treinamento rural, faz parte disso. Faz parte disso o programa da Bolsa-Escola, com garantia mínima de renda. E foi feito em 97. **Esse programa teve um efeito enorme.

Eu mostrei os números aí.** Já são mais de 8 milhões hoje, quase 9 milhões de crianças. **Então, houve uma mudança, não só quantitativa, que foi muito forte, mas também qualitativa.

Mais recentemente, em junho de 2002, nós lançamos o Cartão do Cidadão.** Em outubro, já havia 3 milhões e 700 mil cartões distribuídos. Somados aos da Bolsa-Escola, também com o cartão, são 8 milhões de famílias. Oito milhões de famílias! Se multiplicar por cinco, são 40 milhões de pessoas, que estão já cobertas por esse programa. **Mais recentemente, em 2001, nós lançamos o cadastramento único.

Em 2002, havia 4 milhões e 900 mil famílias cadastradas. Isso equivale também a cerca de 20 milhões de pessoas, ou seja, pouco mais da metade do número estimado de famílias pobres no Brasil.

***Bom, qual é a vantagem disso?** É que nós começamos desfazendo vários cartões. É muito mais razoável e racional centralizar num só cartão. A pessoa, tendo um só cartão, recebe todos os benefícios através desse cartão. Primeiro, isso facilita a vida da pessoa. Bolsa-Escola: se a mãe tem três filhos na escola, vai lá e recebe seus 45 reais. Se, além disso, tem o Auxílio-Gás, soma-se nesse cartão. Se tem a Bolsa-Alimentação, soma nesse cartão.*

Isso permite facilitar e, ao mesmo tempo, o Governo ter melhor noção de qual é o montante efetivo que as famílias recebem, e corrigir eventuais desvios de finalidade

*dos programas, ou equilibrar melhor o gasto com esses programas. **Enfim, é um avanço enorme.***

Em seu pronunciamento, o locutor enumera, portanto, os programas e ações (valendo-se largamente de números) que consolidam o avanço na área social. Nesse empreitada, continua usando a estratégia de pergunta e resposta para suscitar no ouvinte a impressão de que tais ações e programas eram realmente imprescindíveis. Ao perguntar e responder, o locutor direciona seu ouvinte para a conclusão que lhe parece conveniente, o que pode ser visto, claramente, no trecho abaixo:

*Renda é muito difícil de ser medida. E o índice mais simples disso chama-se Coeficiente de Gini, e todo mundo usa o Coeficiente de Gini. O Coeficiente de Gini se move muito pouquinho, no decorrer do tempo, em qualquer País. **Por quê? Porque o sistema capitalista não gosta de distribuição de renda. Ele concentra renda. Você tem que dizer isso com toda clareza: o sistema capitalista é concentrador de renda. Se não houver programas sociais, consenso social, pressão social, luta social, a renda se concentra muito.***

*Bom, em qualquer País do mundo, o Gini se move muito devagarinho. **Agora, o que ele mede? Ele mede a distribuição relativa de renda entre as camadas da população.** Podem acontecer situações em que o Gini piore e a situação de vida da população melhore; e o oposto: em que o Gini melhore e a situação piore. Então, o Gini, ele, em si, **não diz nada.** Estou cansado de ver referências ao Gini completamente equivocadas. Tem que ver o que está por trás desse indicador. Qual é a situação ideal? A ideal é quando a renda aumenta e aumenta mais depressa para os mais pobres e menos depressa para os mais ricos. Se parar de crescer entre os mais ricos também, diminui a poupança, diminui o investimento, tem crise econômica. Não é tão simples assim. Tirar do rico e dar para o pobre: pára a economia.*

Nesse momento do pronunciamento, o locutor procura avaliar, de forma clara, a posição do capitalismo frente à questão da distribuição de renda. Afirmando que “o sistema capitalista não gosta de distribuição de renda”, o locutor que *a priori* é sabidamente adepto das políticas capitalistas (tendo em vista sua tradição política e seu posicionamento diante da política capitalista internacional.), parece querer justificar-se quanto a alguma possível falta de êxito em suas políticas. Uma vez que FHC está se despedindo do governo, a camuflagem ou a manutenção dessas relações já não é, então, primordial. Nos fragmentos abaixo, o locutor busca explicar o combate à pobreza:

O que aconteceu no Brasil? Os mais pobres tiveram um aumento. A renda não cresceu o que nós gostaríamos, mas os mais pobres tiveram sua renda proporcionalmente mais aumentada do que os mais ricos.

Para ver isso não adianta pegar o número global, ou, então, fazer a média: tem que olhar o que está aqui. Isso aí desceu. Tem que ver cada grupo de dez. Aí você analisa de uma maneira mais direta. Ou seja, a situação dos mais pobres do Brasil, embora o número deles tenha, também, diminuído, ou melhor, a proporção tenha diminuído, na verdade eles ficaram pobres, mas um pouquinho menos pobres, comparando com os

mais ricos – comparando “com”, não é em absoluto. Em absoluto também, porque a renda cresceu.

Pobreza. Esse é um ponto curioso.

A linha de pobreza, em certos trabalhos das Nações Unidas, é de um dólar por dia; aqui é de dois. E outra coisa: que dólar? Qual é o poder de compra desse dólar? Claro que se desconta isso tudo. Quando se mostram essas linhas, já se tomou a precaução de fazer o ajuste. De qualquer maneira, não se pode traduzir facilmente. Só tem uma coisa: tem muito pobre. De qualquer maneira, não há outra conclusão: tem muito pobre. Você pode dizer o seguinte: a despeito de ter muito pobre, os programas sociais melhoraram ou estão tentando melhorar a qualidade de vida desses pobres.

Nesses fragmentos, percebe-se um *éthos* presidencial mais distante da grande massa. A escolha do vocábulo “pobre” em detrimento de qualquer outro mais suave (mais necessitados, menos favorecidos) mostra que o locutor não está mais tão preocupado em renovar um laço muito estreito com seus concidadãos. Ele fala, portanto, do seu lugar de origem – a elite –, deixando de lado, portanto, um *éthos* de humildade construído em outros momentos. O contexto em que o pronunciamento foi proferido corrobora essa visão. Como foi dito anteriormente, o então presidente já se despede de seu mandato, e o que é pior: sabendo que seu partido não mais estará à frente do País nos próximos quatro anos.

Analisando de forma ampla suas políticas sociais, o locutor novamente afirma um aumento de renda para, em seguida, negar sua eficiência e, finalmente, afirmar que, mesmo assim, o balanço é positivo. Outro ponto importante nesse fragmento é o olhar do locutor sobre a pobreza: ele finaliza suas considerações sobre essa mazela social, considerando-a quase uma epidemia: “Só tem uma coisa: tem muito pobre. De qualquer maneira, não há outra conclusão: tem muito pobre.” Nesse sentido, infere-se que, pela ótica do locutor, este foi o grande problema: ter que lidar com tantos pobres. Porém, terminando a análise, ele enfatiza que, de qualquer modo, estes foram favorecidos por seu governo.

O último fragmento retrata um locutor que relativiza a governabilidade e que encerra o que seria seu último pronunciamento, avaliando de forma positiva os oito anos que esteve à frente do governo:

Pode ser bom, ser mau, pode ser mais ou menos, dá para fazer uma plástica, mas é preciso saber se dá para fazer a plástica ou não, ou se tem que fazer uma operação mais radical ou se não tem solução. Enfim, encarar o problema. Essa é a situação. De modo que eu queria, ao terminar esta exposição, agradecer a todos que estão aqui presentes pelo que de fato nós conseguimos nesses 8 anos. Na verdade, isso começa com o Plano Real. E também não quero fazer injustiça. Como eu disse aqui, programas sociais havia antes. O Brasil não começou com o Real. Havia programas de antes. Apenas nós melhoramos alguns. Tivemos, graças à estabilização da

economia, capacidade de comparar mais, de ver melhor, ter um retrato mais objetivo da sociedade.

De modo contrário a outros pronunciamentos, o locutor encerra seu pronunciamento afirmando que, anteriormente à sua passagem pelo governo, o País já possuía algum desenvolvimento no setor social. Procura, assim, dar o merecido reconhecimento a seus antecessores, descartando, por tabela, uma imagem de prepotência ou arrogância.

No que tange ao tom do pronunciamento (*éthos* mostrado), este já não é como nos três primeiros. No aspecto subjetivo, percebe-se bem menos comprometimento com a construção de vínculo com as camadas mais humildes da população e, quase como um desabafo, o orador não se esforça para dirimir a impressão de que, para ele, o grande problema do pobre é a pobreza.

Nessa perspectiva, FHC apela menos para a subjetividade e mais para a competência pautada nos resultados positivos (sobretudo numéricos), nos constantes e inegáveis avanços, nas conquistas sociais. Em outras palavras: procura argumentar pelo exemplo, pela demonstração. Seus *ethé* de credibilidade e identificação são edificados para criar uma imagem de competência, aliada a experiências anteriores que corroboram esses avanços, esses resultados. Apelando constantemente para a força das circunstâncias, restringe, em seu pronunciamento, as possíveis ineficiências. Tais circunstâncias servem, ao contrário, de pilar para realçar a competência/eficiência de seu governo e neutralizar – ou, ao menos, minimizar – qualquer correlação entre este e resultados ruins. O tom, de modo geral, sintoniza-se com a imagem de um político exitoso, competente, realizador.

Fernando Henrique Cardoso procura justificar suas ações governamentais com base em sua experiência anterior, em seu conhecimento de mundo e de governo, em seu passado de lutas, em sua origem, tudo – enfim – que, somado a seu engajamento, permite que ele faça o País avançar econômica e socialmente.

3.2.6 Considerações acerca dos pronunciamentos de FHC

FHC, em seus pronunciamentos, procura solidificar um *éthos* prévio de competência (que já contava com a legitimidade de grande parte do auditório), além de utilizar vários *ethé* para produzir uma imagem ideal dele mesmo e de seu governo. Lança mão, portanto, de um *éthos* de solidariedade, sintonizado com as necessidades do auditório; procura estabelecer uma ideia de firmeza de princípios, ajudando, portanto, a projetar um *éthos* de virtude; utiliza, em

alguns momentos, um *éthos* de humildade; do mesmo modo, utiliza-se de um *éthos* de inteligência para fomentar a idéia de um político que se apresenta ora enquanto homem culto, ora enquanto homem astuto; enfim, explora todos os recursos para a boa edificação de seu *éthos* efetivo: trazendo à tona um *éthos* pré-discursivo (que o legitimou para a condução do País, tendo em vista o êxito de sua atuação no governo anterior), demonstrando um *éthos* dito (em que suas qualidades e qualificações são salientadas) e, por fim, solidificando um *éthos* mostrado (baseado num tom, ao mesmo tempo, conciliador e firme).

Recorre à memória discursiva (ao interdiscurso), procurando estabelecer um *link* entre o momento atual (democrático e com uma política estável) e um dado momento do passado (de repressão e falta de liberdade, de instabilidade da economia e falta de desenvolvimento) para, assim, contrapor as realidades e salientar os avanços proporcionados por seu governo. O recurso de comparação entre as situações e a estratégia de perguntas e respostas corrobora a estratégia argumentativa, propiciando uma imagem de governo eficaz e engajado no desenvolvimento do País.

No que tange aos recursos linguístico-discursivos mobilizados, verifica-se um ator político cujo modo de enunciação remete à ideia de um governista engajado na tentativa de reduzir as diferenças sociais, procurando, assim, distribuir as riquezas de modo a potencializar o tema da saída da pobreza em que boa parte de seu auditório se encontra, em detrimento da perpetuação da concentração de renda nas mãos de poucos. Essa estratégia argumentativa faz com que sua fala tenha ares de um governo no estilo Robin Hood (ainda que FHC se esforce, em alguns momentos, para destruir essa impressão), em que se tira dos ricos para distribuir aos pobres, alcançando-se, então, justiça social. A linguagem utilizada para isso não é simplória, porém, permite que o destinatário compreenda o que ele diz. A forma de utilização do léxico (a escolha cuidadosa do vocabulário) permite que as estratégias argumentativas utilizadas revoguem – ou, pelo menos, minimizem – qualquer aspecto negativo do governo FHC, perante o destinatário da argumentação.

A tônica da argumentação do ex-presidente é, desse modo, a retomada de situações que o legitimaram enquanto agente político eficaz e comprometido e a demonstração de suas realizações governamentais que justificaram a reeleição, ou seja, a manutenção de seu governo e a construção de seu *éthos* de competência.

3.3. Os Pronunciamentos de Lula

3.3.1 Breve contexto do Governo Lula

Luis Inácio Lula da Silva, no início de seu governo, teve que superar a desconfiança de muitos em sua capacidade de conduzir o País rumo ao desenvolvimento e, mais tarde, precisou esquivar-se, em vários momentos, de acusações de forte corrupção em seus dois mandatos, fatores que conspiraram em favor da deslegitimação de seu governo e de sua consequente desestabilização.

No entanto, seu pronunciamento pujante de valorização do patrimônio humano brasileiro e do próprio País, bem como de eterna alegação de desconhecimento das ocorrências de corrupção em seu governo e de seu compromisso com as devidas apurações, fizeram com que ele se despedisse da presidência com altíssimo nível de aprovação, muito embora houvesse uma gama considerável de provas apontando para os atos ilícitos de seu governo.

Em seu primeiro pronunciamento de posse, Lula entraria em cena com um pronunciamento que ele mesmo denominou popular e voltado para o assistencialismo, tendo como principal argumento a tentativa de reparação da enorme desigualdade social, com a consequente melhoria de vida dos menos favorecidos. Esta seria a marca de seus dois mandatos.

Em linhas gerais, Lula baseava suas ações assistencialistas – que, para muitos críticos⁴¹ (entre eles, a imprensa), não resultavam necessariamente em aprimoramento social e, sim, em paliativo, colocando ainda, sobre os ombros da classe média brasileira o ônus do financiamento dessas medidas – na premissa de que as classes desfavorecidas deveriam receber mais e mais subsídios, a fim de garantir a diminuição da desigualdade social.

⁴¹ Muitas das críticas partiram dos próprios intelectuais de esquerda (Ivo Tonet, Edmundo Fernandes Dias, Ricardo Antunes, dentre outros) insatisfeitos com os rumos das políticas do governo Lula. Essa “fratura” na estrutura da esquerda brasileira provocou basicamente – como afirma Juarez Guimarães, em seu livro *A esperança equilibrada - O Governo Lula em tempos de transição* – cinco posições críticas ao governo: 1) uma crítica que propunha o debate sobre a economia política à luz do pensamento nacional desenvolvimentista e da economia política marxista; 2) uma crítica proveniente do pensamento católico de esquerda que considerava insuficientes as políticas do governo em relação ao plano social; 3) uma crítica que emergiu do grupo de intelectuais ligados à USP que julgava o governo Lula como uma espécie de continuação do governo FHC; 4) uma crítica que afirmava que o governo de Lula vivia uma contradição entre posições de membros da política econômica e entre aqueles partidários que propunham projetos para o social; 5) uma crítica que imputava traição, estelionato eleitoral ao governo Lula.

3.3.2 Pronunciamento de posse – 1º mandato (1º de janeiro de 2003)

Após longos anos tentando ascender ao Palácio do Planalto, Luis Inácio Lula da Silva, finalmente, se tornou Presidente. Sua eleição significou o desejo de mudança de uma população assolada pelo ditame neoliberal e que esperava, portanto, uma saída diferente para a situação. Assim começa o pronunciamento:

*"Mudança"; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A **esperança** finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.*

Nesse primeiro fragmento, verifica-se que o locutor sabe por qual motivo chegou à Presidência: a vontade de mudança. Desse modo, ao proferir a primeira palavra do pronunciamento, opta pelo impacto, pelo vocábulo que tudo resume. Em seguida, destaca o sentimento que propiciou a abertura de novos caminhos a serem trilhados – a esperança, que se contrapôs ao medo que novas situações suscitam nas pessoas⁴². Desse modo, o locutor procura exaltar a superação das desconfianças, do temor do que é novo, para a realização das mudanças (o verbo *mudar* e o substantivo *mudança* são recorrentes nos trechos iniciais):

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

No fragmento acima, ressaltando a mudança como a tônica do seu governo, o locutor já começa a edificar seu *éthos*: o de alguém que tem coragem, mas é cuidadoso; que é humilde, mas tem ousadia. Reforçando esse *éthos*, mostra-se credenciado a dialogar, a negociar de forma prudente, visando a resultados duradouros. Tranquiliza, assim, a nação, pontuando que, embora seja a própria personificação da mudança, nesse momento histórico ele buscará agir sem precipitações, para não atropelar o que já existe⁴³.

⁴² Na época de sua campanha eleitoral para o primeiro mandato, Lula era alvo de depoimentos de artistas, como Regina Duarte, que manifestavam grande temor ao visualizar a possibilidade de sua eleição, questionando, fundamentalmente, as qualificações de Lula candidato para exercer a Presidência da República.

⁴³ Indiretamente, Lula procura tranquilizar os organismos financeiros quanto às ações econômicas de seu governo que procurarão cumprir toda a agenda assumida pelo governo anterior. Evidentemente, Lula obtém êxito com esses blocos financeiros, mas desperta em muitos partidários, intelectuais e militantes o descontentamento.

Dando prosseguimento a seu pronunciamento, o locutor procura estabelecer contato com todo o auditório que o elegeu e que representa a nação.

Este é um País extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo. O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Iniciando sua fala com um elogio a todos os brasileiros, metonimicamente representados pela figura do País, o locutor passa a enumerar as qualidades da população que, implicitamente, referem-se a ele mesmo, enquanto parte integrante desse povo. Nesse caso, minimiza os pontos negativos em favor dos positivos: o povo é calejado, mas otimista; sabe o que é sofrer, mas também o que é alegria. Enfim, é um povo que, fundamentalmente, confia em si e em suas próprias forças. A projeção extremamente positiva do povo tem por efeito contribuir para a construção (também positiva) do *éthos* do orador. No final do excerto, Lula estabelece laços fortes com o auditório ao se referir a ele como “meu povo”

Nos trechos abaixo, o locutor evidencia seus laços fraternais com o auditório, ao se dirigir a ele como irmão, e aponta o grande problema a ser combatido – a fome. Do mesmo modo, define seu plano de governo como sendo seu grande plano de vida: retirar os brasileiros do convívio com a fome. Fundamenta, portanto, seu pronunciamento em valores (positivos) como solidariedade, fraternidade e humanidade.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.

Dando sequência a seu pronunciamento, introduz, agora explicitamente, seu compromisso com os organismos financeiros – representados pelo vocábulo “produção” –, porém reafirma que esse compromisso é também com seu povo:

*Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: **criar empregos será a minha obsessão**. Vamos dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à **retomada do crescimento sustentado para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais**.*

Citando sua priorização à criação de empregos – priorização essa exacerbada (hiperbolizada) pelo vocábulo “obsessão”, – o locutor avalia a condição estática em que o País se encontra, dispondo-se a propiciar a retomada do crescimento. Nesse momento, enfatiza novamente seu compromisso de manter a estabilidade financeira mediante gestão responsável, afirmando, pois, que estabilidade e responsabilidades são valores essenciais de seu governo. Lança, assim, mão de um *éthos* de seriedade e, ao mesmo tempo, de um *éthos* de solidariedade, conjugando, então, os *ethé* de credibilidade e identificação na construção de sua imagem.

*Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, **contamos** também com a adesão **entusiasmada** de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada **pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social**.*

*É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública. **Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.***

Sob a minha liderança o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais. Eu, que tive a honra de ser Parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais de que o País demanda de todos nós. Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções.

Nos fragmentos acima, percebe-se a variação da imagem do locutor que, ora se apresenta como representante, por exemplo, do povo ora como Chefe da Nação e, portanto, como um indivíduo dotado de grande poder resolutivo. Se, que em alguns momentos, o locutor quer se juntar a outras instâncias (“nós”) para “atacar” pontos estratégicos, como a retomada do crescimento e o combate à corrupção, sugerindo que não só ele, mas também o outro deseja(m) resolver problemas oriundos de outros governos, em outros, é um “eu” que fala: “sob minha liderança” e “em meu governo”, assumindo um tom de compromisso, de engajamento pessoal. Esse mesmo movimento pode ser verificado no trecho que se segue:

Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional.

Dando prosseguimento a seu pronunciamento, o locutor, aborda a questão dos organismos internacionais e de suas políticas.

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado. Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais. As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas.

Nesse momento, o locutor se posiciona contra o neoliberalismo – representando pelas práticas hegemônicas – seguindo, portanto, de forma coerente sua vertente política: a esquerda. Seu pronunciamento corresponde, assim, a um retrato fiel de sua ideologia partidária. O trecho abaixo aponta, no entanto, uma certa disposição para manter contato com essas forças hegemônicas:

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

O locutor finaliza seu pronunciamento, afirmando que é chegado o momento de o País dar um verdadeiro salto de qualidade, trazendo implícita (pressuposta) a informação de que, até então, nenhum saldo ocorrera de fato (em outros governos). Em seguida, cria um vínculo

solidário e fraternal com o auditório, referindo-se a ele como “companheiros” e “companheiras”, vocativo bastante caro ao PT e ao próprio Lula.

Este é um País que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade.

O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

O tom desse pronunciamento é, pois, um tom de revitalização, de renovação, mas, ao mesmo tempo, de conciliação. Desse o modo, o orador procura edificar sua estratégia discursiva no novo, remetendo, via memória discursiva, a um antigo anseio que, a partir da data de sua posse, se materializará.

3.3.3 Pronunciamento do Presidente Luis Inácio Lula no Seminário para Investidores Estrangeiros no Brasil – (29 de janeiro de 2004)

Em encontro com aproximadamente duzentos investidores em Genebra, tendo em vista o desejo de estabelecer parcerias público-privadas, angariando, portanto, recursos e investimentos para o País, Lula profere um pronunciamento em tom de propaganda, recheado de um conjunto de argumentos convidativos que estabelece uma imagem extremamente positiva da Nação. Esse pronunciamento é proferido pouco mais de um ano depois de sua posse, momento em que a economia brasileira caminhava de forma razoável, mas estava às voltas com variações de índices – como o risco Brasil – que exigiam, evidentemente, medidas eficientes. Trata-se, pois, de uma espécie de balanço do primeiro ano do governo Lula.

O Brasil é hoje um País de sólidas instituições democráticas e uma estável e diversificada economia.

A confiança em mim depositada me permite reunir as forças criativas da sociedade brasileira para enfrentar os desequilíbrios macroeconômicos que herdei.

Meu Governo dispõe de condições para superar os obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do País.

Tem base parlamentar necessária para levar adiante - em sintonia permanente com a sociedade - um conjunto importante de reformas indispensáveis para o equilíbrio das contas públicas e para a retomada dos investimentos.

No primeiro trecho do pronunciamento, o locutor descreve o “currículo” do País em sua gestão, enfatizando, com o vocábulo “sólidas”, o caráter firme de seu governo e introduzindo, com o vocábulo “confiança”, a ideia de um governante legitimado por uma

nação que o julga preparado e capaz. Percebe-se, portanto, que, quanto à imagem do Brasil, o argumento está fundado na solidez e na união de sua base parlamentar e social. No caso do locutor, a estratégia se funda no seu preparo e disponibilidade de condições, construindo, então, um *éthos* de governante capaz. Esse primeiro fragmento representa, portanto, uma carta de apresentação, uma breve e consistente propaganda do País e de seu governante. Por outro lado, no trecho que segue, depois de deixar clara a postura de seu governo (que é de cunho social e, portanto, contrário à concentração de renda), Lula constrói, sutilmente, uma imagem negativa do governo de FHC (que não é explicitado, mas a que se faz referência por meio da expressão adverbial “no século passado”), apontado como responsável pelos problemas econômico-sociais daquele momento.

As reformas mais importantes são aquelas que garantirão um prolongado e sustentável ciclo de desenvolvimento econômico social.
No século passado nossa economia teve taxas de crescimento dentre as mais altas do mundo.
*Foi um crescimento, no entanto, que produziu **concentração de renda** e que não cuidou de seu próprio financiamento. **Gerou desequilíbrios fiscais agudos, surtos inflacionários, alternando períodos expansivos e recessivos.***

Mais adiante – como pode ser verificado no fragmento que segue –, é possível observar a estratégia do orador de reafirmar sua origem ideológica, apresentando ações de cunho social:

*A aprovação, pelo Congresso Nacional, das reformas tributária e previdenciária **permitirá uma maior justiça social e assegurará os recursos para a manutenção do equilíbrio nas contas públicas.***
Garantirá também a viabilidade do sistema de seguridade social, reduzindo a carga tributária sobre o setor produtivo.
Nossa disposição de saldar a dívida social que temos com as camadas mais pobres da sociedade brasileira permitirá uma maior estabilidade social e política, sem a qual não haverá estabilidade econômica duradoura.

Baseando-se nas reformas que o governo já está implementando através do congresso, assinala, portanto, o ganho social que será proporcionado aos brasileiros. No entanto, implicitamente, integra a seu argumento o controle das finanças do Estado e a redução de impostos, questões que interessam diretamente aos organismos financeiros externos e, evidentemente, aos investidores.

Não há dúvida de que o locutor estabelece um forte elo com o povo, mostrando-se, com isso, fiel às suas bases políticas e às promessas de campanha. Não é por outra razão que seu governo tem disposição para saldar as dívidas sociais geradas no passado. No entanto, ele

também enfatiza a necessidade de medidas que tragam a estabilidade econômica, foco dos organismos internacionais (investidores e credores externos).

A maior parte dos problemas que temos hoje é resultado da ação passada de uma elite que geriu o Estado em proveito de poucos. Ela foi incapaz de realizar reformas. Foi irresponsável. Comprometeu a saúde fiscal do Estado. Agravou de forma insuportável as desigualdades sociais.

Para fazer face a isso, nos propusemos ajustar o funcionamento da administração pública, mediante uma redefinição de prioridades, redistribuição dos recursos públicos para onde são mais necessários, e corte de gastos improdutivos.

Adotamos políticas necessárias para preservar a segurança das atividades empresariais.

Nas últimas décadas, o descompasso entre receitas e despesas do governo resultou em incertezas macroeconômica e tributária, aumentando o prêmio de risco, as taxas de juros e reduzindo o investimento privado.

Como consequência, o crescimento do País foi medíocre, abaixo do seu potencial.

Decidimos enfrentar o desafio do ajuste estrutural das finanças públicas.

Recuperar a confiança dos investidores e credores externos na atividade econômica no Brasil e relançar responsabilmente um ciclo de desenvolvimento econômico com justiça social.

No fragmento acima, o locutor passa à construção da oposição entre um passado desastroso e um presente eficiente (o de seu governo). Nessa empreitada, utiliza vocábulos impactantes, tais como “incapaz” e “irresponsável” para elevar a dimensão de inoperância dos governos passados e referendar a ideia de que os governos de direita nada fizeram pelo País. Seu governo, em contrapartida, é decidido e ativo. Nesse sentido, o orador reforça, cada vez mais, seu *éthos* de competência. A consequência de um governo engajado e de um governante competente é uma série de resultados positivos que passarão a ser enumerados.

Houve uma sensível melhoria no perfil da dívida pública em 2003.

A Dívida Pública Consolidada mostra estabilização com tendência de queda.

A política econômica que adotamos levou à retomada da confiança externa, à acomodação da taxa de câmbio, a quedas importantes nas taxas de juros nominais e reais.

A política monetária reduziu drasticamente as expectativas inflacionárias.

A vulnerabilidade da economia frente a turbulências mundiais diminuiu.

Em um ano o “índice Brasil” caiu de 2400 pontos para 400.

O crescimento das exportações foi extremamente significativo: mais de 20%.

Estou certo de que continuaremos em 2004 a explorar agressivamente o potencial das exportações brasileiras.

Os primeiros resultados de 2004 confirmam amplamente essa tendência.

No trecho acima, percebe-se que o orador trabalha, de forma equilibrada, as palavras (substantivos, adjetivos e advérbios) que contribuem para intensificar a positividade e a eficácia das ações realizadas em seu governo, como “melhoria”, “estabilização”, “extremamente significativo”, “amplamente”, e com vocábulos que, embora *a priori* tenham

valor negativo: “queda”, “reduziu”, “caiu”, “diminuiu”, também reforçam essas ações, tendo em vista que significam, no contexto do pronunciamento, a eliminação do que não estava bom. Ao afirmar que:

Não se trata de arroubo retórico.

Lula atribui a seu pronunciamento um valor de verdade, buscando afastar a imagem de que seja um orador falacioso. Ao mesmo tempo, procura construir um *éthos* de político consciente e humilde, que rejeita qualquer forma de exagero. Nesse enunciado, o locutor procura reforçar, portanto, a noção de verdade, que não é presumida e, sim, reconhecida a partir dos resultados (concretos) apresentados.

Passado meu primeiro ano de governo, posso dizer que estou extremamente otimista com a direção que conseguimos imprimir ao Brasil, embora estejamos conscientes de que precisamos fazer mais.

O País precisa voltar a crescer a taxas robustas, permitindo a substancial elevação dos níveis de emprego e a redução dos índices de pobreza.

Continuaremos trabalhando por melhores taxas de desenvolvimento social, por uma sociedade menos marcada pela desigualdade e pela exclusão.

Em nosso continente aprendemos que não haverá estabilidade econômica efetiva, se não houver democracia política e social.

Temos hoje o mais importante programa de proteção social que nossa história registra.

Três milhões e seiscentas mil famílias estão cobertas pelo Programa Bolsa Família que, até o final de meu governo, abrangerá 11 milhões de família, ou seja, 50 milhões de brasileiros, que estarão livres do flagelo da fome.

Mas necessitamos mais do que isso.

Finalizando seu pronunciamento, o locutor reitera seu êxito no comando do País, enfatizando seu compromisso com a continuidade do combate às mazelas sociais – desigualdades e exclusão – e salientando, uma vez mais, sua competência, ao mencionar que, hoje (em seu governo), o País possui o mais importante programa de proteção social da história. Porém, no intuito de eliminar a ideia de que isso bastaria, Lula aponta a necessidade (deôntica) de se continuar buscando mais, pois ainda há muito o que fazer.

O orador, nesse pronunciamento, claramente opta pela estratégia argumentativa de comparação. Fazendo um balanço entre seu pouco tempo de governo e os governos anteriores – em especial de seu antecessor (FHC) – põe em evidência que os problemas que assolam o País tiveram origem anterior a seu governo. Do mesmo modo, deixa subentendido que seu pouco tempo de mandato (em torno de um ano) é um sucesso, tamanha a eficiência descrita.

Portanto, o tom desse pronunciamento é um tom propagandístico: Lula assume um *éthos* de promotor de um excelente produto – o Brasil. Outro aspecto importante a ser destacado é o fato de que ele, em virtude do auditório ao qual se dirige, mobiliza um vocabulário mais técnico, desenvolvendo, dessa forma, uma argumentação baseada mais no *lógos* do que no *páthos*, como no pronunciamento anterior.

3.3.4 Pronunciamento de posse – 2º mandato (1º de janeiro de 2007)

No segundo semestre de 2006, o País experimentava uma razoável estabilidade econômica, acompanhada da recuperação do poder de compra dos brasileiros que, com a expansão do crédito, consumiam mais e incrementavam a economia de forma cíclica. Tendo em vista essa conjuntura, Luis Inácio Lula da Silva subiu novamente a rampa do Palácio do Planalto, conduzido por quase cinquenta e oito milhões de brasileiros – praticamente 60% do eleitorado – que optaram, portanto, pela continuidade de sua política, mesmo em face do surgimento dos primeiros – de muitos – escândalos no governo.

Quatro anos atrás, nesta Casa, em um primeiro de janeiro, vivi a experiência mais importante de minha vida, a de assumir a Presidência do meu País. Não era apenas a realização de um sonho individual. Hoje estou de volta a esta Casa, no mesmo primeiro de janeiro e quase na mesma hora. Tenho ao meu lado, como em 2003, o amigo e companheiro José Alencar, cuja colaboração inteligente e leal tornou menos árduas as tarefas destes quatro anos. E assim o será no Governo que se inicia.

No trecho acima, o locutor introduz a ideia de que sua ascensão ao governo no 1º mandato, muito mais que uma realização pessoal, significou a realização de todo brasileiro como ele. Mais adiante, ele retoma essa informação ao dizer que se encontra na mesma posição de antes, quase no mesmo horário. Infere-se, portanto, que assim como antes, o locutor está novamente legitimado por esse sonho coletivo para iniciar uma outra etapa de governo.

Tudo é muito parecido, mas tudo é profundamente diferente. É igual e diferente o Brasil; é igual e diferente o mundo; e, eu, sou também igual e diferente. Sou igual naquilo que mais prezo: no profundo compromisso com o povo e com meu País. Sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites. Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer. Sou diferente na experiência acumulada na difícil arte de governar. Sou igual quando volto a conjugar, nas suas formas mais afirmativas, o verbo mudar, como fiz aqui quatro anos atrás. Mas sou diferente, pois, sem renegar a

paciência e a persistência que aqui também preguei, quero hoje pedir, com toda ênfase, pressa, ousadia, coragem e criatividade para abrir novos caminhos.

No fragmento acima, já é possível perceber qual será a tônica do pronunciamento: o estabelecimento de uma estratégia argumentativa pautada no par antitético igualdade/diferença. Estrategicamente, no que diz respeito ao *éthos* de virtude/engajamento construído por Lula, a igualdade constitui seus predicados anteriores, ou seja, toda a virtude de que ele já dispunha; a diferença, o acúmulo de novas virtudes, forjadas a custo da experiência.

Minhas Senhoras e meus Senhores, quatro anos depois, o Brasil é igual na sua energia produtiva e criadora. Mas é diferente, para melhor, na força da sua economia, na consistência de suas instituições e no seu equilíbrio social.

O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiças contra as camadas mais pobres. Porém é diferente, para melhor, na erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego. O Brasil ainda possui sérias travas ao seu crescimento e fragilidades nos seus instrumentos de gestão. Mas nosso País é diferente, para melhor: na estabilidade monetária; na robustez fiscal; na qualidade da sua dívida; no acesso a novos mercados e a novas tecnologias; e na redução da vulnerabilidade externa.

O Brasil ainda precisa avançar em padrões éticos e em práticas políticas. Mas hoje é muito melhor na eficiência dos seus mecanismos de controle e na fiscalização sobre seus governantes. Nunca se combateu tanto a corrupção e o crime organizado.

Do mesmo modo, nos trechos acima, o locutor aponta semelhanças, introduzidas por “o Brasil é igual...”, e as contrapõe, por meio do conector **mas**, a diferenças oriundas do seu 1º mandato na condução do País, reunidas por meio da expressão “para melhor”. O Brasil de agora é, pois, o resultado de um governo eficaz que o legitimou a estar onde está. Mesmo que se trate de informação de cunho negativo, como a “permanência de injustiças” (informação atenuada pelo indicador atitudinal “infelizmente”), o locutor insiste que, através da diferença, o resultado foi “para melhor”. A repetição desse “mecanismo” constitui uma estratégia retórica de ênfase. Através dela, obtém-se o contraponto, ou seja, a inversão do que não é positivo. O vocábulo, “nunca”, na parte final do 3º trecho, expressa o momento único em que vive o País, sob o comando de Lula.

No fragmento abaixo, o orador reforça os compromissos ideológicos assumidos, afirmando que seu governo se dirige a todos, porém, com maior ênfase aos menos favorecidos (novamente, aparece o conector **mas**, que indica uma oposição de ideias). Em seguida, reafirma o sucesso de seu primeiro mandato, dizendo que angariou a confiança de seu auditório através de sua competência.

Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada.

*Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntese histórico, a reeleição mostrou que **um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo.***

Em seguida, reconhece que, apesar de todo sucesso do seu primeiro governo, ainda há muito o que fazer. Essa deficiência é atenuada pela afirmação de se trata de avançar naquilo que já está funcionando e que ele, o orador, está inteiramente disposto a alcançar mais uma vitória.

*Sei que, a partir de hoje, **cabe-me corrigir o que deve ser corrigido e avançar com maior determinação no que está dando certo, para consolidar as conquistas populares. O desafio é grande, porém, maior é a minha disposição de vencê-lo.***

*É preciso desatar alguns nós decisivos para que o País possa usar a força que tem e **avançar com toda velocidade.***

A estratégia da comparação, que já vinha sendo utilizada de forma eficaz, prossegue. O locutor coteja seu governo – criador de direitos – com o governo anterior – promotor de políticas compensatórias. Reforça a ideia de compromisso com o social e, em seguida, cita seu principal programa nesse domínio (o Fome Zero), ilustrando, portanto, sua afirmação de que é criador de direitos. Destacando os resultados alcançados, Lula introduz um dado novo: o reconhecimento externo. Desse modo, transmite a ideia de duplo êxito: interno e externo.

*Disse que, para termos um crescimento acelerado, duradouro e justo, devemos articular cada vez melhor a política macroeconômica com uma política social capaz de distribuir renda, gerar emprego e inclusão. Dessa forma, nossa política social, que **nunca foi compensatória, e sim criadora de direitos,** será cada vez mais estrutural. Será peça-chave do próprio desenvolvimento estratégico do País.*

*O Bolsa Família, principal instrumento do Fome Zero, saudado pelas comunidades pobres e criticado por alguns setores privilegiados, teve **duplo efeito.***

*Por um lado, **retirou da miséria milhões de homens e mulheres.** Por outro, **contribuiu para dinamizar a economia de forma mais equânime.***

*Por isso, **obteve reconhecimento internacional, e já inspira programas semelhantes em vários Países do mundo.***

Nos trechos abaixo, o locutor corrobora a ideia de adesão universal, tendo em vista a afirmação de que suas políticas internas são fundadas na consulta social. Sugere, por meio do conteúdo pressuposto em “continuaremos nesse rumo”, que tais políticas foram efetivas, o que o predispõe a lhes dar sequência. Do mesmo modo, salienta que suas políticas externas são

fonte de resultados “excelentes”, potencializando, com esse vocábulo, a imagem positiva de seu governo.

*Meu governo, atento às manifestações das ruas e, em especial, aos movimentos sociais, **construiu grande parte de suas políticas públicas e importantes decisões governamentais, consultando a opinião da sociedade organizada em Conferências Nacionais, Conselhos e Foros. Continuaremos nesse rumo.***

*Nossa política externa, motivo de orgulho pelos excelentes resultados que trouxe para a nação, foi marcada por uma clara opção pelo multilateralismo, necessário para lograr um mundo de paz e de solidariedade.
Essa opção nos permitiu **manter excelentes relações políticas, econômicas e comerciais com as grandes potências mundiais e, ao mesmo tempo, priorizar os laços com o Sul do mundo.***

Já finalizando seu pronunciamento, o locutor afirma que o povo escolheu “um lado”, ou seja, escolheu um método de governo, optando, assim, por rejeitar, de vez, a proposta da elite que, inconformada com a perda do poder, tentou, de todo modo, desautorizar o governo de esquerda. Lula rebate a crítica, afirmando que não se trata de desautorizar o seu lado; trata-se de ir contra a decisão popular que não mais aceita controle. Conclui, a partir daí, que a instância adversária é que se encontra desautorizada pela verdadeira opinião: a do povo.

O povo fez uma escolha consciente. Mais do que um homem, escolheu uma proposta, optou por um lado.
*Não faltaram os que, do alto de seus **preconceitos elitistas**, tentaram **desqualificar** a opção popular como fruto da sedução que poderia exercer sobre ela o que chamavam de ‘distribuição de migalhas’.*
Os que assim pensam não conhecem e não entendem este País. Desconhecem o que é um povo sem feitores, capaz de expressar-se livremente.
*O que distribuímos, e mais do que isso **socializamos**, foi **cidadania**.*
Este povo constituiu a verdadeira opinião pública do País que alguns pretenderam monopolizar.
*Finalmente, quem tentou **desqualificar** a opção popular **não foi capaz de valorar algo fundamental.***
A vontade de mudança, que esteve reprimida por décadas, séculos, expressou-se pacificamente, democraticamente e esta manifestação contribuiu de modo notável para o fortalecimento das instituições.

Nesse pronunciamento o orador abraça um tom de início e de retomada: início de um novo momento, de uma nova oportunidade de seguir conduzindo o País adiante e de continuar essa caminhada de forma exitosa, tendo em vista a excelência de seu primeiro governo. Sua argumentação esteia-se no cortejo entre o “igual” e o “diferente”, o que possibilita a construção de um *éthos* mais competente, mais engajado que nunca.

3.3.5 Último pronunciamento do Presidente Luis Inácio Lula (23 de dezembro de 2010)

Após oito anos no poder, Lula vê sua política de governo legitimada pela eleição de sua candidata à presidência, Dilma Rousseff. Em linhas gerais seu governo obtém êxito no combate às desigualdades sociais, além do controle da economia, o que lhe confere uma aprovação recorde em final de governo: cerca de 80% da população.

Com sentimento de dever cumprido, o presidente faz um último balanço do que foi seu tempo de governo.

Dentro de poucos dias, deixo a presidência da república. Foram oito anos de luta, desafios e muitas conquistas. Mas, acima de tudo, de amor e de esperança no Brasil e no povo brasileiro. Com muita alegria, vou transmitir o cargo à companheira Dilma Rousseff, consagrada nas urnas em uma eleição livre, transparente e democrática. Um rito rotineiro neste País que já se firmou como uma das maiores democracias do mundo.

É profundamente simbólico que a faixa presidencial passe das mãos do primeiro operário presidente para as mãos da primeira mulher presidenta. Será um marco no belo caminho que nosso povo vem construindo para fazer do Brasil, se Deus quiser, um dos Países mais igualitários do mundo. País que já realizou parte do sonho dos seus filhos. Mas que pode e fará muito mais para que este sonho tenha a grandeza que o brasileiro quer e merece.

Nesse primeiro fragmento, verifica-se que o locutor faz um balanço positivo de seu governo, resumido na expressão “muitas conquistas”. Evoca valores abstratos nobres como o “amor” e a “esperança”, para estabelecer um elo de afetividade com o auditório, e, logo a seguir, assinala a singularidade de seu governo e do governo que segue, enfatizando a vanguarda dos acontecimentos: um homem de origem humilde, do povo, entregará a faixa presidencial a uma mulher. Infere-se, portanto, a modernidade, desvinculada de preconceitos, presente na ideologia, grosso modo, de esquerda, que não só representou o novo no cenário político do País, como também o inovou. Evocando também a questão religiosa (“Se Deus quiser”), o locutor estabelece um elo com o sagrado, o que corrobora a ideia de fé no futuro e transmite maior segurança em relação ao que virá.

No trecho abaixo, sugere-se que o governo Lula deu certo, justamente porque dele não fazia parte da elite (personificada como fonte do mal social). Esse argumento legitima, então, a ideia de manutenção necessária da esquerda, enquanto governo de coalizão.

Se governamos bem, foi, principalmente, porque conseguimos nos livrar da maldição elitista que fazia com que os dirigentes políticos deste grande País governassem apenas para um terço da população e se esquecessem da maioria do seu povo, que parecia condenada à miséria e ao abandono eternos. Mostramos que é

possível e necessário governar para todos - e quando isso se realiza o grande ganhador é o País.

Lula enfatiza o sucesso de seu governo, que possui resultados “pujantes” em todos os setores, o que vai, desse modo, alterar o curso de nossa história, sugerindo, nesse sentido, que seu governo também ficará na história. Essa ideia remete a seu *slogan* de governo: “nunca na história desse País [...]”, que aponta justamente para essa noção de singularidade no modo de governar.

Enumerando obras e projetos que qualifica como os “maiores do mundo”, o locutor reforça a dimensão de seu êxito na condução do País. Por fim, relembra seu compromisso com o auditório, ao enfatizar que seu governo, além de realizar grandes projetos e obras, teve como meta principal cuidar do povo. Considerando que o locutor veio do povo (é seu legítimo representante), a argumentação sugere que todos os esforços do governo sintetizam uma única questão: o povo estava cuidando do povo.

O Brasil demonstra hoje sua pujança em obras e projetos que estão entre os maiores do mundo e vão mudar o curso da nossa história. Me refiro às obras das hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte; às refinarias de Pernambuco, Rio de Janeiro, Maranhão e Ceará; às estradas que vão abrir rotas inéditas e estratégicas, como as ligações com o Pacífico e o Caribe; e às ferrovias Norte-Sul, Transnordestina e Oeste-Leste, além do projeto, em licitação, do trem de alta velocidade, que vai ligar São Paulo ao Rio.

Também estamos fazendo os maiores investimentos mundiais no setor de petróleo, principalmente a partir da descoberta do pré-sal, que é o nosso passaporte para o futuro. Ele vai gerar milhões de empregos e uma riqueza que será, obrigatoriamente, aplicada no combate à pobreza, na saúde, na educação, na cultura, na ciência e tecnologia e na defesa do meio ambiente.

Estamos, ainda, realizando um dos maiores projetos de combate à seca do mundo: a transposição das águas do São Francisco, que irá matar a sede e diminuir a pobreza de milhões e milhões de nordestinos.

Ao mesmo tempo em que realiza grandes obras, o Brasil, acima de tudo, cuida das pessoas - em especial das pessoas mais pobres.

Finalizando o pronunciamento, o locutor busca estreitar os laços com seu auditório, reconhecendo, de forma fraternal, sua (do auditório) adesão e mostrando-se realizado em relação a isso.

Minha felicidade estará sempre ligada à felicidade do meu povo. Onde houver um brasileiro sofrendo, quero estar espiritualmente ao seu lado. Onde houver uma mãe e um pai com desesperança quero que minha lembrança lhes traga um pouco de conforto. Onde houver um jovem que queira sonhar grande, peço-lhe que olhe a minha história e veja que na vida nada é impossível.

Vivi no coração do povo e nele quero continuar vivendo até o último dos meus dias. Mais que nunca, sou um homem de uma só causa e esta causa se chama Brasil!

Reafirmando seu compromisso com o auditório (o povo), argumenta que sua causa é o País. Projeta, portanto, um *éthos* de pai, de protetor, enfim, de líder carismático. O enunciado final carrega uma série de significados possíveis, tais como o comprometimento de seu governo com o bem-estar do povo e não com organismos financeiros nacionais ou internacionais; seus eficazes esforços no combate às desigualdades e outras mazelas que mantinham a maior parte da população no cárcere da pobreza; enfim, seu compromisso maior com o Brasil, independentemente de divergências ideológicas com as instâncias adversárias.

O pronunciamento é, em linhas gerais, pautado no diálogo entre o “antes” e o “depois”, ou seja, entre um “antes” de inexperiência e um “depois” de correção dessa carência, entre um “antes” de grandes projetos a serem executados e um “depois” de consideráveis realizações. Lula monta sua estratégia argumentativa sobre o pilar do apelo subjetivo, sempre recorrendo ao aspecto emocional que, em seu governo, é sempre um projeto de mão dupla, ou seja, o auditório também se entusiasma, também participa da construção desse novo momento do País. Concomitantemente, o orador se apresenta, mais do que como um agente político confiável, como um protetor, um indivíduo mais próximo, mais ciente das reais necessidades da grande parcela da população – a mais carente. Note-se aqui a similaridade (com pequena variação) da fala de Lula em relação à oração de São Francisco: “Onde houver... quero/peço-lhe...”

O tom de seu pronunciamento é de otimismo, pautado nas consideráveis realizações, na constante superação das adversidades e das situações herdadas da gestão anterior. Seus *ethé* de credibilidade e identificação são construídos com base na imagem de um político que, antes de ser dotado de experiência governamental, já era provido de conhecimento sobre as necessidades da população, já era munido de uma legitimidade para entender os grandes problemas sociais do País, condições advindas de sua própria experiência de vida, da luta política em que sempre esteve engajado.

3.3.6 Considerações acerca dos pronunciamentos de Lula

Em seus pronunciamentos, Lula busca construir seu *éthos* efetivo com base num *éthos* pré-discursivo, que o legitima como membro do povo, alguém que, portanto, compreende as demandas e necessidades dessa grande maioria; um *éthos* dito, fundamentado nas qualidades que ressalta em si mesmo como a seriedade e o comprometimento com as classes menos favorecidas; e um *éthos* mostrado, que se estabelece por meio de uma imagem de governante firme e engajado, mas, ao mesmo tempo, conciliador. Revela-se, pois, como um “verdadeiro”

– e carismático – líder, credenciado a conduzir o País e suas políticas. Em muitos momentos, Lula recorre à construção de uma imagem de governante humilde e protetor (de um pai para o povo) e de um político imbuído de crença religiosa (temente a Deus na condução da nação), assumindo um tom desprovido de arrogância. Nesse sentido, observamos que, em alguns momentos, seus pronunciamentos se assemelham a preces (como vimos no trecho que remete à oração de São Francisco).

Lula procura basear sua argumentação na chegada do “povo” finalmente ao poder. Sua ascensão à presidência representou isso, muito embora, o ex-presidente habilmente evidencie que o seu governo é/foi para todos os brasileiros: um governo que representa a esperança de novos tempos, de “mudança” que leva ao desenvolvimento e ao progresso.

Os argumentos seguem uma linha de oposição ao neoliberalismo e suas políticas anti-sociais, embora Lula reafirme, explicitamente, em alguns trechos, seu compromisso de manutenção da política econômica do País. Assim, trata as questões econômicas, conduzindo-as, argumentativamente, para o lugar do social, isto é, justifica a continuidade das políticas e a adoção de outras por meio da ênfase ao desenvolvimento dos setores da economia que facilitem o acesso crescente da maior parte da população à riqueza do País.

Ao fazer uso dos recursos linguístico-discursivos, o ex-presidente procura utilizar modalizadores (em sentido amplo) que conferem a seus pronunciamentos uma alta carga de subjetividade. Recorre, além disso, a temas como superação, avanço, progresso, vitória. Seu modo de enunciar é amistoso, por vezes mesmo intimista, procurando, a todo momento, criar uma atmosfera de parceria, enfim, de cumplicidade com o auditório.

A estratégia argumentativa de Lula também se baseia no resgate do passado, ou seja, da memória discursiva em que situações, ocorridas em outros governos, legitimam a sua chegada à presidência (como contrapartida, ao descontentamento evidente da população). O recurso de comparação também está presente, tendo em vista uma constante referência a problemas de administrações anteriores (sobretudo os da era FHC) e ao desempenho de seu governo, com a conseqüente melhora ou minimização desses problemas. O pronunciamento de Lula é, enfim, um pronunciamento que procura apontar a competência e a solidez de seu governo, com um tom otimista e, por vezes, emocionado que leva ao auditório a que se destina uma mensagem de êxito e combate constante às desigualdades sociais.

3.4. Quadro comparativo entre os Pronunciamentos de FHC e Lula

Segue, abaixo, uma tabela com a síntese dos dados encontrados através das análises dos Pronunciamentos dos ex-presidentes FHC e Lula:

	FHC	LULA
ÉTHOS	<i>Ethé</i> de competência, de seriedade, de virtude, de humildade, de inteligência, de solidariedade.	<i>Ethé</i> de competência, de virtude, de humildade, de inteligência, de solidariedade, de caráter, de humanidade, de chefe carismático.
RECURSOS LINGUÍSTICO-DISCURSIVOS	Índices de recorrência constante à memória discursiva, argumentos pautados na racionalidade.	Alta carga de subjetividade, apelo à memória discursiva, argumentação pautada na comparação.
TÔNICA DA ARGUMENTAÇÃO	Retomada de situações passadas que o legitimaram enquanto agente político eficaz e comprometido e capaz.	Ênfase na competência e solidez de seu governo em comparação à administração anterior que o credenciaram a dois mandatos e a manutenção de seu partido no poder.

CONCLUSÃO

Segundo Plantin (2008, p. 64), “toda argumentação é uma atividade custosa, tanto do ponto de vista cognitivo como do ponto de vista interpessoal; só nos engajamos nela pressionados pela resistência do outro.”

Tendo em vista o que diz Plantin, o ator político deve empreender constantes esforços no intuito de criar argumentos verossímeis e relevantes, pois o fazer político, por si só, supõe o ato de argumentar. Soma-se a isso que a argumentação, como pontua Plantin (2008, p. 42), é outro modo de falar em sentido e informação. Assim, a questão fundamental para o político passa a ser a forma como ele vai edificar seus argumentos, de modo a (re)construir realidades, utilizando, via de regra, a manipulação dos afetos e dos fatos.

O político necessita sensibilizar, convencer. Seu instrumento não é outro senão a palavra, que constitui enunciados carregados de retórica. Esta, por sua vez, tem a missão de transformar, de transcender. Como assevera Plantin (2008, p. 125), os discursos retóricos trazem para o primeiro plano os afetos e sua manipulação. Analisar o discurso de um ator político é, portanto, analisar a tentativa de manipular daquele que – investido do poder – precisa a todo tempo angariar legitimidade, suscitar adesão.

Persuadir/convencer é tarefa sofisticada. Demanda um locutor habilidoso e comprometido com seus propósitos. Não basta, então, falar bem; é preciso, além de falar bem, exalar confiança, credibilidade (*éthos*) e mais um conjunto de predicados, sem os quais os custosos esforços argumentativos correm o risco de cair por terra.

Ao ator político, munido de todas as necessárias competências argumentativas, cabe a produção “correta” da persuasão. Seu discurso será o que nega e, ao mesmo tempo, afirma, o que, não admitindo, admite. A esse respeito, já adverte Plantin (2008) que a importância da manipulação de contrários é enorme.

Atores políticos com experiências de governo semelhantes do ponto de vista temporal: dois mandatos presidenciais, Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, cada um a seu modo, travaram suas batalhas, visando às estratégias argumentativas que constituíssem um discurso eficiente. E, para tanto, como é de se esperar de um ator político, usufruíram consideravelmente da retórica.

Os pronunciamentos de Fernando Henrique Cardoso aqui analisados mostram um orador com a necessidade de subverter a conclusão lógica de que, sendo ele expoente de políticas elitistas e de direita que se alinhavam com o neoliberalismo, seu governo não era de

cunho social. FHC vai, então, construir sua argumentação, explorando recursos retóricos tais como a afirmação/negação de premissas, a contraposição de premissas, além daqueles que visam, especificamente, auxiliá-lo na tarefa de dissolução desse *éthos* prévio, com a consequente construção de sua legitimidade (a insistência na questão do social é um desses recursos).

Seu discurso sempre esbarrará na realidade de suas políticas e ações governamentais que, por vezes, serão admitidas num primeiro momento e minimizadas, logo após, para a obtenção de uma conclusão positiva: de qualquer modo houve avanço. Sua fala sempre carregará implícitos que remetem a seu principal trunfo: o êxito do Plano Real. Este, sempre que possível, será lembrado como forma de reafirmar o controle econômico que, até então, não havia.

Sempre obrigado a rebater críticas sobre seu governo, FHC o faz ora de modo direto ora implicitamente. O ponto chave de sua defesa é o desenvolvimento que se faz urgente e que traz consigo certas medidas. Seu *éthos* funda-se nas contribuições que outrora ele prestou à nação e na sua competência prévia para assumir o posto de presidente, tendo em vista sua atuação no governo anterior. Não sendo propriamente um *éthos* modesto, FHC, no entanto, procura projetá-lo como tal, até mesmo para minimizar o peso de sua origem elitista.

Nos dois pronunciamentos de posse analisados, o então presidente se coloca como o condutor da nação rumo ao avanço, rumo ao progresso. Sua legitimidade será salientada, tendo em vista sua reeleição. Nesses dois pronunciamentos, evidentemente, percebe-se que a argumentação procura influenciar os afetos do auditório.

Nos dois pronunciamentos de final de mandato, Fernando Henrique procura defender a ideia de que seu governo foi eficiente e de que suas políticas foram, sim, de cunho social. Seu esforço para suscitar essa impressão é, aliás, enorme. Em ambos, ele precisa justificar-se por suas medidas governamentais, sendo os resultados dessas medidas dialeticamente trabalhados para criar a noção de positividade. Sua argumentação volta-se, de modo geral, para a criação de sentidos fundamentados no social, mesmo que *a priori* as ações governamentais não apontassem nessa direção.

Luís Inácio Lula da Silva, por sua vez, nos pronunciamentos referentes ao 1º mandato, constrói sua argumentação pautada na eficácia de seu governo e em sua própria eficiência para conduzir a nação. Seus argumentos serão sempre respaldados em suas ações, voltadas para o campo social. Desse modo, apoiará sua argumentação na exaltação dos resultados, na constante renovação do pacto entre governo e população e na estratégica citação do governo

anterior – com características de direita – para ilustrar o quanto o País carecia de políticas como as suas. Essas constantes citações reforçarão, então, o aspecto positivo de seu governo.

Seu *éthos* será edificado sobre o solo da competência, competência esta que ele empresta ao “seu” povo e, ao mesmo tempo, lhe toma de empréstimo, ao sempre reiterar sua origem humilde. Do mesmo modo, sua argumentação está sempre recheada de designações como firmeza e disponibilidade, enfatizando um *éthos* de eficiência. A base de sua competência é o momento atual satisfatório e sua projeção no futuro. Trata-se de um futuro nunca antes experimentado na história do País, e sua promoção é obra do governo Lula – ou melhor, do próprio Lula.

No primeiro pronunciamento referente ao 2º mandato, percebe-se um Lula que desbrava as fronteiras externas, em busca de investimentos que garantiriam o crescimento do País e um maior bem-estar social. Apesar de sinalizar suas bases sociais, o então presidente cria o cenário ideal para dialogar com os organismos internacionais. Trata-se de um pronunciamento de propaganda, com significativa carga retórica e com considerável exploração de um *éthos* que remetia, naquele momento, à ideia de credibilidade. No pronunciamento final de seu 2º mandato, Lula, consciente de seu êxito, procura concretizar definitivamente seus laços com o auditório (o povo) que, por duas vezes, o elegeu, argumentando a favor da manutenção de seu partido no governo, com a eleição de Dilma Rousseff.

Já nos pronunciamentos de posse, Lula veste o manto da mudança. O desejo de mudança no primeiro governo se une, no segundo, à mudança efetivamente ocorrida. Em 2002, sua argumentação baseou-se no fato de que, enfim, o povo escolhia a mudança, cujo veículo condutor era ele, Lula. Em 2007, porém, a mudança assume uma forma concreta, a partir da comparação entre o “antes” e o “depois” ou entre o “igual” e o “diferente”.

Comparando-se as duas formas de argumentação e levando-se em conta a conjuntura de cada governo e o contexto mais geral; verificamos que, enquanto FHC argumenta em busca da edificação de sua legitimidade e da adesão da população a seu governo e a ele mesmo, Lula constrói sua argumentação, de modo a criar um ambiente que comporte também sua interlocução com os organismos internacionais que possam viabilizar suas políticas.

Nessa perspectiva, com Lula o Brasil não se isolou do mundo neoliberal e tampouco deixou de prestar contas a ele. No entanto, não houve necessidade de justificar tal atitude, porque seu argumento estava solidamente firmado na ideia de que seu governo não era pró-neoliberalismo e, sim, voltado para o social. Suas ações referendavam isso. Mas seu diálogo com o neoliberalismo, que lhe permitiu, de certa forma, implementar alguns conceitos

neoliberais (correspondentes a ideias e valores que se concretizam através das políticas econômicas). Nesse sentido, houve a manutenção da política econômica (herdada do governo anterior e que tinha cunho neoliberal). A ideia de que Lula dialogou com conceitos neoliberais causa estranhamento se considerarmos suas origens, sua luta de toda uma vida em prol das questões sociais, que, evidentemente, se opõe aos princípios neoliberais e que não se preocupam com a assistência ao indivíduo no seio social. O neoliberalismo visa ao lucro e não propriamente ao bem-estar ou à justiça social. Lula sempre se opôs, explicitamente, a essa realidade,.

FHC, por seu turno, não só manteve um diálogo profícuo com a ideologia neoliberal como efetivamente a aplicou. Sua tentativa de mascarar/justificar esse alinhamento com base em uma política voltada para o social ficou a cargo da dialetização constante em seus pronunciamentos. O fim (desenvolvimento, avanço) justificava os meios (política neoliberal).

Do ponto de vista das ideologias, nota-se que o divisor de águas entre um ex-presidente e outro fica a cargo da maneira como cada um conduziu o governo e na intenção que cada um teve de obter a liderança da nação, uma vez que, do ponto de vista dos pronunciamentos analisados, ambos se baseavam na bandeira de correção da desigualdade social: a esquerda, com mais ênfase; a direita, mais discreta, argumentando, no entanto, na mesma direção. A própria questão do mundo globalizado e neoliberal faz com que essas forças políticas compartilhem valores. O neoliberalismo no Brasil intensificou a desigualdade social – que a princípio sempre foi problematizada na ideologia de esquerda –, não permitindo à direita a prerrogativa de se furtar à apreciação desse tema. Manter-se no poder dependia de promessas voltadas para os segmentos sociais que sofriam com essa desigualdade. Portanto, desigualdade social também foi/é problema da direita.

Portanto, o manuseio do poder, na era da globalização, não permite a nenhum polo ideológico ignorar o conteúdo do polo oposto. É imperativo que as questões sociais transcendam, realmente, essa dicotomia ideológica; dada a complexidade social em que vivemos. O poder, desse modo, só se justifica nas mãos de quem sabe trabalhar essa nova realidade. Ser de direita não é mais sinônimo de acesso instantâneo ao poder em nosso País. Do mesmo modo, ser de esquerda não significa mais uma eterna falta de acesso a ele.

REFERÊNCIAS:

ALTHUSSER, L. **Pour lire le Capital**. Paris: Maspéro, 1965.

AMOSSY, R. (org). **Imagens de si no discurso: a construção do *éthos***. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, G. M. P.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (orgs.). **Análises do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Lucerna/Nova Fronteira, 2008. v. 1, p. 231-254.

_____. Contribuição da Nova Retórica para a AD: o estatuto do *lógos* nas ciências da linguagem. In: LARA, G. M. P.; EMEDIATO, W. (orgs.). **Análises do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ediouro, 2011. v. 4, p. 11-28.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AQUINO, R S. L.; FRANCO, D. A.; LOPES, O. G. P. C. **História das sociedades – das comunidades primitivas às sociedades medievais**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

ARAÚJO, I. L. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Ed. UFPR, 2000.

ARISTÓTELES. **Retórica**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

_____. Tópicos. In: REALE, G. **História da filosofia antiga: II Platão e Aristóteles**. São Paulo: Loyola, 1994.

AZAMBUJA, D. P. **Teoria geral do estado**. 44. ed. Porto Alegre: Globo, 2006.

BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003a. p. 261-306.

BERTI, H. **Aristóteles no século XX**. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **As razões de Aristóteles**. São Paulo: Loyola, 1998.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

BOLAFFI, G. *Habitação e Urbanismo: O Problema e o Falso Problema*. IN: MARICATO, E. (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1994.

CAMARGO, M. M. L. **Hermenêutica e argumentação. Uma contribuição ao estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 2. ed. 2001.

CARDOSO, F. H. **A desconstrução da democracia**. São Paulo: Siciliano, 1993.

- CASTORIADES, C. *A pólis grega e a criação da democracia*. **Revista de Filosofia Política 3**, L&PM, Porto Alegre, 1986, p. 70-74.
- CAUQUELIN, A. **Arte contemporânea: uma introdução**. São Paulo: Martins, 2005.
- CERVONI, J. **A enunciação**. São Paulo: Ática, 1989.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, P. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CONSTANT, B. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. **Revista de Filosofia Política 2**, Porto Alegre, n. 2, 1985, p. 9-25.
- COURA-SOBRINHO, J. Discurso, sujeitos da linguagem e contrato de comunicação. In: MARI, H. *et al.* **Análise do discurso em perspectivas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003. p. 267-279.
- CRYSTAL, D. **Dicionário de linguística e fonética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- DALLARI, D. A. **Elementos de teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1998.
- DIDEROT, D. Suplemento à viagem de Bougainville ou diálogo entre A e B (1796). **Coleção os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- DINIZ, E. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- FAUSTO, B. O mundo movente das ideologias. **Folha de S. Paulo**, p. 193. 15/02/2004, Opinião: 3.
- FEUERBACH, A L. **Preleções sobre a essência da religião**. São Paulo: Vozes, 2009.
- FIGUEIRA, D. G. **História**. São Paulo: Ática, 2000.
- FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- _____. Pragmática. In: FIORIN, J. L. (org.) **Introdução à linguística II. Princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 161-184.
- FOUCAULT (org.) Foucault: **a critical reader**. New York: Basil Blackwell, 1986.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.
- GRÁCIO, R. A. **Racionalidade argumentativa**. Porto: Edições ASA S/A, 1993.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1997.

KOCH, I. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2002.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; CAZARIN, E.; GRIGOLETTO, E. (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias - sujeito e língua**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 9-33.

LOKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo: Martins Claret, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.

_____. A propósito do *éthos*. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (orgs.). **Éthos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Análise de Textos de Comunicação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MENEZES, A W. Faces e usos da Argumentação. In: MARI, H. *et al.* **Análise do Discurso: fundamentos e prática**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001.

MEYER, M. **Questões de retórica: linguagem, razão e sedução**. Lisboa: Edições 70, 1997.

MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. BENTES (orgs.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.

NEVES, M. H. M. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

ORLANDI, E; LAGAZZI, R. (Orgs.). **Introdução às Ciências da Linguagem: Discurso e Textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1997. p. 53-161.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1988.

PICKLES, W. Esquerda e direita (significados correntes). In: SILVA, B. (coord.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

PERELMAN, C. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERELMAN, C., OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de argumentação: a nova retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLATÃO. **A República.** São Paulo: Martin Claret, 2005.

PLANTIN, C. **A Argumentação: história, teorias, perspectivas.** São Paulo: Parábola, 2008.

PLEBE, A.; EMANUELE, P. **Manual de retórica.** São Paulo. Martins Fontes, 1992.

PINTO, C. R. J. Elementos para uma análise de discurso político. **Revista Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 24, p.87-117, jan./jun. 2006.

REBOUL, O. **Introdução à retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SADER, E. **O anjo torto.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

TRINGALI, D. **Introdução à retórica.** São Paulo: Duas Cidades, 1988.

VECCHIA, A. **Argumentação na escrita.** São Paulo: Scortecci, 2008.

Sites consultados:

<http://br.monografias.com/trabalhos915/origem-neoliberalismo-brasil/origem-neoliberalismo-brasil2.shtml>. Acesso em 15/07/2011.

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042005000100010&script=sci_arttext. Acesso em 16/07/2011.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/05/279666.shtml>. Acesso em 30/06/2011.

<http://www.interface.org.br/revista4/ensaio2.pdf>. Acesso em 01/07/2011.

<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/contrato.pdf>.

http://www.unctad.org/sections/edm_dir/docs//Lula_statement290104_pt.pdf. Acesso em 13/11/2011

<http://www.itamaraty.gov.br/divulg/documentacao-diplomatica/publicacoes/resenha-de-politica-exterior-do-brasil/resenhas/resenha-n94-1sem-2004>. Acesso em 13/11/2011.

<http://www.mundoeducacao.com.br/historiageral/socialismo-utopico.htm>. Acesso em 22/11/2011.

<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1391079-5602,00.html>. Acesso em 18/09/2011.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Henrique_Cardoso. Acesso em 13/04/2011.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/gilberto/gd211002.htm>. Acesso em 12/01/2012.

http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/ideolog/index.html. Acesso em 11/05/2011.

http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_4481/artigo_sobre_o_pensamento_cartesiano. Acesso em 23/04/2011.

http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/13975/13975_6.PDF. Acesso em 22/01/2011.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ret%C3%B3rica>. Acesso em 10/01/2011.

<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>. Acesso em 16/01/2011.

http://www.institutodehumanidades.com.br/curso_atonomo/ciencia_politica/introducao.pdf. Acesso em 18/02/2011.

<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/contrato.pdf>. Acesso em: 14/05/2011.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo_ut%C3%B3pico. Acesso em 13/05/2011.

http://www.notapositiva.com/pt/trbestbs/filosofia/11_retorica_persuasao_manipulacao_d.htm. Acesso em: 13/04/2011.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Doxa>. Acesso em 19/03/2011.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_sof%C3%ADstica. Acesso em: 04/10/2011.

<http://pt.scribd.com/doc/69315778/311/Competencia-discursiva>. Acesso em: 16/05/2011.

<http://www.suapesquisa.com/geografia/neoliberalismo.htm>. Acesso em 16/06/2011.

<http://www.fals.com.br/revela11/politicahabitacional.pdf>. Acesso em: 06/07/2011.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_de_bem-estar_social. Acesso em: 17/07/2011.

http://www.achegas.net/numero/dezessete/marcel_freitas_17.htm. Acesso em: 17/07/2011.

<http://www.ifhc.org.br/files/artigo/3.pdf>. Acesso em: 14/03/2011.

<http://www.ifhc.org.br/files/artigo/444.pdf>. Acesso em 14/03/2011.

<http://www.ifhc.org.br/files/artigo/4.pdf>. Acesso em: 14/03/2011.

<http://www.ifhc.org.br/files/artigo/462.pdf>. Acesso em: 14/03/2011.

http://www.fiec.org.br/artigos/temas/discurso_de_posse_do_presidente_Luiz_Inacio_Lula_da_Silva.htm. Acesso em: 15/03/2011.

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/347161068206-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio>. Acesso em 15/03/2011.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u88185.shtml>. Acesso em: 15/03/2011.

<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/leia-a-integra-do-ultimo-pronunciamento-oficial-de-lula-como-presidente-20101223.html>. Acesso em: 15/03/2011.

<http://www.suapesquisa.com/geografia/neoliberalismo.htm>. Acesso em 16/06/2011.

<http://www.iea.usp.br/iea/textos/fioribemestarsocial.pdf>. Acesso em: 17/07/2011.

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-americo-persuasao-0.pdf> Acessado em 29/02/2012.

<http://dis.sagepub.com/cgi/content/abstract/4/3/301>. Acesso em 02/06/2012.

<http://pt.scribd.com/doc/69315778/311/Competencia-discursiva>. Acesso em: 16/05/2011.

ANEXO I: PRONUNCIAMENTOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

PRONUNCIAMENTO DE POSSE – 1º MANDATO (1)⁴⁴

Congresso Nacional
Brasília, 01º de janeiro de 1995.

Discurso de Posse – 1º Mandato

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional;
Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República;
Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros;
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados;
Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal;
Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras;
Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa;
Excelentíssimos Senhores Senadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Altas Autoridades da República
Senhoras e Senhores,

Venho somar minha esperança à esperança de todos neste dia de conagração.

Permitam que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos brasileiros.

Pertenço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo.

Vem de longe a chama deste sonho. Vem dos heróis da Independência. Vem dos abolicionistas. Vem dos "tenentes" revolucionários da Velha República.

Essa chama eu vi brilhar nos olhos de meu pai, Leônidas Cardoso, um dos generais da campanha do "petróleo é nosso", como já brilhara no fim do Império nos olhos de meu avô, abolicionista e republicano.

Para os estudantes que jogavam, como eu, todo o seu entusiasmo nessas lutas, petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo moderno do pós-guerra. Asseguravam um lugar para o Brasil no carro do progresso tecnológico, que acelerava e ameaçava nos deixar na poeira.

Por algum tempo, na Presidência de Juscelino Kubitschek, o futuro nos pareceu estar perto. Havia desenvolvimento. O Brasil se industrializava rapidamente. Nossa democracia funcionava, apesar dos sobressaltos. E havia perspectivas de melhoria social.

Mas a História dá voltas que nos confundem. Os "anos dourados" de JK terminaram com inflação e tensões políticas em alta.

Vieram então anos sombrios, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas sacrificaram a liberdade. Trouxeram progresso, mas para poucos. E depois nem isso, mas somente o legado - este sim, para todos - de uma dívida externa que amarrrou a economia, e de uma inflação que agravou as mazelas sociais na década de 80.

Assim eu vi meus filhos nascerem meus netos, sonhando e lutando para dividir o dia em que o desenvolvimento, liberdade e justiça - justiça, liberdade e desenvolvimento - andariam juntos nesta terra. Eu nunca duvidei que esse dia chegaria.

Mas nunca pensei que ele pudesse me encontrar na posição que assumo hoje, escolhido pela maioria dos meus concidadãos para liberar a caminhada rumo ao Brasil dos nossos sonhos.

⁴⁴ Disponível em: <http://www.ifhc.org.br/files/artigo/3.pdf>. Acesso em: 14/03/2011.

Sem arrogância, mas com absoluta convicção, eu digo: este País vai dar certo!

Não por minha causa, mas por causa de todos nós. Não só por causa dos nossos sonhos - pela nossa imensa vontade de ver o Brasil dar certo, - mas porque o momento amadureceu e o Brasil tem tudo para dar certo.

Recuperamos aquele que deve ser o bem mais precioso de um povo: a liberdade.

Pacificamente, com tranqüilidade, apesar das mágoas e cicatrizes que ficam como um símbolo para que novas situações de violência não se repitam, viramos a página do autoritarismo que, com nomes e formas diferentes, desvirtuou nossa República desde a sua fundação.

Para os jovens de hoje, que pintaram a cara e ocuparam as ruas exigindo decência dos seus representantes, assim como para as pessoas da minha geração, que aprenderam o valor da liberdade ao perdê-la, a democracia é uma conquista definitiva. Nada nem ninguém nos fará abrir mão dela.

Recuperamos a confiança no desenvolvimento.

Não é mais uma questão de esperança, apenas. Nem é euforia passageira pelos dois bons anos que acabamos de ter. Este ano será melhor. O ano que vem, melhor ainda.

Hoje não há especialista sério que preveja para o Brasil outra coisa que um longo período de crescimento. As condições internacionais são favoráveis.

O peso da dívida externa já não nos sufoca.

Aqui dentro, nossa economia é como uma planta sadia depois da longa estiagem. As raízes - as pessoas e empresas que produzem riqueza resistiram aos rigores da estagnação e da inflação. Sobreviveram. Saíram fortes da provação.

Nossos empresários souberam inovar, souberam refazer suas fábricas e escritórios, souberam vencer as dificuldades.

Os trabalhadores brasileiros souberam enfrentar as agruras do arbítrio e da recessão e os desafios das novas tecnologias.

Reorganizaram seus sindicatos para serem capazes, como hoje são, de reivindicar seus direitos e sua parte no bolo do crescimento econômico. Chegou o tempo de crescer e florescer.

Mais importante: hoje nós sabemos o que o governo tem que fazer para sustentar o crescimento da economia. E vamos fazer. Aliás, já estamos fazendo.

Quando muitos duvidaram se seríamos capazes de colocar nossa própria casa em ordem, nós começamos a arrumá-la nestes dois anos.

Sem ceder um milímetro da nossa liberdade, sem quebrar contratos nem lesar direitos, acabamos com a superinflação.

Devemos isso, não só aos que refizeram os rumos da economia, mas também ao Presidente Itamar Franco, que granjeou o respeito dos brasileiros por sua simplicidade e honestidade.

No momento em que deixa o governo cercado da estima que fez por merecer, agradeço em nome da Nação a Itamar Franco pelas oportunidades que nos proporcionou.

Ao escolher a mim para sucedê-lo, a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela continuidade do Plano Real, e pelas reformas estruturais necessárias para afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação.

A isto eu me dedicarei com toda a energia, como Presidente, contando com o apoio do Congresso, dos Estados e de todas as forças vivas da Nação.

Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento. Falta a justiça social.

É este o grande desafio do Brasil neste final de século. Será este o objetivo número um do meu governo.

Joaquim Nabuco, o grande propagandista do abolicionismo, pensava em si mesmo e em seus companheiros como titulares de um "mandato da raça negra".

Mandato que não era dado pelos escravos, pois eles não teriam meios de reclamar seus direitos. Mas que os abolicionistas assumiam mesmo assim, por sentir no coração o horror da escravidão, e por entender que os grilhões dela mantinham o País inteiro preso no atraso econômico, social e político.

Também nós nos horrorizamos vendo compatriotas nossos - e ainda que não fossem brasileiros - vendo seres humanos ao nosso lado subjugados pela fome, pela doença, pela ignorância, pela violência. Isto não pode continuar!

Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a Nação. Quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos.

Mas, ao contrário de Nabuco, eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos. Da maioria deles, independentemente da sua condição social.

Mas veio também, e em grande número dos excluídos; os brasileiros mais humildes que pagavam a conta da inflação, sem ter como se defender; dos que são humilhados nas filas dos hospitais e da Previdência; dos que ganham pouco pelo muito que dão ao País nas fábricas, nos campos, nas lojas, nos escritórios, nas ruas e estradas, nos hospitais, nas escolas, nos canteiros de obra; dos que clamam por justiça porque têm, sim, consciência e disposição para lutar por seus direitos - a eles eu devo em grande parte a minha eleição.

Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria.

Com serenidade, como é do meu feitio, mas com firmeza.

Buscando sempre os caminhos do diálogo e do convencimento, mas sem fugir à responsabilidade de decidir. Sabendo que a maioria dos brasileiros não espera milagres, mas há de cobrar resultados a cada dia do governo. Mesmo porque os brasileiros voltaram a acreditar no Brasil, e têm pressa para vê-lo cada vez melhor.

Também vemos com satisfação que aumenta o interesse de outros Países pelo Brasil.

Nossos esforços para consolidar a democracia, ajustar a economia e atacar os problemas sociais são acompanhados com expectativa muito positiva do exterior.

Todos percebem hoje por que a nossa transição foi mais lenta, e por vezes mais difícil do que em outros Países. É porque ela foi mais ampla e mais profunda. A um só tempo restauramos as liberdades democráticas e iniciamos a reforma da economia.

Por isso mesmo, construímos base mais sólida para seguir adiante. Temos o apoio da sociedade para mudar. Ela sabe o que quer e para onde devemos ir.

Rapidamente, no ritmo veloz das comunicações e da abertura da economia brasileira, estamos deixando para trás atitudes xenófobas, que foram mais efeito do que causa do nosso relativo fechamento no passado.

Nada disso implica renunciar a uma fração que seja da nossa soberania, nem descuidar dos meios para garanti-la.

Como Comandante-em-Chefe das nossas Forças Armadas, estarei atento às suas necessidades de modernização, para que atinjam níveis de operacionalidade condizentes com a estatura estratégica e com os compromissos internacionais do Brasil.

Nesse sentido, atribuirei ao Estado-Maior das Forças Armadas novos encargos, além dos já estabelecidos. E determinarei a apresentação de propostas, com base em estudos a serem realizados em conjunto com a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, para conduzir a adaptação gradual das nossas Forças de defesa às demandas do futuro.

No mundo pós-Guerra Fria, a importância de Países como o Brasil não depende somente de fatores militares e estratégicos, mas sobretudo da estabilidade política interna, do nível geral de bem-estar,

dos sinais vitais da economia - a capacidade de crescer e gerar empregos, a base tecnológica, a participação no comércio internacional e, também, de propostas diplomáticas claras, objetivas e viáveis.

Por isso mesmo, a realização de um projeto nacional consistente de desenvolvimento deve nos fortalecer crescentemente no cenário internacional.

O momento é favorável para que o Brasil busque uma participação mais ativa nesse contexto. Temos identidade e valores permanentes, que não devem de continuar se expressando em nossa política externa. Continuidade significa confiabilidade no campo internacional.

Mudanças bruscas, desligadas de uma visão de longo prazo, podem satisfazer interesses conjunturais, mas não constroem o perfil de um Estado responsável.

Não devemos, contudo, ter receio de inovar quando os nossos interesses e valores assim indicarem.

Numa fase de transformações radicais, marcada pela redefinição das regras de convivência política e econômica entre os Países, não podemos, por mero saudosismo, dar as costas aos rumos da História. Temos, sim, que estar atentos a eles para influenciar o desenho da nova ordem.

É tempo, portanto, de atualizar nosso discurso e nossa ação externa, levando em conta as mudanças no sistema internacional e o novo consenso interno em relação aos nossos objetivos.

É tempo de debater às claras qual deve ser o perfil do Brasil, como Nação soberana, neste mundo em transformação, envolvendo no debate a Chancelaria, o Congresso, a universidade, os sindicatos, as empresas, as organizações não-governamentais.

Vamos aposentar os velhos dilemas ideológicos e as velhas formas de confrontação, e enfrentar os temas que movem a cooperação e o conflito entre os Países nos dias de hoje: direitos humanos e democracia; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; as tarefas ampliadas do multilateralismo e os desafios da regionalização; a dinamização do comércio internacional e a superação das formas de protecionismo e unilateralismo. Outros temas centrais são o acesso à tecnologia, os esforços de não-proliferação e o combate às formas de criminalidade internacional.

Vamos valorizar ao máximo a condição universal da nossa presença, tanto política como econômica. Condição que tanto nos permite aprofundar nos esquemas de integração regional, partindo do Mercosul, como explorar o dinamismo da Europa unificada, do Nafra, da Ásia do Pacífico. E ainda identificar áreas com potencial novo nas relações internacionais, como a África do Sul pós-apartheid.

Sem esquecer das nossas relações tradicionais com o continente africano e de Países como a China, a Rússia e a Índia, que por sua dimensão continental enfrentam problemas semelhantes aos nossos no esforço pelo desenvolvimento econômico e social.

Eu acredito que o Brasil tem um lugar reservado entre os Países bem-sucedidos do planeta no próximo século. E estou convencido de que os únicos obstáculos importantes que nós enfrentaremos para ocupar esse lugar vêm dos nossos desequilíbrios internos - das desigualdades externas entre regiões e grupos sociais.

Sabemos que o desenvolvimento de um País, no mundo de hoje, não se mede pela quantidade das coisas que produz. O verdadeiro grau de desenvolvimento se mede pela qualidade da atenção que um País dá à sua gente.

À sua gente e à sua cultura. Num mundo em que a comunicação é global e instantânea, e ao mesmo tempo os públicos se fragmentam e especializam-se, a identidade cultural toma-se o cimento das nações.

Nós, brasileiros, somos um povo com grande homogeneidade cultural. Nossos regionalismos constituem variações da nossa cultura básica, nascida do encontro da tradição ocidental-portuguesa com a africana e a indígena.

Nossos intelectuais, nossos artistas e nossos produtores culturais são a expressão genuína do nosso povo. Quero prestigiá-los e dar-lhes condições para que sejam construtores da cidadania. Pois a

cidadania, além de ser um direito do indivíduo, é também o orgulho de fazer parte de um País que tem valores e estilo próprios.

As prioridades que propus ao eleitor, e que a maioria aprovou, são aquelas que repercutem diretamente na qualidade de vida das pessoas: emprego, saúde, segurança, educação, produção de alimentos.

A geração de empregos virá com a retomada do crescimento, mas não automaticamente. O governo estará empenhado em programas e ações específicas nesse sentido.

E se jogará por inteiro no grande desafio que é do Brasil e não apenas desta ou daquela região, que é de todos e não apenas dos excluídos de diminuir as desigualdades até acabar com elas.

Acesso aos hospitais, respeito no atendimento, eliminação das esperas desnecessárias, combate ao desperdício e às fraudes são elementos tão indispensáveis à boa gestão da saúde quanto a existência de verbas adequadas. Mas a saúde tem que ser encarada - e assim vai ser no meu governo principalmente como prevenção da doença, e não só a cura da doença. Uma visão moderna da saúde inclui saneamento básico, vacinação em massa, alimentação adequada, esporte para todos.

A escola precisa voltar a ser o centro do processo de ensino. Escola não é só a função do professor - e a recuperação dos seus salários, principalmente no ensino básico. É muito mais do que isso.

É o lugar de convivência onde a ação dos pais, a solidariedade do meio social, a participação do aluno e do professor e uma boa administração se somam para formar cidadãos.

Para dar o salto que se impõe no limiar do novo milênio, não podemos mais conviver com o analfabetismo e o semi-analfabetismo em massa. É uma pobre ilusão achar que o mero consumo de quinquilharias vai nos fazer "modernos", se nossas crianças continuarem passando pela escola sem absorver o mínimo indispensável de conhecimento para viver no ritmo da modernidade.

Chega de construir escolas faraônicas, e depois enchê-las de professores mal pagos e mal preparados, junto com estudantes desmotivados e sem condições materiais e psicológicas para terem um bom aproveitamento.

Para exercermos na plenitude nosso mandato de acabar com a miséria, é preciso também acabar com a miséria espiritual. Que os meios modernos de comunicação nos ajudem nessa tarefa.

Ao lado da informação e do divertimento, vamos engajar nossas TV's numa verdadeira cruzada nacional pelo resgate da cidadania através do ensino, começando por uma intensa ação de alfabetização e formação cultural.

Minha missão, a partir de hoje, é fazer com que essas prioridades do povo sejam também as prioridades do governo. Isto vai demandar uma ampla reorganização da máquina do governo.

A administração está muito deteriorada, depois de anos de desmandos e arrocho financeiro. O clientelismo, o corporativismo e a corrupção sugam o dinheiro do contribuinte antes que chegue aos que deveriam ser os beneficiários legítimos das ações do governo, principalmente na área social.

As CPI's do Congresso e as providências enérgicas tomadas pelo governo Itamar Franco começaram a limpeza desses parasitas nos últimos dois anos.

Vai ser preciso mexer em muitos vespeiros para completar a faxina e fazer as reformas estruturais necessárias para dar eficiência ao serviço público. Isso não me assusta.

Sei que terei o apoio da maioria da Nação. Inclusive dos muitos funcionários que têm amor ao serviço público.

O apoio mais importante, na verdade, não é ao governo nem à pessoa do Presidente. É o apoio que fomos capazes de dar uns aos outros, como brasileiros, e o apoio de todos ao Brasil. Esta verdadeira revolução social e de mentalidade só irá acontecer com o concurso da sociedade. O governo tem um papel fundamental, e eu cuidarei para que cumpra esse papel. Mas, sem que o Congresso aprove as mudanças na Constituição e nas leis - algumas das quais aponte em meu discurso de despedida do Senado - e sem que a opinião pública se mobilize, as boas intenções morrem nos discursos.

Precisamos costurar novas formas de participação da seriedade no processo das mudanças. Parte fundamental dessa tomada de consciência, dessa reivindicação cidadã e dessa mobilização vai depender dos meios de comunicação de massa.

Nossos meios de comunicação foram fundamentais para a redemocratização e têm sido básicos para a recuperação da moralidade na vida pública. Agora eles têm reservado um papel central na mobilização de todos para uma sociedade mais justa e melhor. Mantendo sempre a independência crítica e a paixão pela veracidade da informação.

Quando os brasileiros puderem ser mais informados; quando puderem ser mais críticos das políticas postas em prática do que do folclore dos fatos diversos da vida cotidiana; quando puderem pôr mais em perspectiva os acontecimentos e cobrar mais a coerência da ação do que fazer julgamentos de intenção, mais capacitados vão estar para exercício da cidadania.

O sentimento que move esse apoio de todos ao País tem um nome: solidariedade. É ela que nos faz sair do círculo pequeno dos nossos interesses particulares para ajudar nosso vizinho, nosso colega, nosso compatriota, próximo ou distante. Nós, brasileiros, somos um povo solidário.

Vamos fazer desse sentimento a mola de grande mutirão nacional, unindo o governo e comunidade para varrer o mapa do Brasil a fome e a miséria.

Vamos assegurar uma vida decente às nossas crianças, tirando-as do abandono das ruas e, sobretudo, pondo um paradeiro nos vergonhosos massacres de crianças e jovens. Vamos assegurar com energia direitos iguais aos iguais.

Às mulheres, que são a maioria do nosso povo e às quais o País deve respeito oportunidades de educação e de trabalho.

Às minorias raciais e a algumas quase maiorias - aos negros, principalmente - que esperam que igualdade seja, mais do que uma palavra, o retrato de uma realidade.

Aos grupos indígenas, alguns deles testemunhas vivas da arqueologia humana, e todos testemunhas da nossa diversidade.

Vamos fazer da solidariedade o fermento da nossa cidadania em busca da igualdade.

E a nossa esperança de ver um Brasil livre, próspero e justo há de pulsar cada vez mais forte, no peito de cada brasileiro, como uma grande certeza.

Ao encerrar este discurso, quero deixar uma palavra comovida de agradecimento.

Ao povo do meu País que, generoso e determinado, elegeu-me já no primeiro turno.

A tantos que me acompanham nas lutas políticas.

À minha família, que soube compreender os desafios da História.

Ao Congresso a que pertenci até hoje, e que nesta cerimônia, com a proclamação da Justiça Eleitoral, me empossa como Presidente da República.

Aos Chefes de Estado e às delegações estrangeiras de Países amigos que vieram prestigiar este ato.

Aos nossos convidados.

A todos os cidadãos e cidadãs deste nosso Brasil, aos quais peço, mais uma vez, muita fé, muita esperança, muita confiança, muito amor, muito trabalho.

Eu os convoco para mudar o Brasil. Muito obrigado.

Discurso na cerimônia de anúncio do cumprimento de metas na área de Minas e Energia (2)⁴⁵

**Palácio do Planalto
Brasília, 29 de dezembro de 1998.**

*Senhor Ministro Raimundo Brito, meu amigo;
Senhor Presidente da Petrobras, Doutor Joel Rennó;
Senhor Presidente da Eletrobrás, Doutor Firmino Sampaio;
Senhores Presidentes da Eletronorte, de Furnas, da Agência Nacional de Energia Elétrica;
Senhores Parlamentares;
Senhoras e Senhores,*

Ter podido ouvir, como ouvimos agora, pela palavra daqueles que são realmente os condutores desse processo de transformação, na prática, no Brasil, na área de energia – o Dr. Firmino, o Dr. Rennó como, sobretudo, o Ministro Brito – é alguma coisa que deixa o Presidente da República – nesta altura dos acontecimentos, depois de tanta trabalhadeira nessas últimas semanas e, mesmo, meses – extremamente feliz. Feliz por ver que, muitas vezes, sem que haja a percepção imediata do que está acontecendo no Brasil, quando se faz a somatória, vê-se que houve um avanço imenso.

Enquanto falava o Dr. Rennó, eu me recordava de que, em mais de uma ocasião, eu o chamei à minha sala, quando, então, eu era Ministro do Exterior, para perguntar-lhe por que nós não comprávamos mais petróleo da Argentina ou da Venezuela. E, desde aquele dia, nós mudamos a orientação das compras do Brasil. Isso possibilitou que nós avançássemos muito naquilo que o Ministro Raimundo Brito acaba de descrever de maneira bastante completa e com competência: é o Brasil se abrindo para a América do Sul, é o Brasil se integrando, efetivamente, de forma física, através das redes de transmissão de energia, dos gasodutos e, mais adiante, das estradas.

Eu ainda era Ministro do Exterior quando me empenhei por uma estrada – que inaugurei agora, lá na Venezuela – que vai de Manaus até Caracas. Alguns, aqui, sabem disso. Eu me empenhei a fundo. Era Ministro do Exterior, não tinha nada a ver diretamente com essa matéria, mas tinha uma visão do Brasil, que tenho, e que tenho de muito tempo.

Significa um projeto para este País. Só os cegos e os surdos ainda procuram um projeto para o Brasil, quando o Brasil está realizando o seu projeto de nação, está se integrando, está crescendo, está lançando bases sólidas para o seu desenvolvimento, está mantendo a estabilidade da sua moeda. E está tendo conseqüências positivas para o seu povo, na educação, na saúde e na reforma agrária.

Só mesmo os que não querem ver insistem em buscar o projeto do Brasil. O projeto está-se fazendo. O projeto foi dito hoje, aqui, de forma direta, nas áreas de energia, tanto na eletricidade quanto no petróleo.

Isso eu e muitos brasileiros já imaginávamos antes. E, assim como o Ministro Raimundo Brito disse que chegou quase solitário ao Governo, na verdade encontrei muita coisa no Governo. Quando cheguei, como Ministro do Exterior, não mudei ninguém do meu gabinete. Herdei o gabinete do meu antecessor – que hoje é meu ministro outra vez – e o mantive intacto, porque eu acredito que ou as pessoas têm capacidade de liderança e convencem, e fazem com que o conjunto avance, ou então são inúteis. Trocam pessoas, mas não avançam. Não pautei esses quatro anos de mandato por mudanças sucessivas.

Deixei, muitas vezes, os meus amigos da imprensa inquietos por verem o “mesmismo”. Mas, esse “mesmismo” tem, por trás, a construção do Brasil. E aqui estão os resultados. Em vez de estarmos, a cada instante fazendo intrigas e trocando pessoas, é melhor estarmos todo o tempo

trabalhando em conjunto e dando orientação e avançando.

Foi assim que fez o Ministro Brito. O que ele disse aqui me deixou muito contente, porque é verdade e ele soube, também – não foi ele que foi cooptado –, cooptar, mas no bom sentido, motivar todos numa

⁴⁵ Disponível em: <http://www.ifhc.org.br/files/artigo/444.pdf>. Acesso em 14/03/2011.

direção, que é a direção desenhada, não por mim, mas por muitos brasileiros e com a aprovação das urnas, pelo Brasil.

Na verdade, o que nós acabamos de ouvir aqui não me é estranho, porque acompanhei de perto – e os Ministros sabem que acompanho – cada passo do que está acontecendo nas mais diversas partes do Brasil.

Não me é estranho e dá prazer ouvir. E, também, quero lhes dizer que encontrei, como o Ministro encontrou, muito apoio naqueles que, muitas vezes, são relegados, no Brasil: a burocracia brasileira, os servidores públicos e os servidores das empresas do Brasil.

Na Petrobras, o Dr. Rennó se lembrará disso, quando começamos a cogitar de alterar a Constituição para flexibilizar o monopólio, redigimos, não de próprio punho, do punho dele, no Palácio da Alvorada – o Ministro Brito se lembrará disso –, os pontos iniciais a partir dos quais seria possível flexibilizar o monopólio sem prejudicar a Petrobras.

Ouvi muita gritaria a respeito dessa matéria. Muita gente perdida, que não sabe eira nem beira, não tem nada, não tem conhecimento das coisas, nos acusou disso ou daquilo, de intenções essas ou aquelas. A realidade comprova qual era a intenção: dar mais espaço à exploração do petróleo no Brasil; aumentar a capacidade produtiva; fazer com que a Petrobras também entrasse no processo competitivo, mas nunca tirar-lhe as condições para avançar.

Nós não tiramos as condições para que ela avançasse. Pelo contrário, nós demos mais condições. Tanto é assim que os resultados aí estão. E são resultados brilhantes, porque passar de 700 mil barris para 1 milhão e 200 mil por dia é alguma coisa significativa num período curtíssimo, de quatro anos – na verdade, de menos de quatro anos, porque até que tudo isso pudesse se engrenar levou algum tempo. E se fez. E, hoje, é, não posso dizer, porque o Ministro não gosta, mas é a “Quarta Irmã”, é das mais poderosas do mundo, em termos de exploração de petróleo. E vai ser mais ainda. Virão outras empresas e vão, aqui, competir, vão encontrar mais petróleo ainda. Vamos nós encontrar mais petróleo lá fora, como já estamos fazendo em várias partes do mundo.

Vamos continuar levando para frente a nossa tecnologia. E já temos muito avançada a nossa capacidade tecnológica em águas profundas.

Ainda recentemente, conversando com o Primeiro-Ministro da Noruega, falamos sobre essa matéria, sobre a necessidade de intercâmbio, porque lá, também, eles têm petróleo em águas profundas e sabem que o Brasil está à frente nesse tipo de tecnologia.

Hoje somos um País mais maduro, não temos a pretensão de estarmos à frente em tudo, porque o mundo não é assim. Nós, hoje, não temos que nos fechar para poder avançar. Temos que, ao contrário, nos integrar, para que possamos avançar. Integrar não pode significar que outros venham a fazer o que não estamos fazendo. Não. Significa nós, juntamente com outros, fazermos aqui, e lá fora, o que é necessário fazer para que haja avanço, para que haja progresso. Falta muito.

Falta muito a fazer. O Ministro Brito tem sido incansável. Em muitas áreas, não conseguimos, ainda, organizar o nosso sistema produtivo de modo a atender aos desafios: Petroquímica – quantas vezes, Ministro?

—para não falar do papel e celulose, da siderúrgica, de áreas que são, para nós, brasileiros, vitais. Nosso empenho é enorme, mas, muitas vezes, custa avançar.

Mas nós estamos avançando. Temos, digamos, um horizonte de transformação. E foi por isto que me empenhei por esse Ministério do Desenvolvimento: para que possamos reorganizar essas forças produtivas com o mesmo espírito com que reorganizamos na parte de energia elétrica e na parte de petróleo, fazendo com que haja um impulso maior de crescimento na economia brasileira.

Também quero lhes dizer, e dizer de público: sei a importância dessa interconexão Norte-Sul, sei o que foi feito em toda essa matéria, sei o que significa regulação do sistema elétrico, sei avaliar, e os brasileiros sabem o que significam os números que aqui foram ditos, de crescimento quase espantoso na nossa capacidade geradora, num período de tempo tão curto, em que ouvi as vozes, o tempo todo, dizendo: “O Brasil só está fazendo a estabilidade da moeda, só está fazendo a estabilidade da moeda”

Não, a estabilidade da moeda é para fazer o que nós estamos fazendo. E estamos fazendo essas transformações.

Sei da importância de tudo isso e quero agradecer ao Dr. Firmino muito em especial, ao Dr. Rennó e a todos aqueles que com ele trabalham na Petrobras, por terem tido a energia, até mesmo nos momentos difíceis, de incompreensão, que nos custaram bastante, no começo do governo. Tivemos greves penosas, que, por certo, já normalizamos também nesse aspecto, permitindo que os sindicatos voltassem a funcionar e que se passasse uma borracha nos atos dos que, naquele momento, agiram de maneira um pouco ousada. Quero agradecer, portanto, a cooperação de todos os que aí trabalham, mas não posso deixar de dar uma palavra muito especial a respeito do Ministro Raimundo Brito.

Nesses anos de governo, tenho tido, naturalmente, muitos colaboradores.

Vários deles são, realmente, eminentes em suas áreas. Mas o Ministro Raimundo Brito está entre os que mais se empenharam, os que mais fizeram, os que mais leis foram, os que mais competência demonstraram na gestão da coisa pública. Não faltou ao seu setor, não faltou ao Governo. Respondeu sempre ao Parlamento. Teve uma conduta absolutamente exemplar.

Ele disse que está terminando a sua passagem no Governo. O Governo é uma passarela, que tem muitas idas e voltas. Espero que seja a primeira passagem. Encontraremos ocasião para que a colaboração do Ministro Brito continue a engrandecer o Brasil. Tenho certeza, e todos os que o conhecem sabem, que uma pessoa com o valor do Ministro Raimundo Brito não pode ser posta à margem, no processo decisório do Brasil. Momentaneamente, quem sabe, por circunstâncias que não são do meu controle, mas, seguramente, ele não deve tomar essa passagem como uma mera passagem sem volta.

Não digo isso simplesmente para louvá-lo – já o louvei merecidamente –, mas porque o Brasil precisa de gente disposta, de gente com capacidade efetiva de se dedicar à coisa pública. E não vi no Ministro Raimundo Brito, em nenhum momento, senão a vontade de servir ao País, de servir à causa pública.

Então, agradeço, de todo o coração e posso lhe dizer que, na verdade, quando chegou aqui, eu não o conhecia. Já disse há pouco: quando fui Ministro do Exterior, não mudei ninguém, embora não conhecesse a maioria. Só os que são inseguros têm medo do desconhecido. Nós temos que ousar, sobretudo num País como o nosso, temos que trazer gente que não se conhece, porque senão se fica girando num círculo.

Mas, se é verdade o que ele disse aqui, que eu não o conhecia, também é verdade que, nesses quatro anos de cooperação contínua, ele se transformou num amigo. Eu, portanto, digo ao meu amigo Raimundo Brito: até já!

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO DE POSSE – 2º MANDATO (3)⁴⁶

Congresso Nacional

Brasília, 01º de janeiro de 1999. (<http://www.ifhc.org.br/files/artigo/4.pdf>)

Discurso de Posse – 2º Mandato

Compareço perante o Congresso Nacional para receber, pela segunda vez, a mais alta distinção a que um homem público possa aspirar.

Agradeço aos milhões de brasileiras e brasileiros, aos jovens e aos idosos, aos que moram nas cidades assim como nos campos, que, com o voto, sufragaram as idéias que temos defendido e as mudanças que estamos empreendendo.

Sei da responsabilidade que assumo. Ao concederem ao Presidente da República a possibilidade de um novo mandato, o Congresso primeiro, o povo brasileiro depois, credenciaram-se para exigir de mim mais do que de qualquer outro Presidente antes. Empenharei toda minha capacidade e dedicação para corresponder à expectativa da Nação brasileira.

Estou pronto para a nova jornada. Sinto-me renovado pelo apoio generoso do povo brasileiro. Tenho mais experiência, pelo muito que pude aprender, tanto dos acertos, quanto dos erros, de meu primeiro mandato.

Nos últimos anos o Brasil renovou sua fisionomia, com a construção de estradas de relevância estratégica, quatro hidrovias, um sem-número de portos e aeroportos. Promoveu um salto na produção de energia e uma revolução nas telecomunicações. Mudou muito.

Mas quando falo em mudança penso em algo mais profundo, abrangente e capilar, que toca o cotidiano de cada um dos brasileiros e melhora suas vidas.

Milhões puderam alimentar melhor seus filhos e dar-se conta de que onde há democracia, estabilidade na economia e seriedade de governo não há razão de ser para o flagelo da fome. Milhares tiveram acesso a bens que antes estavam reservados a uma pequena elite, que sempre pôde tudo. Milhares realizaram a aspiração tão antiga quanto legítima de comprar a casa própria ou morar com mais conforto.

Outros perceberam que a ação solidária dos governos e das prefeituras, de pais e de mestres, está promovendo uma transformação profunda nas escolas e uma esperança fundada de melhor qualidade no ensino. É a professora das áreas pobres do Brasil que ganha mais e tem a oportunidade de reciclar-se. É o livro que chega a tempo ou a merenda que é mais nutritiva. É a evasão que diminui, enquanto a matrícula no segundo grau aumenta.

Na saúde – o pesadelo de todos os brasileiros – mais recursos, melhor gerenciamento, mais atenção à saúde da família e um combate obstinado à fraude estão mostrando o caminho que levará no futuro a um efetivo atendimento universal, gratuito e de qualidade, como prescreve a Constituição, mas que poucos Países, mesmo entre os mais desenvolvidos, conseguiram assegurar. E assim ocorrem mudanças em várias outras áreas sociais.

Não obstante todas estas transformações, muitos ainda resistem em enxergar o Brasil novo que está brotando sob nossos olhos. Relutam a reconhecer que estamos avançando, competindo e nos adaptando aos novos tempos, em vários planos: o da globalização, o da reestruturação do Estado, o da revitalização da cultura. Essas mudanças dão a confiança de que a geração do Real será diferente. Nossos filhos terão mais e melhores oportunidades na vida.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.ifhc.org.br/files/artigo/4.pdf>. Acesso em: 14/03/2011.

Tudo começou com a nova moeda. O Real foi um grande divisor de águas. Antes era a inflação e a concentração de renda. Depois, foi a estabilidade, com o início da distribuição de renda.

O brasileiro pôde prever o fim do mês, planejar o ano seguinte e colocar sobre a mesa a agenda das suas verdadeiras necessidades. Restaurou-se a confiança para poupar e investir.

O Estado começou a ser transformado para tornar-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade à população.

Deixa de ser o Estado faz-de-conta-que-faz-tudo, mas continua a ser o instrumento fundamental para garantir serviços para a população mais pobre, gerar as condições para o aumento da produção e assegurar os direitos básicos de todos.

O Brasil voltou a ser respeitado no exterior. Os investimentos estrangeiros multiplicaram-se, gerando novos horizontes para os brasileiros.

Também no plano externo o Brasil colhe os frutos da democracia, da estabilidade econômica e de uma renovada confiança no potencial de nosso mercado. O País torna-se mais relevante para o mundo. Ao mesmo tempo, o mundo se torna mais relevante para o bem-estar dos brasileiros.

Em um sistema internacional onde aumenta a interdependência, é inevitável que sejamos afetados por eventos originados em outras regiões do mundo, mesmo as mais longínquas. Os problemas dos outros tornam-se também nossos. Da mesma forma, nossos problemas passam a afetar mais diretamente outros Países.

Mais do que nunca, é necessário que o Brasil saiba identificar os seus interesses nacionais e falar com firmeza para defendê-los nos foros internacionais.

O interesse nacional, hoje, não se coaduna com isolamento. Afirmamos nossa soberania pela participação e pela integração, não pelo distanciamento.

É o que estamos fazendo no Mercosul – dimensão prioritária e irreversível de nossa diplomacia. É o que estamos realizando com a criação de um espaço integrado de paz, democracia e prosperidade compartilhada na América do Sul. É o que se reflete em nossa visão da integração hemisférica e de laços mais sólidos com a União Européia, a Rússia, a China e o Japão, sem detrimento para os nossos vínculos históricos com a África. O Brasil está, assim, consolidando uma inserção ativa e soberana no sistema internacional.

Senhores Membros do Congresso Nacional, se é verdade que muito foi feito nos últimos anos, ainda resta muito por fazer.

Nossos desafios continuam imensos. Mas estamos em melhores condições para enfrentá-los. Preparamos o terreno. Plantamos a semente.

Daqui para frente, a nossa tarefa é dupla. Preservar as realizações e partir para novas conquistas. A continuidade delas é indispensável, pois a esperança do povo é como a do semeador, na frase de Gilberto Amado:

“Ao lançar a semente sem ver crescer a planta no solo árido, o braço do semeador se fatiga”.

Estamos fazendo um acerto de contas com o passado e, ao mesmo tempo, tratando de impedir que a prosperidade que resulta da ampliação dos fluxos de capitais, conhecimentos e tecnologia venha contaminada pelo vírus da exclusão.

Reunimos hoje as condições para construir um Brasil efetivamente solidário e mais justo. O objetivo central do governo que ora se inicia será o de radicalizar a democracia, democratizar o mercado, aumentando a competição, e promover mais ampla oportunidade para todos os brasileiros. Isso requer determinação política e crescimento econômico continuado.

Senhores Congressistas, oitenta e três milhões de eleitores compareceram às urnas nas últimas eleições. O povo brasileiro deu uma demonstração inequívoca, sem precedente por sua dimensão, de crença na democracia.

O País desfruta de plena liberdade de opinião e de imprensa, de que muito nos orgulhamos. O direito de manifestar o pensamento e de crítica é fundamental para vitalidade democrática.

Mas precisamos avançar mais. Queremos aprofundar a parceria com a sociedade.

Faz pouco tempo, o que entre nós se chamava de “opinião pública” era apenas o eco das reivindicações dos setores privilegiados da sociedade, que sabem fazer ruído na defesa de seus interesses. Hoje, a opinião pública expandiu-se e incorpora sindicatos de trabalhadores, igrejas, movimentos sociais e as chamadas organizações não-governamentais.

Mas ainda existe uma maioria silenciosa que não se faz ouvir. As medidas de política social do governo buscam atender a essa maioria, mesmo, se for o caso, contra os ruídos dos que se escudam nos mais pobres para defender seus privilégios.

A sociedade civil assume, com mais eficiência e menor custo, funções que antes eram privativas do setor público. E o Estado se fortalece ao articular-se com ela.

A vertebração da sociedade, em sintonia com a descentralização das políticas públicas, cria as condições para que os serviços do Estado cheguem efetivamente aos que mais precisam e não, como sempre foi, aos que mais têm, porque sempre detiveram os instrumentos de pressão para reivindicar mais.

No Brasil, por muito tempo, o Estado como organização esteve à frente da sociedade. Hoje, ao contrário, é a sociedade que, via de regra, caminha à frente do Estado.

Nossos partidos, que desde o Império eram instituições do Estado, mais do que da sociedade, precisam modificar-se para ser, agora, instituições da sociedade. Só assim se revitalizarão e poderão estar em sintonia com a sociedade, evitando a crise da representação política, que grassa no mundo atual.

A democracia que queremos ter é a do diálogo plural, dentro do respeito à diferença, à crítica e à alternância no poder. Mas o corolário da crítica é a proposta alternativa e construtiva. Não me intitulo senhor de um caminho único. Estou pronto a discutir e a retificar o rumo, sempre que me convençam de que a alternativa é melhor para o País.

Alegro-me de que o diálogo com a oposição já se tenha iniciado. Sei que temos divergências, em vários campos. Mas sei também que há temas e ações que estão acima das diferenças partidárias. O diálogo contribui para identificar veredas novas, enriquece a democracia e fortalece o País. O fundamental nas democracias, entretanto, é o apoio da maioria.

Este apoio, recebi nas urnas pelo voto popular e dos partidos. A maioria dos representantes eleitos pelo povo pertence aos partidos com os quais formei o Governo. Eles certamente apoiarão no Congresso as medidas necessárias à implantação das políticas que defendo e que foram aprovadas pelos eleitores.

Completaremos, assim, as reformas. Não só a previdenciária e a administrativa, mas a tributária, a política e a judiciária. Confio nesta Casa, expressão maior da soberania popular, à qual me orgulho de ter pertencido.

O Congresso deu expressiva contribuição às transformações do País nos últimos quatro anos. Homenageio a todos os seus membros, que tanto valorizo, na pessoa de um de seus mais precoces e maiores líderes, o meu inesquecível amigo Luís Eduardo Magalhães, que ao nos deixar, no ano passado, nos legou o exemplo de sua competência, visão e amor ao País.

Não há democracia onde subsiste a violência. Onde ainda são desrespeitados direitos básicos das crianças e das mulheres, dos negros e dos índios. Avançamos nessa área. É inegável. Mas temos que fazer mais.

O desafio está em transformar os valores e as normas em práticas quotidianas. A Secretaria dos Direitos Humanos foi fortalecida institucionalmente para melhor cumprir sua missão. A sociedade será convidada a participar mais diretamente da execução e do controle das políticas.

Senhores Congressistas, não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha. Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização.

Para apoiar os que produzem e geram empregos. E assim recolocar o País na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável e com melhor distribuição de riquezas entre os brasileiros.

Nesses últimos quatro anos enfrentamos um quadro internacional adverso. A economia brasileira sofreu o abalo de três crises internacionais de graves proporções. Ainda vivemos os reflexos negativos do colapso da moeda russa. Nossa economia enfrenta o pesado ônus de elevadas taxas de juros, que arrefeceram o crescimento e diminuíram o emprego.

O Brasil continuará a desempenhar papel ativo na revisão da arquitetura do sistema financeiro internacional. Não podemos aceitar que aplicações especulativas, por não estarem submetidas a qualquer tipo de supervisão ou ordenamento, desarticulem o processo produtivo e constituam ameaça recorrente às economias nacionais.

Mas também é forçoso reconhecer que temos as nossas vulnerabilidades, entre elas, o déficit público. Gastamos mais do que arrecadamos.

Enquanto não equilibrarmos nossas contas, a cada turbulência da economia internacional pagaremos, como temos pagado, preço elevado.

Assim como não hesitei em tomar as medidas necessárias para defender o Real, não hesitarei em fazer o que for preciso para pôr fim ao tormento do déficit público. É melhor o remédio amargo que cura a doença, do que a febre crônica que debilita as forças e compromete a saúde do organismo.

Não tenham dúvidas, Senhores. Marcharei com determinação para obter do Congresso o ajuste fiscal e para livrarmos o Brasil da armadilha dos juros altos, que aguilhoam nosso ímpeto de crescimento econômico.

A reforma da Previdência, embora incompleta, abre perspectivas melhores para o equilíbrio das contas públicas. Vamos prosseguir com ela, eliminando privilégios e assegurando a continuidade dos benefícios em favor dos que realmente necessitam.

Preocupa-me o desemprego. Como acontece ao início de cada ano, a taxa de desemprego poderá elevar-se. Por ser passageiro, o quadro não é menos doloroso, para quem perde o seu emprego.

Os Ministros que em poucos minutos tomarão posse em seus cargos receberão do Presidente da República uma orientação precisa: concentrar a competência de suas equipes e os recursos de suas pastas nos projetos que abram novas oportunidades de trabalho e de renda, especialmente para os jovens, na extensão do crédito à pequena empresa, nos programas de qualificação do trabalhador e na assistência ao desempregado.

Tudo que o Governo puder fazer na área do emprego será feito.

Tenho a convicção de que o Brasil sairá fortalecido da crise. As políticas que estamos adotando corrigirão o desequilíbrio de nossas contas. O País terá credibilidade ainda maior. E será um mercado mais atraente para os investimentos, tanto internos quanto externos, que gerarão crescimento e empregos.

Tomo de empréstimo a Joaquim Nabuco frase lapidar que expressa meu sentimento diante dessa conjuntura desfavorável: “A vida não é senão a posse do futuro pela confiança e, em política, pela certeza do triunfo (momentaneamente, digo eu) interrompido”.

Senhores Congressistas, de pouco vale ao País ser a oitava economia mundial se continuarmos entre os primeiros na desigualdade social.

Este quadro tem que ser revertido. Estamos combatendo a desigualdade com a estabilidade da economia e com a melhoria da qualidade da educação pública, de modo a proporcionar aos desfavorecidos a oportunidade que nunca tiveram.

Nossas políticas públicas em educação, saúde, habitação e saneamento melhoraram. Os indicadores, em cada uma dessas áreas, comprovam o progresso alcançado.

Antes, os serviços públicos estavam direcionados aos que mais possuíam.

Agora, os serviços e os créditos do Governo estão dirigidos aos que mais precisam. Assim é na educação fundamental e na saúde. Assim começa a ocorrer também no crédito rural e nos financiamentos para pequenas e médias empresas.

Esta é uma revolução. A única suscetível de transformar a fisionomia social do País e aportar um golpe fatal à desigualdade que reproduzimos desde as eras coloniais.

Em breve completaremos quinhentos anos. Esse será um momento de reflexão sobre o que realizamos, o que somos e o que queremos ser.

Temos muito para nos orgulhar, do Brasil e dos brasileiros.

Um País que venceu o autoritarismo e implantou a democracia – em seguida, domou a inflação e está construindo a estabilidade – tem agora pela frente o desafio de edificar uma sociedade mais igualitária.

Essa é a minha visão do País para o século XXI. Estou certo de que é também o projeto de todos os brasileiros que vivem com indignação os graus de desigualdade que ainda subsistem entre nós. Não há milagres nesta área. O caminho é conhecido e será percorrido com persistência. O rumo está certo. As políticas são coerentes. Já começam a dar resultados.

Serão reforçadas. Retificadas quando necessário.

Senhores Membros do Congresso Nacional, pertenço a uma geração que desde cedo sonhou com a reforma social em nosso País. Ansiava por participar dela. Foi ativa na Universidade, tanto nas salas de aula como nas ruas.

Lutou contra o arbítrio. Com a redemocratização, viu renascerem as esperanças de mudar o País. Com a estabilidade da economia, percebeu que recuperamos os instrumentos para edificar um Brasil melhor. A vontade nunca faltou. Ela continua firme. O Brasil espera com impaciência por uma nação mais justa.

Essa é esperança que leio nos olhos dos milhares de brasileiras e de brasileiros que encontro em minhas viagens pelo País. Essas são as vozes que ouço nas ruas. Essa foi a missão que recebi das urnas. Esta foi a mensagem enviada por um dos amigos mais queridos, Sergio Motta, companheiro de uma vida de lutas:

“Não se apequene. Cumpra seu destino histórico. Coordene as transformações do País.”

Assim farei.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO DE BALANÇO DOS RESULTADOS DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL (4)⁴⁷

Palácio do Planalto

Brasília, 04 de dezembro de 2002. (<http://www.ifhc.org.br/files/artigo/462.pdf>)

Obrigado por terem comparecido a este encontro de hoje. Na verdade, estamos juntando aqui, hoje, além de alguns Ministros da Casa mais diretamente ligados às questões sociais, os gerentes de vários programas da área social. E a razão pela qual estamos fazendo este encontro é porque recebemos esse prêmio chamado “Mahbub ul Haq”, um prêmio das Nações Unidas de que vocês têm conhecimento. Embora seja dado a mim, como pessoa, pelo exercício de liderança, este é um modo de dizer. Na verdade, quem recebe o prêmio é o País. E o País acelerou muito as transformações sociais, graças a um conjunto importante de programas, e os senhores e as senhoras participaram diretamente desse esforço.

Quero lhes dizer que fiquei muito contente, outro dia, quando o Presidente do Banco Mundial, Senhor James Wolfensohn, me trouxe umas tabelas para mostrar o seguinte: que, fazendo uma comparação do Brasil com certos Países em desenvolvimento, notadamente a China, o México e Índia, eu creio, os dados revelavam que, a despeito do crescimento do PIB no Brasil não ter sido comparável ao desenvolvimento do PIB, por Presidente Fernando Henrique Cardoso exemplo, da China, o desenvolvimento social foi o mais célere, nos últimos anos – comparado com o dos Países em desenvolvimento.

Isso faz lembrar que nós, na década de 70 – quando a maioria dos senhores não havia nascido ainda, mas eu e Pedro Parente já –, o que se dizia era que o Brasil crescia muito, e crescia, e, às vezes, chegava à taxa de PIB de 7%.

E tem uma frase famosa do General, creio que Médici, segundo a qual “o País está rico e o povo pobre”. Quem sabe eu não possa dizer o contrário agora, nem que o País esteja pobre, nem que o povo esteja rico? Na verdade, o País não cresceu tanto, economicamente, quanto nós gostaríamos, por mil razões, entre as quais não só as turbulências externas, mas também a falta de reformas, a falta de um ímpeto maior no aproveitamento de oportunidades, na década de 90 e na década de 80.

A verdade é que em nenhum ano o crescimento econômico foi negativo.

Isso já é alguma coisa de notar. No acumulado do Plano Real, chegou a 31%. Houve, portanto, crescimento, a despeito das informações desencontradas que possam ocorrer. Não houve, também, crescimento espetacular; nenhum ano ultrapassou 5% e houve anos até de menos, como este ano, em que, se chegarmos a 1.7%, 1.8%, já ficaremos contentes, porque o ambiente geral do mundo não é muito propício. Não obstante, os dados sociais cresceram significativa e continuamente.

Então, isso mostra que as políticas sociais são um componente importante para a melhoria do bem-estar da população, não digo totalmente de forma independente do crescimento econômico. Obviamente, se nós tivéssemos tido recessão, se não tivesse sido possível haver recursos orçamentários e recursos da sociedade para atender a certas demandas sociais, obviamente nós não teríamos tido esse mesmo desempenho.

Isso mostra que há uma relativa autonomia da área social, na medida em que haja consciência das dificuldades, que são imensas, que temos de enfrentar para melhorar as condições de vida do povo. E mostra, também, que – e esses anos últimos foram de muitas restrições por causa dos problemas do desequilíbrio fiscal –, se houver uma política, como houve, que salvasse os programas sociais, será possível fazer-se, ao mesmo tempo, um forte processo de ajuste e manutenção, e até, como foi o caso nosso, expansão do gasto social.

O gasto social se expandiu ininterruptamente. Os dados não preciso repetir, os senhores já devem ter recebido um livro – espero que sim – sobre “A Era do Real”, onde se mostra com clareza a expansão

⁴⁷ Disponível em: <http://www.ifhc.org.br/files/artigo/462.pdf>. Acesso em: 14/03/2011.

continuada dos gastos sociais, ao mesmo tempo que estamos contingenciando outros gastos. Ou seja, a estabilização não se fez à custa dos mais pobres, nem se fez às custas da redução dos programas sociais.

É mais, portanto, um problema de orientação política, que chama a atenção, do que simplesmente um economicismo ou automatismo, em que basta ter mais recursos que as coisas melhoram. Não. É preciso utilizar bem os recursos, mesmo sendo escassos: quando bem utilizados, eles produzem um efeito positivo, têm um resultado positivo.

Um folheto que foi distribuído aí diz as razões pelas quais as Nações Unidas conferem esse prêmio, que significa isso que acabo de dizer: que o Brasil foi o País que mais celeremente melhorou a situação social, a despeito de um contexto global e doméstico, na área econômica, que não era propício. O que nos anima a dizer que há solução para os problemas do Brasil, a despeito do tamanho deles.

Imaginem o que poderia ser feito se, ao lado de uma boa política social, de um empenho, de um gasto adequado, de uma focalização sobretudo nos mais pobres, houvesse mais recursos disponíveis. Aí se pode, efetivamente, no decorrer de uma geração, superar essas situações de pobreza e de carência, que são não só de dinheiro, mas de educação, de acesso à saúde, de terra, e assim por diante.

Eu vou me permitir passar, aqui, uns poucos dados, para mostrar no que consiste essa rede de proteção social, como nós chamamos, que é um conjunto de programas – programas que permitiram, efetivamente, os resultados obtidos.

Não se pode dizer que no nível do emprego tenha havido um comportamento positivo – não foi –, embora não tenha havido uma crise explosiva de desemprego, como alguns apregoaram. Não aconteceu.

Ainda esta semana, na revista *Veja*, o Primeiro-Ministro da Espanha, Jose María Aznar, está comemorando o fato de que a Espanha conseguiu ter 9% de desempregados.

Nós, aqui, estamos, não comemorando, mas fazendo um esforço grande para não ultrapassar a casa dos 7%, 7,5%. E, se olharmos a nossa região, veremos que poucos Países conseguiram ter desemprego desse nível. Esse nível é muito alto. Nós não estamos conformados com ele.

Claro que se houvesse uma soma de emprego, a situação seria melhor ainda, mas não é suficiente. Realmente, nós tivemos, na década de 70, taxa de desemprego abaixo de 5%, e, não obstante, a pobreza não diminuía, porque a pobreza recai sobre os não empregados, sobre os excluídos, muito mais diretamente do que sobre os incluídos.

É claro que precisamos melhorar também a situação dos incluídos, até porque, quando se olham os dados sobre distribuição de renda no Brasil, o que se considera “os mais ricos”, nesta sala, todos, incluindo a imprensa, estão nessa categoria. O que é gritantemente difícil de aceitar. É que, na verdade, o nível de renda é muito baixo no conjunto da população.

Quando se diz que os 10% mais ricos tomam conta de 40% da renda, entre esses 10%, provavelmente, uma imensa camada dos que se pensam pobres está incluída nela – para se dizer o quão pobre são os outros, os não incluídos nessa camada.

O que fizemos com relação à questão da transferência de renda? Um conjunto de programas, que vocês conhecem e que atingiu uma população razoavelmente grande pela transferência de renda. Essa transferência foi composta da Bolsa-Alimentação; do PET, que é a erradicação do trabalho infantil; da Bolsa-Escola; do Auxílio-Gás; do Brasil Jovem, com agente jovem e desenvolvimento social e humano; e mais do Abono Salarial. Aí está o número de pessoas beneficiadas: Bolsa-Alimentação, 1 milhão e 200 mil; Erradicação do Trabalho Infantil, 810 mil; Bolsa-Escola, 8 milhões e 600 mil; Auxílio-Gás, 8 milhões e 108 mil.

Então, essas são as pessoas que, mesmo quando haja um aumento – e infelizmente tem que haver, às vezes – do custo botijão, não são atingidas, porque é uma população protegida. No Agente Jovem se paga uma quantia por mês e abono salarial do PIS/Pasep, e esse programa pegou 4 milhões de pessoas. E lá estão os gastos em 2002.

Temos, portanto, programas diretos de transferência de renda. E continuam por aí, como a Bolsa-Qualificação, que atinge 10 mil e 400 pessoas; o Seguro-Desemprego, que é um programa importante,

do FAT – foi criado a partir da Constituição de 88. Nós aumentamos a duração do auxílio e também o valor. A Aposentadoria de Pessoas Rurais, um programa antigo e de grande alcance social, porque mantém uma boa parte da população mais pobre no campo, que não cotiza para a Previdência, mas tem pelo menos um salário mínimo. Depois, o benefício de prestação continuada, a Loas, a Lei Orgânica de Assistência Social. Essa lei orgânica garante um salário mínimo. Já havia anteriormente à Constituição de 88 e continuou. Depois, com a implementação, a Loas – um programa novo, criado neste governo, no primeiro mandato, embora fosse já estabelecido por uma lei aprovada anteriormente, mas que não tinha sido implementada – atinge 1 milhão e 450 mil pessoas. E ainda há a Renda Mensal Vitalícia, um programa antigo, que alcança 720 mil pessoas. Significativo nisso é o número de beneficiários: 36 milhões de pessoas.

Hoje há dados que mostram o número de pobres no Brasil. Desses, 36 milhões estão sendo beneficiados por esses programas sociais. Mas os gastos já alcançaram 30 bilhões de reais. Acho significativo chamar a atenção para o fato de que esse gasto de 30 bilhões de reais significa transferência direta de recursos em dinheiro, por meio do cartão magnético, de mecanismos que já vamos referir, que evitam todos os mecanismos de clientelismo e de corrupção.

Agora, esses 30 bilhões correspondem a mais do que tudo que as pessoas físicas e jurídicas, no Brasil, pagam de Imposto de Renda ao Governo Federal. Como os senhores sabem, o Imposto de Renda se divide: uma parte vai para os estados e municípios, outra parte é do Governo Federal. Metade é do Governo Federal. A metade do Governo Federal é menos de 30 bilhões. Nós estamos dizendo que é cerca de 29 bilhões, talvez seja até um pouco menos do que isso.

Então, as pessoas podem ter certeza de que, no Brasil, o Governo, no que lhe compete, distribui renda diretamente, sob a forma monetária, tirando dos menos pobres e dando aos mais pobres. Digo “dos menos pobres” porque nós todos que estamos aqui não nos consideramos ricos, mas somos menos pobres e pagamos Imposto de Renda. Por isso o dinheiro total do Imposto de Renda que nós pagamos vai para os mais pobres. Evidentemente, o Tesouro tem uma caixa única. O dinheiro é jogado lá. Mas corresponde a isso.

Então, quando muitas pessoas dizem “Ah, não sei o que fazem do dinheiro do Imposto de Renda”, vai-se verificar e está tudo na Internet: no Siape, os dados estão disponíveis. O Imposto de Renda no Brasil, de pessoas físicas e jurídicas, agora é transferido diretamente aos mais pobres. E é mesmo aos mais pobres. Isso é preciso dizer com força, porque freqüentemente nós vemos declarações de que não está havendo distribuição de renda no Brasil. Não. Está havendo distribuição de renda no Brasil, sim, pela via governamental. Essa é a forma direta de distribuição de renda. Obviamente, a distribuição de renda não se pode fazer sempre por esse mecanismo, nem se vai resolver o problema da pobreza só por esse mecanismo. Reitero: é preciso haver crescimento econômico e que haja aí uma distribuição na área privada, também, na parte da sociedade, que não depende de decisão do Governo, nessa mesma direção. O voluntariado, por exemplo, é algo importante também para complementar essas ações. E, além do voluntariado, mais importante do que tudo isso é a “correção” dos salários, que depende de aumento de produtividade, de contenção da inflação. Mas as políticas estão feitas, estão postas, para que o Brasil possa enfrentar o seu problema de pobreza.

Essa rede de proteção social ampara exatamente os mais vulneráveis entre os pobres. Vejam lá qual é o conceito de mais vulneráveis entre os pobres. Hoje, nos jornais, o IBGE publicou – nós não dispúnhamos desse dado – que nós temos, no Brasil, 54 milhões de pobres. Muito bem. Provavelmente desses os mais vulneráveis são esses trinta e poucos milhões que são atendidos. O que significa ser mais vulneráveis? São famílias onde as crianças estejam desde a gestação sendo beneficiadas, famílias que tenham crianças, que sejam pobres, ou então em que as crianças estejam trabalhando. Nesse caso, o PETI, que é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, dá uma bolsa e dá escola. E há uma contraprestação, ou seja, não se dá o recurso simplesmente por dar o recurso: a família é obrigada, também, a melhorar a possibilidade futura dos filhos, que são obrigados a estarem na escola.

Jovens em situação de risco. Isso é um programa, Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, que toma jovens em situação de risco e os coloca em programas sociais, notadamente no programa Alvorada, que teve um impacto muito forte nas zonas atingidas por ele, notadamente no Nordeste, embora não só lá.

As mulheres gestantes ou que têm filhos em fase de crescimento são favorecidas pelo Bolsa-Alimentação; os idosos, pelos programas que já mencionei, de renda mensal vitalícia, aposentadoria rural e benefício de prestação continuada; os desempregados, através dos programas do FAT e seguro-desemprego; os pequenos agricultores têm o seguro-safra, que foi uma inovação importante: se não conseguirem ter a safra, vão ter um rendimento em função disso; e há um seguro. Esse seguro implica que haja uma cotização, por parte do pequeno agricultor, pequeníssima, só para ser simbólica, do governo local, mas fortemente do Governo Federal. E as famílias de mais baixa renda têm o auxílio-gás para a compra do bujão. E, com o cartão do Governo Federal, as famílias pobres, cujo consumo de energia seja inferior a 220 quilowatts por mês, têm desconto no pagamento da energia. E famílias que estejam morando em municípios em área de emergência ou de calamidade recebem a Bolsa-Renda.

Alguns prognósticos. Como era a situação da chamada assistência social no Brasil? Nós sempre tivemos programas de assistência social. A questão toda é saber da eficiência desses programas e da capacidade efetiva de esses programas atingirem aqueles que devem ser alcançados.

Nós tivemos Programa de Distribuição do Leite, no passado; Merenda Escolar, que era por 180 dias, um programa importante, embora, no passado, tenha sido centralizado em Brasília, as compras eram feitas em Brasília e depois distribuídas; e houve muitos problemas de má decisão, às vezes até de corrupção, custo de transporte, etc. Há também esses programas de benefícios de prestação continuada.

A Loas propriamente dita foi instalada neste governo, mas havia alguns programas de benefícios continuados que já estavam ali estabelecidos e programas emergenciais de distribuição de alimentos em municípios atingidos pela seca. E aposentadoria rural. Isso já existia. Nós mudamos. Por que mudamos? Porque é importante insistir no sentido das mudanças e na necessidade de que elas não se percam. Primeiro, a merenda escolar passou a alcançar 360 dias. Ou seja, passou a ser, realmente, um programa nutricional forte. Isso atinge 36 ou 37 milhões de crianças. Todos os dias essas crianças comem na escola. Então, quando

se fala em fome, que é um problema, há um maior programa de combate à fome, que é o Programa chamado de Merenda Escolar. O dinheiro é do Governo Federal. A compra é feita no local e há um controle feito

pelas associações de pais e mestres. Então, esse programa descentralizado poderá ter imperfeições, mas o fato é que houve um avanço qualitativo, e não só quantitativo: dobrou o número de dias em que a criança come, como houve descentralização do programa. E aumentou muito o número de crianças nas escolas, até mesmo por causa desse incentivo à alimentação. Então, existe um programa. Criança, no Brasil, que está na escola, não passa fome. Ponto dois: 97% das crianças do Brasil estão na escola. Então, 97% das crianças no Brasil têm comida. É bom que os brasileiros saibam disso. E essa comida é paga pelo Governo Federal e é implementada pelo município e pela escola. É um programa de vulto. Talvez seja o maior programa de alimentação que exista, não sei se no mundo, porque a China pode ter mais do que isso, ou a Índia, por causa dos números lá. Mas é um programa imponente de alimentação e que combate a desnutrição.

Depois, na questão dos benefícios de prestação continuada, também da Loas, nós aumentamos de 340 mil pessoas para 1 milhão e 450 mil pessoas. Multiplicou por 4,5 o alcance desse programa.

Bom, ali há o programa de geração de emprego e renda, o Proger rural, assim como o Pronaf, além dos programas de transferência de renda. E eu mencionei já os programas de transferência de renda no item anterior. Estamos tratando de criar condições de qualificação para as pessoas. Programas como o Pronaf, de sustentação da agricultura familiar, não existiam. Ele dispõe de 4 bilhões de reais para o crédito às unidades familiares de produção. Não havia, era zero. O crédito rural, no Brasil, era feito, basicamente, no Banco do Brasil, para os grandes, que pagavam imposto subsidiado – e, aliás, uma boa parte não pagava.

É a famosa dívida rural. Nós refizemos isso para os grandes e médios e criamos um programa, que não havia, para o pequeno produtor rural.

Então, esse é um programa direto de sustentação, de sustentabilidade das condições de desenvolvimento.

É muito importante notar que o Governo, progressivamente, foi mudando a orientação, que era a da distribuição das cestas básicas. Um programa importante, foi criado, no Brasil, há muito tempo. Nós tínhamos o Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Depois foi feito o Prodea, que funcionou. Mas nós verificamos, com as experiências do Comunidade Solidária, do Comunidade Ativa e outros programas mais, que a distribuição de alimento, em si mesma, não só contém muitos problemas. Nós utilizamos as Forças Armadas, em certos momentos, no Nordeste, para evitar a corrupção ou saque, como existiam também as compras feitas no Sul para levar para o Nordeste. Não só: sabe Deus com que preço foram pagas essas compras, como o transporte. E se desorganizou a produção local.

Então, dar alimentação sob a forma de comida muitas vezes perturba o desenvolvimento sustentável. O que não quer dizer que, em certos momentos, não se tenha que dar cesta básica. Se é momento de uma crise muito grave, não tem outro jeito, tem que dar cesta básica. Mas é

preciso tomar cuidado. Por exemplo: populações indígenas às vezes recebiam macarrão, e índio não come macarrão, na sua cultura não entra macarrão. Não tem cabimento: é muito melhor criar condições de sustentabilidade local.

Tenho dito sempre e é verdade: é muito ruim pensar que se vai descobrir a roda. Na Europa já foi feito isso há mais tempo, já passaram de um programa assistencialista direto, de distribuição de comida, para um programa de incentivo ao desenvolvimento social e da personalidade e criação de incentivos monetários; e ligaram esses incentivos monetários a compromissos como a questão de colocar a criança na escola, ou a ter um treinamento, ou fazer com que haja promoção da pessoa e integração dessa pessoa, por meios próprios, à produção e à dignidade da vida. Isso é o que nós fizemos. Nós mudamos a orientação, não pelo gosto de mudar: aproveitamos – porque ninguém, como eu digo, começa do zero – a experiência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, do Prodea, não destruímos a capacidade do governo de, num dado momento, fazer a distribuição de cesta básica, mas, progressivamente, criamos instrumentos mais aptos a reduzir efetivamente a pobreza e, o que é mais importante, ou tanto quanto, a dar dignidade à pessoa e condições de aprimoramento dela e de sua família, através da educação.

Nós fomos, portanto, avançando nessa direção. O Proger, um programa de geração de emprego rural e de treinamento rural, faz parte disso. Faz parte disso o programa da Bolsa-Escola, com garantia mínima de renda. E foi feito em 97. Esse programa teve um efeito enorme.

Eu mostrei os números aí. Já são mais de 8 milhões hoje, quase 9 milhões de crianças. Então, houve uma mudança, não só quantitativa, que foi muito forte, mas também qualitativa.

Mais recentemente, em junho de 2002, nós lançamos o Cartão do Cidadão. Em outubro, já havia 3 milhões e 700 mil cartões distribuídos. Somados aos da Bolsa-Escola, também com o cartão, são 8 milhões de famílias. Oito milhões de famílias! Se multiplicar por cinco, são 40 milhões de pessoas, que estão já cobertas por esse programa. Mais recentemente, em 2001, nós lançamos o cadastramento único.

Em 2002, havia 4 milhões e 900 mil famílias cadastradas. Isso equivale também a cerca de 20 milhões de pessoas, ou seja, pouco mais da metade do número estimado de famílias pobres no Brasil.

Bom, qual é a vantagem disso? É que nós começamos desfazendo vários cartões. É muito mais razoável e racional centralizar num só cartão. A pessoa, tendo um só cartão, recebe todos os benefícios através desse cartão. Primeiro, isso facilita a vida da pessoa. Bolsa-Escola: se a mãe tem três filhos na escola, vai lá e recebe seus 45 reais. Se, além disso, tem o Auxílio-Gás, soma-se nesse cartão. Se tem a Bolsa-Alimentação, soma nesse cartão.

Isso permite facilitar e, ao mesmo tempo, o Governo ter melhor noção de qual é o montante efetivo que as famílias recebem, e corrigir eventuais desvios de finalidade dos programas, ou equilibrar melhor o gasto com esses programas. Enfim, é um avanço enorme.

E isso está sendo feito sempre mediante mecanismos eletrônicos e com o apoio decidido da Caixa Econômica Federal, que fez toda essa programação. Não foi fácil verificar como tecnicamente se chegaria a esse resultado. Também é uma maneira de ter maior prestação de contas à sociedade, porque os mecanismos não são do Governo, diretamente, há outros instrumentos, como a Caixa

Econômica, que permeiam esse processo todo aí. Então, houve um avanço significativo na política social.

Agora, os resultados disso aí. Houve um aumento continuado do Índice de Desenvolvimento Humano. Esse Índice de Desenvolvimento Humano, na verdade, é um conceito criado por um economista hindu chamado Amartya Sen, que é professor de Harvard e, neste momento, está em Cambridge – já esteve aqui, pelo Brasil e é uma pessoa de grande criatividade, Prêmio Nobel de economia. E quem desenvolveu o índice, mesmo, foi Mahbub ul Haq, um economista paquistanês que trabalhou no Banco Mundial.

Foi todo um esforço havido no pensamento internacional sobre questão de desenvolvimento, de começar a mensurar a área social, para poder chegar a algumas conclusões, como a que eu disse há pouco: não há um automatismo entre o crescimento da economia e o bem-estar social. A grande questão é saber como se mede o bem-estar social. É possível? É possível criar indicadores do tipo dos indicadores econômicos, como o PIB? O PIB, ninguém sabe qual é o conteúdo dele, mas todo mundo fala: “O PIB cresceu, o PIB não cresceu.”

Bom, agora temos o IDH: “Cresceu, não cresceu.” Só que do IDH nós sabemos o conteúdo, porque ele mede, basicamente, a expectativa de vida, a mortalidade infantil, a escolarização e a renda. Escolaridade e renda. É um índice complexo mas relativamente simples, porque mede essas variáveis que, de alguma maneira, dão conta do bem-estar ou do mal-estar social. Elas resumem.

Para poder diminuir a mortalidade infantil, tem que haver saneamento, tem que haver assistência médica. Para melhorar a escolaridade, idem, tem que haver um programa de acesso à escola, tem que haver escola pública, etc., etc. Então, o índice, de alguma maneira, resume o que está acontecendo na sociedade.

Isso aí mostra que o Brasil, como eu disse, dos anos 70 em diante, teve uma subida até 80, foi subindo, nunca parou de crescer, de melhorar a condição social do povo brasileiro. E não parou de melhorar porque existem programas sociais nos governos. Eu falei do federal, mas isso não é só assim, não. Há toda uma rede de programas, também municipais, também estaduais. Às vezes é o mesmo federal, com o nome mudado, às vezes são outros. Às vezes, o prefeito acrescenta um pouco de renda, de dinheiro, para os programas federais. Quer dizer, é

uma interação, uma parceria muito grande.

E o resultado está aí. O resultado é que nós estamos subindo crescentemente na questão do IDH, e a fonte é o PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Bem, vocês vêem que há um crescimento continuado desse índice. E, realmente, a situação de pobreza é quando está abaixo de 0,5. Nós nunca estivemos abaixo de 0,5. Isso, comparativamente: se formos pegar zonas mais pobres da América Latina ou da África, vamos encontrar Países abaixo de 0,5.

O Brasil, mesmo nos momentos em que não estava essa maravilha – e ainda não é –, estava em 0,64. Mas, hoje, é 0,75. Possivelmente, nós já estamos na parte inferior dos Países desenvolvidos: 0,8 é o patamar de País desenvolvido. Quer dizer, estamos nos aproximando, estamos no ponto mais alto dos Países de desenvolvimento intermediário. Quer dizer, basta um pouco mais de esforço – se bem que leva tempo para ter esse esforço. Tenho o dado: numa década, nós chegamos ao nível de País desenvolvido.

Olha o que aconteceu na última década: passa de – devia estar abaixo de 0,70, em 1990, não sei exatamente – 0,70 para 0,75. Nós subimos, em uma década, 5 centésimos. Se subirmos mais 5 centésimos em 10 anos, chegamos a 0,8, e, em termos de desenvolvimento social, o Brasil atinge o nível dos Países de maior desenvolvimento social relativo – no seu patamar mais baixo. O que não resolve tudo, porque a questão da desigualdade continua. Isso aí é média. Então, você tem que ver qual é o problema da desigualdade.

Foi muito útil esse trabalho do IDH para nós, porque todos os programas aqui gerenciados foram com o olhar fixo no IDH. O que fomos fazer? Programas nas áreas onde o IDH é mais reduzido no Brasil. O que é isso aí? É o rendimento por classe de renda, de 1993 igual a 100, até 2001. Ali estão os mais

pobres. O que isso aí mostra? Mostra que, nesse período, os mais pobres, na verdade, tiveram maior crescimento de renda do que os mais ricos.

Renda é muito difícil de ser medida. E o índice mais simples disso chama-se Coeficiente de Gini, e todo mundo usa o Coeficiente de Gini.

O Coeficiente de Gini se move muito pouquinho, no decorrer do tempo, em qualquer País. Por quê? Porque o sistema capitalista não gosta de distribuição de renda. Ele concentra renda. Você tem que dizer isso com toda clareza: o sistema capitalista é concentrador de renda. Se não houver programas sociais, consenso social, pressão social, luta social, a renda se concentra muito.

Bom, em qualquer País do mundo, o Gini se move muito devagarinho.

Agora, o que ele mede? Ele mede a distribuição relativa de renda entre as camadas da população. Podem acontecer situações em que o Gini piore e a situação de vida da população melhore; e o oposto: em que o Gini melhore e a situação piore.

Por exemplo, nos Estados Unidos, nesses últimos anos, houve um aumento da concentração da renda. E a situação de todos melhorou, porque a riqueza foi tanta que os mais pobres melhoraram. Só que os mais ricos melhoraram mais depressa.

E pode haver o oposto. Em algumas situações da África, o Gini é muito melhor que no Brasil, porque são tão pobres, e houve uma perda entre os que eram mais ricos, e os mais pobres não ganharam, que melhorou o Gini.

Então, o Gini, ele, em si, não diz nada. Estou cansado de ver referências ao Gini completamente equivocadas. Tem que ver o que está por trás desse indicador. Qual é a situação ideal? A ideal é quando a renda aumenta e aumenta mais depressa para os mais pobres e menos depressa para os mais ricos. Se parar de crescer entre os mais ricos também, diminui a poupança, diminui o investimento, tem crise econômica. Não é tão simples assim. Tira do rico e dá para o pobre: pára a economia.

Então, é mais complicado do que se pensa e do que se fala. E convém não falar quando não se sabe. Ou então estudar para falar com propriedade.

O que aconteceu no Brasil? Os mais pobres tiveram um aumento. A renda não cresceu o que nós gostaríamos, mas os mais pobres tiveram sua renda proporcionalmente mais aumentada do que os mais ricos.

Para ver isso não adianta pegar o número global, ou, então, fazer a média: tem que olhar o que está aqui. Isso aí desceu. Tem que ver cada grupo de dez. Aí você analisa de uma maneira mais direta. Ou seja, a situação dos mais pobres do Brasil, embora o número deles tenha, também, diminuído, ou melhor, a proporção tenha diminuído, na verdade eles ficaram pobres, mas um pouquinho menos pobres, comparando com os mais ricos – comparando “com”, não é em absoluto. Em absoluto também, porque a renda cresceu.

Mas, enfim, estou dizendo isso porque acho importante que as pessoas não comam gato por lebre, para saberem do que se trata. As políticas estão funcionando ou não estão funcionando. Quando eu disse que nós fizemos aquelas políticas todas que tiveram efeitos e agora a ONU vem e reconhece, é por causa disso aqui, do número que se publica a toda hora. “Tem um número enorme de pobres!” É verdade. Mas o que é ser pobre? Teve acesso a quê? Teve acesso à televisão? Teve acesso à geladeira? Teve acesso à escola? Teve acesso à saúde? Proporcionalmente continua pobre, mas o nível e a qualidade de vida melhorou. Ou nós vamos mais e mais e mais olhar a qualidade crescentemente e cobrar a qualidade, ou, então, nós vamos nos enganar com os números. Esse indicador do IDH é muito bom, porque mede qualidade.

Aqui é renda das pessoas. Inclui renda de todas as fontes. Inclusive os benefícios, que é outro dado. Ou seja, nós só vamos ter o efeito dessas mudanças mesmo o ano que vem: em 2003 se vai poder medir o que aconteceu em 2002. Aqui, na verdade estão os rendimentos de 2001. E os programas tiveram esse impulso maior em 2001/2002. Portanto, quando sair o dado de 2003 é que nós vamos ver, realmente, o que aconteceu no Brasil com esses programas. (Adiante.)

Bom, isso é o dado. Por que o IDH melhorou? Olha a mortalidade infantil – o que aconteceu? Diga-se de passagem que nós tínhamos a expectativa, pelas Nações Unidas, de que ia chegar a 34 por mil. E nós chegamos a 29 por mil. Vejam, esses dados também são altamente discutíveis, não no sentido negativo: é no positivo. Agora é que está sendo feita uma pesquisa direta a respeito de mortalidade infantil. Há muitas hipóteses – e hipóteses antigas – nessa mensuração. O IBGE vai ter que ver, porque isso tinha que fazer cartório por cartório. É muito complicado.

São aproximações. Mas não tem importância, porque, comparativamente, mede. Se erro havia, já havia no passado. Então, o dado que dão aqui pode ser menor do que isso, mas o que interessa aqui não é o número em si, é a tendência. E a tendência está nítida: de queda.

Bom, esses são dados conhecidos. A taxa de escolarização em 2001 era 96%. O último censo mostra já um pouco maior. Espero que em muito pouco tempo se chegue ao máximo. O máximo nunca é de 100%: é 98, qualquer coisa assim, por cento das crianças de 7 a 14 anos na escola. E isso eu reitero sempre. Quer dizer que nós estamos acabando com o analfabetismo no Brasil. Repito a mesma frase de sempre: Joaquim Nabuco dizia que a nódoa do Brasil era a escravidão, no século XIX; no século XX, é o analfabetismo. Essa nódoa nós podemos dizer com certeza, com firmeza, que acaba, porque estão todos na escola.

Quer dizer, se formos fazer agora, vamos inventar outros mecanismos mais complexos, como o “analfabetismo funcional”, que na França tem, nos Estados Unidos tem, na Alemanha tem. O nosso deve ser enorme, porque sempre a sociedade vai precisar melhorar mais, exigir mais, cobrar mais. E está certo que assim seja. Mas aquele analfabetismo básico, aquela massa que pesava porque ficava excluída de tudo, essa está acabando. O que nós temos ainda são os maiores de 14 anos. Por isso se diz que 10% da população ainda é analfabeta, no Brasil. Mais

de 10%, 11%, não sei exatamente, o número corresponde a todos. Portanto, aqueles que nasceram lá atrás não tiveram escola. Agora, os que nasceram agora têm escola. Então, o analfabetismo é uma questão de tempo e desaparece no Brasil.

Vamos ter um outro problema, que é o analfabetismo computacional, digital. É outro problema. Mas isso é da vida: tem que criar novos problemas e temos de enfrentar novas questões. Vamos lá.

Bom, a redução do trabalho infantil atingiu 38% nesses seis anos, aí registrados. Deve ter sido um pouco mais no decorrer desse ano. Quer dizer, é uma redução muito expressiva. Eu não gosto muito de usar o número absoluto, porque o número absoluto engana. De qualquer maneira, melhor é o relativo. Nós tínhamos 5 milhões e 100 mil crianças, hoje temos 3 milhões e 200 mil crianças. Quer dizer, nós temos, aí, uma redução de 2 milhões e 900 mil crianças que saíram do trabalho infantil das piores formas, mais penosas, que são carvoaria, sisal, cana-de-açúcar. Essas nós estamos erradicando. Diga-se de passagem que aí está computado o trabalho agrícola, ou seja, as famílias que utilizam o trabalho no campo. E isso é muito usual; em toda sociedade cuja base agrícola é ampla, existe esse tipo de trabalho, de exploração. Melhor é que não tenha. De qualquer maneira, não é esse o mais agudo. O mais agudo é o trabalho, realmente, de risco. E esse, nós estamos erradicando.

Pobreza. Esse é um ponto curioso. Esse dado é conhecido, mas convém repetir. Infelizmente, ele está parando, ali, em 1999, é isso? 2000.

Bem, aí o dado é muito claro: o Plano Cruzado teve um efeito muito forte na redução da pobreza, só que ele durou um ano: voltou a pobreza praticamente para os números anteriores. E, aí, ela se manteve elevada.

São milhões, acima de 60 milhões de pessoas. Em número relativo, devia ser o quê? Quase 50%, mais de 50%. Mas, em números absolutos, são acima de 60 milhões.

Quando chegou o Plano Real, ele reduziu a pobreza e fez o mais importante: manteve a redução da pobreza. Não foi um truque. Nem o Cruzado foi truque. O Cruzado o que não teve foi seqüência, na questão da política fiscal; então, voltou a inflação.

O pior imposto do mundo é o imposto inflacionário. Reduzir a inflação tem efeito imediato, como aí mostra, sobre o nível de pobres no Brasil.

Evidentemente, a taxa de população tem um aumento de 1.6% ao ano. Quando se vê em números absolutos, é mais complicado. Não obstante, mesmo em números absolutos, comparando-se com o que havia anteriormente, que era acima de 60 milhões, nós estamos em 54 milhões de pobres. Além disso, é preciso ver o seguinte: o Brasil tem uma população enorme. Qual é a população de pobres nos Estados Unidos? Não sei. Mas, se tiver 10% de pobres nos Estados Unidos, não sei se tem, porque também depende do critério, mas se houver, digamos, 10% de pobres, isso vai dar 25 milhões de pessoas. Se for na China, vai dar 130 milhões. É justo dizer que a China tem isso, ou que ela conseguiu chegar a 10%. Na China, é mais do que isso. Na China deve ser, sei lá, digamos, muito mais. Deve ser por volta de 40%, uma coisa assim. Mas não é justo dizer assim, porque a China vai ter 400 milhões de pobres. Tudo bem, é muito mais apto ver a proporção, em que se depende do tamanho da população. O número absoluto de ricos também vai dar uma distorção, vai dar a impressão de que Países pobres têm muitos ricos. Se eles forem muito numerosos, depende da proporção.

Então, é preciso tomar cuidado com a análise desse dado também. O importante, de novo, é a tendência disso e qual o nível de pobreza. Esse pobre está tendo proteção social pelas redes, está tendo acesso à escola, a saúde chega até ele. Porque isso está medindo renda. Isso não está medindo outra coisa. Linha de pobreza é uma definição em função, sei lá, da quantidade de dólar que ganha por dia. E um dólar dá uma coisa, dois é outra coisa. E, muitas vezes, se compara com critérios distintos. A linha de pobreza, em certos trabalhos das Nações Unidas, é de um dólar por dia; aqui é de dois. E outra coisa: que dólar? Qual é o poder de compra desse dólar? Claro que se desconta isso tudo. Quando se mostram essas linhas, já se tomou a precaução de fazer o ajuste. De qualquer maneira, não se pode traduzir facilmente. Só tem uma coisa: tem muito pobre. De qualquer maneira, não há outra conclusão: tem muito pobre. Você pode dizer o seguinte: a despeito de ter muito pobre, os programas sociais melhoraram ou estão tentando melhorar a qualidade de vida desses pobres. E não houve um aumento do número de pobres, senão que em certos momentos se reduziu o número de pobres – e, sobretudo, o número de indigentes, que é a linha verde que ali está. (Aponta.)

O número de indigentes caiu mais rapidamente que o número de pobres. Por quê? Porque são os diretamente atingidos por esses programas de ajuda social, que são focalizados. O que mostra, de novo, que não é só a renda monetária ou a renda do trabalho: são outros tipos de renda e outros mecanismos de proteção social que garantem – aí é renda mesmo – a diminuição do número de indigentes. Nós chegamos a ter, em 85, 30 milhões de indigentes. Hoje, temos cerca de 20 milhões de indigentes. Não é consolo, porque o número de 20 milhões de indigentes assusta. Embora nós sejamos 175 milhões de pessoas, proporcionalmente é pouco. Não estou dando esses dados para dizer que não haja problemas. É o contrário: é para dizer que é preciso fazer mais.

Mas fazer mais, não digo o mesmo, mas na mesma direção, porque a direção está dando certo. Essa é que é a moral da história. Não é por acaso que vem a ONU e diz: “Está dando certo.” É porque está dando certo. Não resolveu, mas deve-se sempre comparar como era. Ficou igual? Piorou ou melhorou? Não há nenhum dado, desses que estou mostrando, nenhum que tenha melhorado em função do que se diz. Bem, agora nós estamos, aqui, fazendo uma coisa mais sofisticada.

Graças à capacidade técnica disponível no Brasil, do Ipea, do IBGE, dos técnicos do Governo, nos vários Ministérios envolvidos nessa matéria, estamos suscitando uma análise mais fina desses processos todos.

Chama-se Índice de Desenvolvimento Familiar. Está sendo criado. Houve um trabalho muito grande, desenvolvido primeiro pelo Instituto João Pinheiro, depois pelo Ipea em colaboração com as Nações Unidas – PNUD –, que permitiu houvesse uma avaliação do IDH município por município. Isso não foi produzido pela ONU: foi produzido por nós, aqui no Brasil, referendado pela ONU, com os técnicos da ONU, etc. Então, nós hoje temos a capacidade, que não tínhamos, de ver em cada município brasileiro o que está acontecendo com essas variáveis que mencionei aqui. Isso permite o quê? Permite focalizar melhor as políticas públicas. Permite ter-se uma avaliação do que dá certo e do que não dá certo. E nós estamos, agora, pedindo que haja uma sofisticação nessa matéria.

Não sei se temos aí os dados. Temos. Então, vamos ver. Nós vamos fazer o índice de desenvolvimento – já está feito o Índice de Desenvolvimento Familiar. Isso foi feito pelo Ipea mais o Professor Carlos Alberto, da Universidade de Brasília. Fizeram esse aperfeiçoamento, que é esse Índice de

Desenvolvimento Familiar, que mede a vulnerabilidade da família. Vulnerabilidade quer dizer: tem idosos na família? Tem crianças na escola? Tem crianças sendo amamentadas? Tem deficiente físico? Tem, enfim, esse conjunto de indicadores que mostra que a família é mais vulnerável. Depois, qual é o acesso que essa família tem ao conhecimento, enfim, a escolaridade da família. Acesso ao trabalho, qualificação da família. Acesso ao trabalho: tem acesso? Está desempregado? Quantos trabalham na família? Etc. A dificuldade de recursos globais, porque a unidade familiar é mais interessante para se ver essas outras questões, porque às vezes um trabalha, outro não trabalha, um é aposentado, outro tem uma bolsa. Qual é a disponibilidade de recursos?

Qual é o desenvolvimento infantil? Não sei exatamente o conteúdo da expressão, mas deve ser trabalho precoce. E condições de habitação. Quer dizer, com este índice complexo, nós já temos os dados aí para 91? Como não há comparação, não adianta estar mostrando. Mas vai-se mostrar o seguinte: hoje temos condições de ver quase que microscopicamente o que está acontecendo, do ponto de vista das condições de vida da população brasileira, e o que se pode fazer para melhorar. E com este grau de complexidade. Quer dizer, é um passo adiante do IDH.

Isso permite que o Brasil, daqui para frente, se seguir um caminho de sensatez, possa efetivamente atuar de maneira realística, objetiva e vigorosa nos programas sociais, diminuindo as perdas, desde que não invente a roda ou que não se faça uma roda que só ande para trás. Com essa condição, o Brasil tem a possibilidade de, num período – sem exagerar – de 10 a 20 anos, se equiparar nessa matéria aos Países desenvolvidos.

Vou repetir o que tenho dito há muitos anos: eu conheci a Espanha pobre, para não falar de Portugal pobre. Isso faz 40 anos, quarenta e poucos anos.

O Presidente Aznar referiu-se recentemente, nessa entrevista da revista Veja, a fato semelhante, quanto a Espanha cresceu e como a Espanha cresceu, quais foram os mecanismos e tal. Quer dizer, no decurso de 40 anos – mesmo a França, depois da guerra –, esses Países se transformaram em Países afluentes. Bom, nós não estamos querendo tanto, nós achamos que é possível, num período de 10 a 20 anos – não menos que isso, que milagre não existe –, fazer com que o conjunto da população brasileira alcance os níveis de bem-estar de Países, digamos, do tipo de Portugal. Isso é possível ser alcançado. E hoje nós temos, graças aos esforços dos senhores e das senhoras, não só os programas, mas os métodos de avaliar esses programas, temos a capacidade técnica de examinar o que está acontecendo. E tudo isso com transparência: o que estou dizendo aqui pode ser checado por qualquer pessoa, porque os dados são públicos, são disponíveis e auditados pelas Nações Unidas, pelo Banco Mundial, pelo Ipea, pelo IBGE, que funcionam não como braços do Governo, mas como organismos técnicos autônomos. Esse é outro dado importante da situação do Estado no Brasil, do Governo do Brasil. Quer dizer, uma instituição como o IBGE, por exemplo, publicou, ontem, um dado que nós não sabíamos que ia publicar, nem qual era o dado. Isso é positivo, mostra que esse Instituto funciona independentemente do Governo, e precisa continuar funcionando assim para ter credibilidade e para o Governo, ele próprio, não se iludir, poder olhar o retrato não desenhado por ele próprio, mas desenhado por outro. Pode ser bom, ser mau, pode ser mais ou menos, dá para fazer uma plástica, mas é preciso saber se dá para fazer a plástica ou não, ou se tem que fazer uma operação mais radical ou se não tem solução. Enfim, encarar o problema. Essa é a situação.

De modo que eu queria, ao terminar esta exposição, agradecer a todos que estão aqui presentes pelo que de fato nós conseguimos nesses 8 anos. Na verdade, isso começa com o Plano Real. E também não quero fazer injustiça. Como eu disse aqui, programas sociais havia antes. O Brasil não começou com o Real. Havia programas de antes. Apenas nós melhoramos alguns. Tivemos, graças à estabilização da economia, capacidade de comparar mais, de ver melhor, ter um retrato mais objetivo da sociedade. Mas, certamente, se não fosse também a dedicação dos gerentes desses programas, dos Ministros dessa área, os apoios havidos no Congresso... Precisa não esquecer. Se não houvesse o Fundo de Combate à Pobreza, em tramitação, também nós não teríamos podido dar esse salto. Quer dizer, isso se deve, também a iniciativas que não foram, às vezes, nem de Governo. O Governo simplesmente soube aproveitar a iniciativa, muitas vezes, de terceiros. E é normal que assim seja. Infelizmente, não soubemos aproveitar ou não pudemos aproveitar todas. Mesmo a discussão no Congresso, permanente, sobre o que se faz com o dinheiro, como se faz essa estabilização. E aquele refrão: “O povo está

pagando.” Nós estamos mostrando que quem está pagando aqui não é o mais pobre, não. A estabilização da economia brasileira beneficiou os mais pobres. Não foi uma estabilização feita às custas dos mais pobres. Pelo contrário, ela beneficiou os mais pobres. Se não houvesse essa competência que, no fundo, é na cabeça de cada um de vocês, um esforço de cada um de vocês, nós não teríamos conseguido.

Por isso eu queria ter esta reunião, que é mais de agradecimento do que de qualquer outra coisa.

Muito obrigado.

ANEXO II: PRONUNCIAMENTOS DE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

PRONUNCIAMENTO DE POSSE – 1º MANDATO (1)⁴⁸

Congresso Nacional
Brasília, 01º de janeiro de 2003.

Exmos. Srs. Chefes de Estado e de Governo;

Senhoras e senhores;

Visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras;

Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional Senador Ramez Tebet;

Exmo. Sr. Vice-Presidente da República José Alencar;

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados,

Deputado Efraim Morais,

Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello;

Sras. e Srs. Ministros e Ministras de Estado;

Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores presentes a este ato de posse.

"Mudança"; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

O Brasil é um País imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que

⁴⁸ Disponível em:

http://www.fiec.org.br/artigos/temas/discurso_de_posse_do_presidente_Luiz_Inacio_Lula_da_Silva.htm.
Acesso em: 15/03/2011.

ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores. Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.

Este é um País extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da PETROBRAS e a memorável luta pela redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.

Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada. Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz. Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio, são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Hoje, tantas e tantas áreas do País estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos.

Temos que cuidar bem - muito bem - deste imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o País volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.

Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado.

Da mesma forma, é necessário incrementar - e muito - o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infra-estrutura voltada para o escoamento da produção. Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pela mudança e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e para que o País volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, reforma tributária, reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional.

Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil. Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o País cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que se encontre canais de expressão em nosso Governo.

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública. Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência. Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do País. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

Sob a minha liderança o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais. Eu, que tive a honra de ser Parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais de que o País demanda de todos nós. Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer em todos os domínios um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista, significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.

Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor. O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável.

Construiu, ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do Território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo. onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e árabes conversam sem medo, onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.

Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional.

Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos. As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à ALCA, nos entendimentos entre o MERCOSUL e a União Européia, que na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de País em desenvolvimento.

Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçaremos-nos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico.

Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do MERCOSUL, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os Países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do MERCOSUL e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis.

Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada País. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os Países da América Latina.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes Países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado. Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais. As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com Países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.

Enfrentaremos os desafios da hora atual como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional. Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiental.

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas decorrentes de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crisparam o País e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.

Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o Governo Federal em parceria com os Estados a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs.

Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença. O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera.

O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso País, amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer. Estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

Este é um País que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o País do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo.

O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu País. Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos quatro anos.

Viva o povo brasileiro!

PRONUNCIAMNTO NO SEMINÁRIO PARA INVESTIDORES ESTRANGEIROS NO BRASIL (2)⁴⁹

**Genebra,
29 de janeiro de 2004.**

Vim a Genebra para falar-lhes do Brasil, de sua economia e das oportunidades que apresenta para o investidor estrangeiro.

O Brasil é hoje um País de sólidas instituições democráticas e uma estável e diversificada economia.

A confiança em mim depositada me permite reunir as forças criativas da sociedade brasileira para enfrentar os desequilíbrios macroeconômicos que herdei.

Meu Governo dispõe de condições para superar os obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do País.

Tem base parlamentar necessária para levar adiante - em sintonia permanente com a sociedade - um conjunto importante de reformas indispensáveis para o equilíbrio das contas públicas e para a retomada dos investimentos.

As reformas mais importantes são aquelas que garantirão um prolongado e sustentável ciclo de desenvolvimento econômico social.

No século passado nossa economia teve taxas de crescimento dentre as mais altas do mundo.

Foi um crescimento, no entanto, que produziu concentração de renda e que não cuidou de seu próprio financiamento. Gerou desequilíbrios fiscais agudos, surtos inflacionários, alternando períodos expansivos e recessivos.

Senhoras e senhores,

A aprovação, pelo Congresso Nacional, das reformas tributária e previdenciária permitirá uma maior justiça social e assegurará os recursos para a manutenção do equilíbrio nas contas públicas.

Garantirá também a viabilidade do sistema de seguridade social, reduzindo a carga tributária sobre o setor produtivo.

O Governo e todos os brasileiros deram sua parte no sacrifício para recolocarmos, em 2003, o Brasil nos trilhos do crescimento sustentável.

O País pode hoje oferecer a empresários e trabalhadores melhores condições para produzir e elevar seu padrão de vida.

Nossa disposição de saldar a dívida social que temos com as camadas mais pobres da sociedade brasileira permitirá uma maior estabilidade social e política, sem a qual não haverá estabilidade econômica duradoura.

A maior parte dos problemas que temos hoje é resultado da ação passada de uma elite que geriu o Estado em proveito de poucos. Ela foi incapaz de realizar reformas. Foi irresponsável. Comprometeu a saúde fiscal do Estado. Agravou de forma insuportável as desigualdades sociais.

Para fazer face a isso, nos propusemos ajustar o funcionamento da administração pública, mediante uma redefinição de prioridades, redistribuição dos recursos públicos para onde são mais necessários, e corte de gastos improdutivos.

Adotamos políticas necessárias para preservar a segurança das atividades empresariais.

⁴⁹ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/347161068206-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio>. Acesso em 15/03/2011.

Nas últimas décadas, o descompasso entre receitas e despesas do governo resultou em incertezas macroeconômica e tributária, aumentando o prêmio de risco, as taxas de juros e reduzindo o investimento privado. Como consequência, o crescimento do País foi medíocre, abaixo do seu potencial.

Decidimos enfrentar o desafio do ajuste estrutural das finanças públicas.

Recuperar a confiança dos investidores e credores externos na atividade econômica no Brasil e relançar responsabilmente um ciclo de desenvolvimento econômico com justiça social.

Houve uma sensível melhoria no perfil da dívida pública em 2003.

A Dívida Pública Consolidada mostra estabilização com tendência de queda.

A política econômica que adotamos levou à retomada da confiança externa, à acomodação da taxa de câmbio, a quedas importantes nas taxas de juros nominais e reais.

A política monetária reduziu drasticamente as expectativas inflacionárias.

A vulnerabilidade da economia frente a turbulências mundiais diminuiu.

Em um ano o "risco Brasil" caiu de 2400 pontos para 400.

Apesar do ajuste nas contas públicas e da manutenção em patamares ainda elevados das taxas de juros, o PIB mesmo assim apresentou crescimento positivo em 2003.

Neste ano teremos um crescimento entre 3 e 4%.

Não é ainda todo o desejável. Mas trata-se de um recomeço, dentro de um quadro consistente de estabilidade macroeconômica e de disciplina fiscal.

No comércio exterior, a mobilização de nosso empresariado e a ação do governo para ampliar o acesso a diversos mercados produziram, em 2003, o segundo maior superávit comercial da história brasileira: quase 25 bilhões de dólares.

O crescimento das exportações foi extremamente significativo: mais de 20%.

Estou certo de que continuaremos em 2004 a explorar agressivamente o potencial das exportações brasileiras.

Os primeiros resultados de 2004 confirmam amplamente essa tendência.

Para o futuro, contamos com a melhoria no acesso de produtos brasileiros aos principais mercados.

Senhoras e senhores,

Tenho mencionado a necessidade de construir uma nova geografia econômica e comercial.

Não se trata de arroubo retórico.

Sem menosprezar nossas relações históricas com o mundo desenvolvido, estamos convencidos de que há um enorme potencial em nossas relações regionais e com outras economias emergentes.

Os grandes investidores internacionais, além dos atrativos do mercado interno brasileiro, devem olhar também para essas outras realidades.

Senhoras e senhores,

O MERCOSUL se consolida e se expande para o conjunto da América do Sul, ao mesmo tempo em que se aprofunda e cobre novas áreas, como serviços, investimentos e compras governamentais.

Trabalhamos também para concluir este ano o acordo MERCOSUL-UNIÃO EUROPÉIA.

Da mesma forma, assinamos acordos do Mercosul com a Índia. Nossas negociações com a África do Sul avançam.

Os entendimentos para a formação da ALCA encontram-se bem encaminhados após a Reunião ministerial de Miami, em direção a um acordo realista e flexível.

A aproximação com os Países árabes, iniciada com minha viagem pelo oriente, ganhará grande impulso com a reunião que realizaremos no Brasil este ano.

Finalmente, reiteramos nosso compromisso com a Rodada de Doha, cujos resultados devem beneficiar os países em desenvolvimento eliminando barreiras e subsídios que distorcem o livre comércio.

Senhoras e senhores,

Maior acesso a mercados externos atrairá mais investimento produtivo para o Brasil.

Esperamos incrementar, em muito, os quase 11 bilhões de dólares em investimentos diretos estrangeiros recebidos no Brasil, em 2003.

Os recursos privados externos, somados aos do empresariado brasileiro, serão fundamentais para a retomada do crescimento econômico, para a geração de empregos e elevação da renda do trabalhador.

O Brasil reúne enorme potencial e oportunidades para o investidor.

Tem recursos naturais abundantes, uma classe trabalhadora qualificada profissionalmente.

Tem uma infraestrutura ampla, que desejamos melhorar.

Tem instituições sólidas e reguladas, sob permanente vigilância da sociedade e da opinião pública. Tem um governo estruturado, com apoio político e popular, disposto a ouvir e a solucionar problemas.

Além disso, o Brasil é um País que vive em Paz há mais de cem anos com seus vizinhos e aprofunda seus laços de cooperação e amizade em sua própria região e fora dela.

É um País com vocação humanista e universalista, disposto a assumir crescentes responsabilidades na promoção da estabilidade mundial.

Tenho dado muita atenção à integração na América do Sul.

Assumi, como prioridade de meu governo, a construção de uma grande infraestrutura na região. Mais do que um conjunto de vias de integração, ela será um verdadeiro canal de desenvolvimento, levando progresso econômico e bem estar a áreas hoje ainda a margem dos benefícios da sociedade moderna.

Permitirá igualmente uma inserção mais competitiva de toda a região na economia global.

Estamos desenvolvendo mecanismos para atrair investimentos para projetos de infra-estrutura, inclusive por meio da Parceria Público-Privada que, muito em breve, será transformada em lei.

Senhoras e Senhores,

Passado meu primeiro ano de governo, posso dizer que estou extremamente otimista com a direção que conseguimos imprimir ao Brasil, embora estejamos conscientes de que precisamos fazer mais.

O País precisa voltar a crescer a taxas robustas, permitindo a substancial elevação dos níveis de emprego e a redução dos índices de pobreza.

Continuaremos trabalhando por melhores taxas de desenvolvimento social, por uma sociedade menos marcada pela desigualdade e pela exclusão.

Em nosso continente aprendemos que não haverá estabilidade econômica efetiva, se não houver democracia política e social.

Temos hoje o mais importante programa de proteção social que nossa história registra.

Três milhões e seiscentas mil famílias estão cobertas pelo Programa Bolsa Família que, até o final de meu governo, abrangerá 11 milhões de famílias, ou seja 50 milhões de brasileiros, que estarão livres do flagelo da fome.

Mas necessitamos mais do que isso.

É fundamental criar oportunidades e opções econômicas para nossa grande população.

Os investimentos estrangeiros, que têm sido uma das molas-mestras de nossa economia, podem dar forte impulso a nosso desenvolvimento.

Estamos dispostos a discutir projetos e propostas com a comunidade empresarial internacional e brasileira, que possam facilitar as inversões em meu País, num clima de harmonia e respeito às leis e valores de nossa sociedade.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO DE POSSE - 2º MANDATO (3)⁵⁰

Congresso Nacional
Brasília, 01º de janeiro de 2007.

Excelentíssimo senador Renan Calheiros, presidente do Congresso Nacional,
Excelentíssimo deputado Aldo Rebelo, presidente da Câmara dos Deputados,
Excelentíssimo senhor José Alencar, vice-presidente da República,
Excelentíssimo ministro Gilmar Ferreira Mendes, presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal,
Excelentíssimo senhor Antônio Fernando, procurador-geral da República,
Minha companheira Marisa, Senhora Marisa Campos Gomes da Silva,
Senhoras e senhores chefes de Missões Diplomáticas,
Governadores aqui presentes, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, Ministros do Supremo Tribunal Federal,
Meus amigos, minhas amigas,
Minhas queridas brasileiras e meus queridos brasileiros,

Quatro anos atrás, nesta Casa, em um primeiro de janeiro, vivi a experiência mais importante de minha vida, a de assumir a Presidência do meu País. Não era apenas a realização de um sonho individual.

O que então ocorreu foi o resultado de um poderoso movimento histórico do qual eu me sentia, e ainda hoje me sinto, parte e humilde instrumento.

Pela primeira vez, um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República.

Pela primeira vez, a longa jornada de um retirante, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do Planalto.

Hoje estou de volta a esta Casa, no mesmo primeiro de janeiro e quase na mesma hora.

Tenho ao meu lado, como em 2003, o amigo e companheiro José Alencar, cuja colaboração inteligente e leal tornou menos árduas as tarefas destes quatro anos.

E assim o será no Governo que se inicia.

Tudo é muito parecido, mas tudo é profundamente diferente.

É igual e diferente o Brasil; é igual e diferente o mundo; e, eu, sou também igual e diferente. Sou igual naquilo que mais prezo: no profundo compromisso com o povo e com meu País. Sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites. Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer. Sou diferente na experiência acumulada na difícil arte de governar.

Sou igual quando volto a conjugar, nas suas formas mais afirmativas, o verbo mudar, como fiz aqui quatro anos atrás. Mas sou diferente, pois, sem renegar a paciência e a persistência que aqui também preguei, quero hoje pedir, com toda ênfase, pressa, ousadia, coragem e criatividade para abrir novos caminhos.

Minhas Senhoras e meus Senhores, quatro anos depois, o Brasil é igual na sua energia produtiva e criadora. Mas é diferente, para melhor, na força da sua economia, na consistência de suas instituições e no seu equilíbrio social.

Em que momento de nossa história tivemos uma conjugação tão favorável e auspiciosa: de inflação baixa; crescimento das exportações; expansão do mercado interno, com aumento do consumo popular e do crédito; e ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores?

⁵⁰ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u88185.shtml>. Acesso em: 15/03/2011.

O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiças contra as camadas mais pobres. Porém é diferente, para melhor, na erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego.

É melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia. Muito já fizemos nessas áreas, mas precisamos fazer muito mais.

O Brasil ainda possui sérias travas ao seu crescimento e fragilidades nos seus instrumentos de gestão. Mas nosso País é diferente, para melhor: na estabilidade monetária; na robustez fiscal; na qualidade da sua dívida; no acesso a novos mercados e a novas tecnologias; e na redução da vulnerabilidade externa.

O trabalhador brasileiro ainda não ganha o que realmente merece, mas temos hoje um dos mais altos salários mínimos das últimas décadas, e os trabalhadores obtiveram ganhos reais em 90% das negociações salariais nestes últimos quatro anos.

Criamos mais de 100 mil empregos por mês com carteira assinada, sem falar das ocupações informais e daquelas geradas pela agricultura familiar, totalizando mais de 7 milhões de novos postos de trabalho.

O Brasil ainda precisa avançar em padrões éticos e em práticas políticas. Mas hoje é muito melhor na eficiência dos seus mecanismos de controle e na fiscalização sobre seus governantes. Nunca se combateu tanto a corrupção e o crime organizado.

Muita coisa melhorou na garantia dos direitos humanos, na defesa do meio ambiente, na ampliação da cidadania e na valorização das minorias.

O Brasil é uma nação mais respeitada, com inserção criativa e soberana no mundo.

E o mundo, vasto mundo, como está quatro anos depois?

Melhor em certos aspectos, mas pior, infelizmente, em tantos outros.

Foram quatro anos sem graves crises econômicas, mas com graves conflitos políticos e militares internacionais.

Ao mesmo tempo em que o crescimento da economia mundial permitiu um certo desafio aos Países emergentes, a relação entre nações ricas e pobres não melhorou.

A solução dos grandes problemas mundiais, como as persistentes desigualdades econômicas e financeiras entre as nações; o protecionismo comercial dos grandes; a fome e a inclusão dos deserdados; a preservação do meio ambiente; o desarmamento; e o combate adequado ao terrorismo e à criminalidade internacional, não evoluiu.

Os organismos internacionais, especialmente a ONU, não se atualizaram em relação aos novos tempos que vive a humanidade.

Meus Senhores e minhas Senhoras, um dos compromissos mais profundos que tenho comigo mesmo é o de jamais esquecer de onde vim. Ele me permite saber para onde seguir.

Hoje, posso olhar nos olhos de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e mantereí meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam.

Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada.

Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntese histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo.

Em outubro, nossa população afirmou de modo inequívoco que não precisa nem admite tutela de nenhuma espécie para fazer a sua escolha. Ela foi livre e soberana, como deve ser a força do povo.

É uma responsabilidade enorme tornar-se o presidente com o índice de aprovação mais elevado ao final de seu mandato. Tenho plena consciência do que isso significa.

Sei que, a partir de hoje, cabe-me corrigir o que deve ser corrigido e avançar com maior determinação no que está dando certo, para consolidar as conquistas populares.

O desafio é grande, porém maior é a minha disposição de vencê-lo.

Ouçó as vozes das cidades, das ruas e dos campos e escuto, muito perto, a voz da minha consciência.

Ela me diz que não fui reeleito para ouvir a velha e conformista ladainha segundo a qual tudo é muito difícil, quase impossível, que só pode ser conquistado numa lentidão secular.

Quatro anos atrás eu disse que o verbo mudar iria reger o nosso governo. E o Brasil mudou.

Hoje, digo que os verbos acelerar, crescer e incluir vão reger o Brasil nestes próximos quatro anos.

Os efeitos das mudanças têm que ser sentidos rápida e amplamente. Vamos destravar o Brasil para crescer e incluir de forma mais acelerada.

Minhas Senhoras e meus Senhores, o Brasil não pode continuar como uma fera presa numa rede de aço invisível, debatendo-se, exaurindo-se, sem enxergar a teia que o aprisiona.

É preciso desatar alguns nós decisivos para que o País possa usar a força que tem e avançar com toda velocidade.

Muito tentamos nos últimos quatro anos, mas fatores históricos, dificuldades políticas e prioridades inadiáveis fizeram com que nosso esforço não fosse inteiramente premiado.

Hoje a situação é bem melhor, pois construímos os alicerces e temos um projeto claro de País a ser realizado.

Precisamos de firmeza e ousadia para mudar as regras necessárias e avançar. Não podemos desperdiçar energias, talentos, esperanças.

Sei que o crescimento, para ser rápido, sustentável e duradouro, tem de ser com responsabilidade fiscal. Disso não abriremos mão, em hipótese alguma.

Mas é preciso combinar essa responsabilidade com mudanças de postura e ousadia na criação de novas oportunidades para o País.

É necessário, igualmente, que este crescimento esteja inserido em uma visão estratégica de desenvolvimento que nosso País há muito tempo havia perdido.

É preciso uma combinação ampla e equilibrada do investimento público e do investimento privado.

Para lograr este equilíbrio, temos de desobstruir os gargalos e de romper as amarras que travam cada um destes setores. Isso significa ampliar e agilizar o investimento público, desonerar e incentivar o investimento privado.

Sei que o investimento público não pode, sozinho, garantir o crescimento. Porém, ele é decisivo para estimular e mesmo ordenar o investimento privado.

Estas duas colunas, articuladas, são capazes de dar grande impulso a qualquer projeto de crescimento.

Para atingir estes objetivos, estaremos lançando, já neste primeiro mês de governo, um conjunto de medidas, englobadas no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC.

Nosso esforço não se esgota nas medidas que anunciaremos em janeiro. Ao contrário, elas serão apenas o começo. Serão desdobradas e complementadas ao longo de todo o mandato, incorporando, inclusive, reformas mais amplas que seguramente estarão na pauta desta Casa.

Vamos realinhar prioridades; otimizar recursos; aumentar fontes de financiamento; expandir projetos de infra-estrutura; aperfeiçoar o marco jurídico; e ampliar o diálogo sistemático com as instituições de controle e fiscalização para garantir a transparência dos projetos e agilizar sua execução.

O fornecimento de energia nos próximos dez anos está garantido pelos projetos em andamento e pelos novos e ambiciosos projetos que serão licitados em 2007.

Continuaremos dando prioridade ao setor de Bioenergia, no qual o Brasil ocupa a vanguarda mundial, como decorrência dos esforços de nosso governo.

O Programa Luz Para Todos, que já propiciou energia elétrica para cinco milhões de pessoas, tem como objetivo chegar até o fim de 2008 a todos os brasileiros sem acesso à eletricidade.

Vamos estabelecer, com o BNDES, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, a Embrapa, o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, e o Ministério da Ciência e Tecnologia, um amplo programa de incentivo à produtividade das empresas brasileiras, facilitando a importação de equipamentos; melhorando a qualidade dos tributos; favorecendo o acesso à tecnologia da informação, apoiando a inovação; e estimulando a integração empresa-universidade.

E vamos consolidar, em harmonia com esta Casa e com os estados, a legislação unificada do ICMS, simplificando as normas, reduzindo alíquotas, com previsão de implantar um único imposto de valor agregado a ser distribuído automaticamente para União, estados e municípios.

Este conjunto de iniciativas significa o reforço das linhas mestras da política macroeconômica, com a redução da taxa real de juros.

Tenho claro que nenhum País consegue firmar uma política sólida de crescimento se o custo do capital, ou seja, o juro, for mais alto do que a taxa média de retorno dos negócios.

Da mesma forma que é necessária uma expansão planejada do crédito. Nossa meta é criar condições para que sua expansão, até 2010, chegue a 50% do PIB, especialmente para o investimento, a infraestrutura, a agricultura, a habitação e o consumo.

Outro ponto vital é a implantação de vigorosas medidas de desburocratização, sobretudo as que facilitem o comércio exterior, a abertura e fechamento de empresas, além de levar adiante o aperfeiçoamento das legislações sanitária e ambiental.

Meus Senhores e minhas Senhoras, durante a campanha afirmei que meu segundo governo será o governo do desenvolvimento, com distribuição de renda e educação de qualidade.

Disse que, para termos um crescimento acelerado, duradouro e justo, devemos articular cada vez melhor a política macroeconômica com uma política social capaz de distribuir renda, gerar emprego e inclusão.

Dessa forma, nossa política social, que nunca foi compensatória, e sim criadora de direitos, será cada vez mais estrutural. Será peça-chave do próprio desenvolvimento estratégico do País.

O Bolsa Família, principal instrumento do Fome Zero, saudado pelas comunidades pobres e criticado por alguns setores privilegiados, teve duplo efeito.

Por um lado, retirou da miséria milhões de homens e mulheres. Por outro, contribuiu para dinamizar a economia de forma mais equânime.

Por isso, obtive reconhecimento internacional, e já inspira programas semelhantes em vários Países do mundo.

Nosso governo nunca foi, nem é 'populista'. Este governo foi, é e será popular.

Temos de criar alternativas de trabalho e produção para os beneficiários dos nossos programas de transferência de renda.

E aí, ocuparão lugar importante: a educação, a formação de mão-de-obra, a expansão do microcrédito e do crédito consignado, o fortalecimento da agricultura familiar, o avanço da reforma agrária pacífica e produtiva, a economia solidária, o cooperativismo, o desenvolvimento de tecnologias simples e a expansão da arte e da cultura popular.

Para isso, as políticas setoriais de governo devem ser fortemente integradas.

É preciso continuar expandindo o consumo de bens essenciais da população de baixa renda; fomentar o empreendedorismo das classes médias; dar continuidade à recuperação do salário mínimo; ampliar o crescimento de empregos formais e da massa salarial; e aprofundar a política nacional para micro,

pequena e média empresas, nos moldes da Lei Geral aprovada por este Congresso, que estabelece tratamento diferenciado em matéria de crédito, acesso à tecnologia e às exportações.

É preciso garantir o crescimento de todos, diminuindo desigualdades entre as pessoas e as regiões.

Para diminuir a desigualdade entre as pessoas a alavanca básica é a educação; para diminuir a desigualdade entre as regiões o principal instrumento são os grandes programas de desenvolvimento, especialmente os de infra-estrutura.

Estes grandes programas e projetos de desenvolvimento regional já estão definidos e envolvem setores estratégicos como energia, transporte, inovação tecnológica, insumos básicos e construção civil.

Na área de energia, eles privilegiam o petróleo, gás, etanol, biocombustíveis e eletricidade.

Na área de inovação tecnológica: os softwares, fármacos, bens de capital, semicondutores e TV Digital.

Na área dos transportes, englobam indistintamente os setores automotivo, ferroviário, naval e aéreo.

Na construção civil, os setores de infra-estrutura, habitação e saneamento básico.

Na área dos insumos, a siderurgia, papel e celulose, petroquímica e mineração.

Minhas Senhoras e meus Senhores, reitero que a educação de qualidade será prioridade de meu governo.

Mais do que a qualificação para o mundo do trabalho, a educação é um instrumento de libertação, que o acesso à cultura propicia. Ela dá conteúdo à cidadania formal de homens e mulheres.

Um País cresce quando é capaz de absorver conhecimentos. Mas se torna forte, de verdade, quando é capaz de produzir conhecimento.

Para isso é fundamental valorizar todos os níveis de nosso sistema educacional, sem exceção, fortalecer a pesquisa pura e aplicada, consolidar a incorporação e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Temos aqui um gigantesco desafio. O que outros Países fizeram ainda nos séculos dezenove ou vinte, nós teremos de realizar nos próximos anos.

Trata-se de superar os grandes déficits educacionais que nos afligem e, ao mesmo tempo, dar passos acelerados para transformar nosso País em uma sociedade de conhecimento, que nos permita uma inserção competitiva e soberana no mundo.

O Brasil quer, num só movimento, resolver as pendências do passado e ser contemporâneo do futuro.

Graças ao esforço de todos nós, com a decisiva participação do Congresso Nacional, o Brasil conta com um instrumento fundamental para melhorar a educação básica, que é o Fundeb.

Com ele, poderemos aumentar dez vezes o investimento nas áreas mais carentes do ensino, e 60% destes recursos serão aplicados na melhoria de salários e na formação do professor.

Para que o Brasil tenha uma educação verdadeiramente de qualidade, serão necessários professores bem remunerados, com sólida formação profissional, condições adequadas de trabalho e permanente atualização.

Os educadores poderão, dessa forma, melhorar o seu desempenho e os resultados da sua atividade pedagógica.

A Universidade Aberta é decisiva no aperfeiçoamento dos docentes, pois permite que os professores se reciclem sem sair de suas cidades.

Nesta luta pela qualidade, vamos também ampliar a renovação tecnológica do ensino, informatizando todas as escolas públicas. E eu quero repetir, informatizando todas as escolas públicas deste País.

Quero reafirmar, neste dia tão importante, que o meu sonho é ajudar a transformar o Brasil no País mais democrático do mundo no acesso à universidade.

Para isso contribuirão as novas universidades e extensões universitárias e as escolas técnicas em todas as cidades-pólo do País. Para isso contribuirá também a expansão das bolsas do ProUni.

O Brasil assistirá dentro de dez ou quinze anos o surgimento de uma nova geração de intelectuais, cientistas, técnicos e artistas originários das camadas pobres da população.

Este foi sempre o nosso propósito: democratizar não só a renda, mas também o conhecimento e o poder.

Outras áreas vitais para a população, e objeto de permanente demanda, são as da saúde e da segurança pública.

Como fizemos no nosso primeiro mandato, vamos continuar modernizando os dois setores para que a população brasileira, em especial a mais pobre, tenha uma melhor qualidade de vida.

Sinto que em matéria de segurança pública, um verdadeiro flagelo nacional, crescem as condições para uma efetiva cooperação entre a União e os estados da Federação, sem a qual será muito difícil resolver este crucial problema brasileiro.

Meus Senhores e minhas Senhoras, apesar dos avanços científicos e tecnológicos de nosso mundo, ainda não foi inventada nenhuma ferramenta mais importante do que a política para a solução dos problemas dos povos.

Nunca o mundo viveu, como vive hoje, um período de tão grande descrédito na política. Mas, paradoxalmente, nunca a política foi tão imprescindível.

Temos no Brasil um desafio pela frente. Desafio para as forças que se identificam com este governo e para aquelas que se situam na oposição.

Temos de refletir sobre nossas instituições e nossas práticas políticas.

Temos de construir consensos que não eliminem nossas diferenças, nem apaguem os conflitos próprios das sociedades democráticas.

Precisamos de um sistema político capaz de dar conta da rica diversidade de nossa vida social.

Nossas instituições têm de ser mais permeáveis à voz das ruas.

Precisamos fortalecer um espaço público capaz de gerar novos direitos e produzir uma cidadania ativa.

As formas de democracia participativa não são opostas às da democracia representativa. Elas se complementam.

Meu governo, atento às manifestações das ruas e, em especial, aos movimentos sociais, construiu grande parte de suas políticas públicas e importantes decisões governamentais, consultando a opinião da sociedade organizada em Conferências Nacionais, Conselhos e Foros. Continuaremos nesse rumo.

Reafirmamos, finalmente, nossos compromissos éticos em uma perspectiva republicana. Nada mais ético do que a promoção do bem-comum e da justiça.

A reforma política deve ser prioritária no Brasil. Convido todos os senhores para nos sentarmos à mesa e iniciarmos o seu debate e urgente encaminhamento, ao lado de outras reformas importantes, como a tributária, que precisamos concluir.

O fortalecimento de nosso sistema democrático dará nova qualidade à presença do Brasil na cena mundial.

Nossa política externa, motivo de orgulho pelos excelentes resultados que trouxe para a nação, foi marcada por uma clara opção pelo multilateralismo, necessário para lograr um mundo de paz e de solidariedade.

Essa opção nos permitiu manter excelentes relações políticas, econômicas e comerciais com as grandes potências mundiais e, ao mesmo tempo, priorizar os laços com o Sul do mundo.

Estamos mais próximos da África, um dos berços da civilização brasileira. Fizemos do entorno sul-americano o centro de nossa política externa. O Brasil associa seu destino econômico, político e social ao do continente, ao Mercosul e à Comunidade Sul-Americana de Nações.

Senhoras e Senhores, é tempo do nascimento de um novo humanismo, fundado nos valores universais da democracia, da tolerância e da solidariedade.

O Brasil tem muito o que contribuir neste debate.

Colocamos o respeito aos Direitos Humanos no centro de nossas preocupações. Ampliamos políticas públicas nesta direção e criamos instituições de Estado fortes e capazes de garantir que este País combaterá de maneira decidida e permanente todas as formas de discriminação de gênero, raça, orientação sexual e faixa etária.

Por isso cresce a participação das mulheres na vida econômica, social e política do nosso País. Cada vez mais, os negros ocupam o lugar que lhes é devido em um Brasil democrático. Assim como os povos indígenas, que reconquistam e consolidam a sua dignidade histórica.

A despeito dos avanços que nossas políticas públicas propiciaram, especialmente na esfera educacional, ainda há muito que fazer pelos jovens, importante segmento de nossa sociedade, a quem caberá, certamente, conduzir este País nas próximas décadas.

Em um mundo que busca caminhos para o convívio, espaços para o diálogo, para a coabitação do múltiplo e do diverso, o Brasil tem o que oferecer.

Nosso País pode ser uma voz e um exemplo autêntico e poderoso para o mundo na questão da diversidade.

Pode ajudar a mostrar que neste Planeta desigual, é possível avançar no sentido do entendimento, quando os interesses dos diferentes e, sobretudo, dos excluídos passam a integrar efetivamente a agenda nacional.

Senhoras e Senhores, fui reconduzido à Presidência da República pela vontade majoritária do povo brasileiro.

A realização do segundo turno deu mais nitidez à escolha, contrapondo projetos de País com contornos bem definidos e diferenciados.

O povo fez uma escolha consciente. Mais do que um homem, escolheu uma proposta, optou por um lado.

Não faltaram os que, do alto de seus preconceitos elitistas, tentaram desqualificar a opção popular como fruto da sedução que poderia exercer sobre ela o que chamavam de 'distribuição de migalhas'.

Os que assim pensam não conhecem e não entendem este País. Desconhecem o que é um povo sem feitores, capaz de expressar-se livremente.

O que distribuímos, e mais do que isso socializamos, foi cidadania.

Este povo constitui a verdadeira opinião pública do País que alguns pretenderam monopolizar.

Finalmente, quem tentou desqualificar a opção popular não foi capaz de valorar algo fundamental.

A vontade de mudança, que esteve reprimida por décadas, séculos, expressou-se pacificamente, democraticamente e esta manifestação contribuiu de modo notável para o fortalecimento das instituições.

O caminho da política exige paciência, concessões mútuas, compreensão do outro. Exige que sejamos capazes de levar ao extremo a prática da escuta. Pois só assim é possível sintonizar e harmonizar interesses.

Mas exige opções, alinhamentos.

Neste dia inaugural de meu novo mandato, não peço a ninguém que abandone suas convicções. Não desejo que a oposição deixe de cumprir o papel que dela esperam os que por ela livremente optaram.

Quero pedir-lhes, apenas, que olhemos mais para o que nos une do que para o que nos separa. Que concentremos o debate nos grandes desafios colocados para o nosso País e para o mundo. Que estejamos à altura do que necessita e deseja o nosso povo.

Só assim poderemos estar todos a serviço deste País que tanto amamos.

Eu, de minha parte, governarei para todos, sem olhar para cor, credo, opção ideológica ou partidária.

Mais que nunca, sou um homem de uma só causa. E esta causa se chama Brasil.

Minhas Senhoras, meus Senhores, reconheço que Deus tem sido generoso comigo. Mais do que mereço.

Eu pedi forças... e Deus me deu dificuldades para fazer-me forte.

Eu pedi sabedoria... e Deus me deu problemas para resolver.

Eu pedi prosperidade... e Deus me deu cérebro e músculos para trabalhar.

Eu pedi coragem... e Deus me deu perigos para superar.

Eu pedi amor... e Deus me deu pessoas com dificuldades para ajudar.

Eu pedi dádivas... e Deus me deu oportunidades.

Eu não recebi nada do que pedi, mas eu recebi tudo que precisava.

Muito obrigado. Boa Sorte. E Feliz Ano Novo para todo o povo brasileiro, para todos nós.”

ÚLTIMO PRONUNCIAMENTO (4)⁵¹

**Palácio do Planalto
Brasília, 23 de dezembro de 2010.**

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Dentro de poucos dias, deixo a presidência da república. Foram oito anos de luta, desafios e muitas conquistas. Mas, acima de tudo, de amor e de esperança no Brasil e no povo brasileiro. Com muita alegria, vou transmitir o cargo à companheira Dilma Rousseff, consagrada nas urnas em uma eleição livre, transparente e democrática. Um rito rotineiro neste País que já se firmou como uma das maiores democracias do mundo.

É profundamente simbólico que a faixa presidencial passe das mãos do primeiro operário presidente para as mãos da primeira mulher presidenta. Será um marco no belo caminho que nosso povo vem construindo para fazer do Brasil, se Deus quiser, um dos Países mais igualitários do mundo. País que já realizou parte do sonho dos seus filhos. Mas que pode e fará muito mais para que este sonho tenha a grandeza que o brasileiro quer e merece. Minhas amigas e meus amigos,

Hoje, cada brasileiro - e brasileira - acredita mais no seu País e em si mesmo. Trata-se de uma conquista coletiva de todos nós. Se algum mérito tive, foi o de haver semeado sonho e esperança. Meu sonho e minha esperança vêm das profundezas da alma popular - do berço pobre que tive e da certeza que, com luta, coragem e trabalho, a gente supera qualquer dificuldade. E quando uma pessoa do povo consegue vencer as dificuldades gigantescas que a vida lhe impõe, nada mais consegue aniquilar o seu sonho, nem sua capacidade de superar desafios. E, quando um País como o Brasil, cuja maior força está na alma e na energia popular, passa a acreditar em si mesmo, nada, absolutamente nada, detém sua marcha inexorável para a vitória.

Foi com esta energia no peito que nós, brasileiros e brasileiras, afugentamos a onda de fracasso que pairava sobre o País quando assumimos o governo. Agora, estamos provando ao mundo - e a nós mesmos - que o Brasil tem um encontro marcado com o sucesso.

Se governei bem, foi porque antes de me sentir presidente, me senti sempre um brasileiro comum que tinha que superar as suas dores, vencer os preconceitos e não fracassar. Se governei bem, foi porque antes de me sentir um chefe de Estado, me senti sempre um chefe de família, que sabia das dificuldades dos seus irmãos para colocar comida na mesa, para dar escola para seus filhos, para chegar em casa, todas as noites, a salvo dos perigos e da violência.

Se governamos bem, foi, principalmente, porque conseguimos nos livrar da maldição elitista que fazia com que os dirigentes políticos deste grande País governassem apenas para um terço da população e se esquecessem da maioria do seu povo, que parecia condenada à miséria e ao abandono eternos. Mostramos que é possível e necessário governar para todos - e quando isso se realiza o grande ganhador é o País.

Minhas amigas e meus amigos,

O Brasil venceu o desafio de crescer econômica e socialmente e provou que a melhor política de desenvolvimento é o combate à pobreza. Construímos, juntos, um projeto de nação baseado no desenvolvimento com inclusão social, na democracia com liberdade plena e na inserção soberana do Brasil no mundo. Fortalecemos a economia sem enfraquecer o social; ampliamos a participação popular sem ferir as instituições; diminuimos a desigualdade sem gerar conflito de classes; e

⁵¹ Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/leia-a-integra-do-ultimo-pronunciamento-oficial-de-lula-como-presidente-20101223.html>. Acesso em: 15/03/2011.

imprimimos uma nova dinâmica política, econômica e social ao País, sem comprometer uma sequer das liberdades democráticas.

Ao receber ajuda e apoio, o nosso povo deu uma resposta dinâmica e produtiva, trabalhando com entusiasmo e consumindo com responsabilidade, ajudando a formar uma das economias mais sólidas e um dos mercados internos mais vigorosos do mundo. Em suma: governo e sociedade trabalharam sempre juntos, com união, equilíbrio, participação e espírito democrático.

Minhas amigas e meus amigos,

O Brasil demonstra hoje sua pujança em obras e projetos que estão entre os maiores do mundo e vão mudar o curso da nossa história. Me refiro às obras das hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte; às refinarias de Pernambuco, Rio de Janeiro, Maranhão e Ceará; às estradas que vão abrir rotas inéditas e estratégicas, como as ligações com o Pacífico e o Caribe; e às ferrovias Norte-Sul, Transnordestina e Oeste-Leste, além do projeto, em licitação, do trem de alta velocidade, que vai ligar São Paulo ao Rio.

Também estamos fazendo os maiores investimentos mundiais no setor de petróleo, principalmente a partir da descoberta do pré-sal, que é o nosso passaporte para o futuro. Ele vai gerar milhões de empregos e uma riqueza que será, obrigatoriamente, aplicada no combate à pobreza, na saúde, na educação, na cultura, na ciência e tecnologia e na defesa do meio ambiente.

Estamos, ainda, realizando um dos maiores projetos de combate à seca do mundo: a transposição das águas do São Francisco, que irá matar a sede e diminuir a pobreza de milhões e milhões de nordestinos.

Ao mesmo tempo em que realiza grandes obras, o Brasil, acima de tudo, cuida das pessoas - em especial das pessoas mais pobres. Temos, hoje, os maiores e mais modernos programas de transferência de renda, segurança alimentar e assistência social do mundo. Entre eles, o Bolsa Família, que beneficia quase 13 milhões de famílias pobres e é aplaudido e imitado mundo afora.

Nosso modelo de governo também permitiu que o salário mínimo tivesse ganho real de 67% e a oferta de crédito alcançasse 48% do PIB em 2010, um recorde histórico. O investimento em agricultura familiar cresceu oito vezes e assentamos 600 mil famílias - metade de todos os assentamentos realizados no Brasil até hoje.

Com o Luz para Todos levamos energia elétrica a 2 milhões e 600 mil pequenas propriedades. E, através do Minha Casa Minha Vida, estamos construindo 1 milhão de moradias, e as famílias que recebem até 3 salários mínimos serão as mais beneficiadas.

Na área da saúde, tivemos vários avanços como o Samu, o Brasil Sorridente e as unidades de pronto atendimento, as UPAs, que estão sendo construídas Brasil afora.

Triplicamos o investimento em educação, elevando a qualidade do ensino em todos os níveis. Inauguramos 214 escolas técnicas federais, mais do que foi feito em 100 anos. E implantamos 14 novas universidades e 126 novas extensões universitárias em todas as regiões do País. O Prouni beneficiou 750 mil jovens de baixa renda, com bolsas universitárias. Meus amigos e minhas amigas,

Há muitos outros motivos que reforçam nossa confiança no futuro do Brasil. Temos quase 300 bilhões de dólares de reservas internacionais próprias - dez vezes mais do que tínhamos no início do nosso governo. Nossa taxa média anual de crescimento dobrou. Agora, em 2010, por exemplo, vamos ter um crescimento recorde de quase oito por cento - um dos maiores do mundo. E outras quatro grandes conquistas provam, com força simbólica e concreta, que nosso País mudou de patamar e também mudou de atitude. Geramos 15 milhões de empregos, um recorde histórico, e hoje começamos a viver um ciclo de pleno emprego. Promovemos a maior ascensão social de todos os tempos, retirando 28 milhões de pessoas da linha da pobreza e fazendo com que 36 milhões entrassem na classe média.

Zeramos nossa dívida com o Fundo Monetário Internacional e agora é o Brasil que empresta dinheiro ao FMI. E, ao mesmo tempo, reduzimos como nunca o desmatamento na Amazônia.

A minha maior felicidade é saber que vamos ampliar todas estas conquistas. Minha fé se alicerça em três fundamentos: as riquezas do Brasil, a força do seu povo e a competência da presidenta Dilma. Ela conhece, como ninguém, o que foi feito e como fazer mais e melhor. Tenho certeza de que Dilma será uma presidenta à altura deste novo Brasil, que respeita seu povo e é respeitado pelo mundo.

Este País que, depois de produzir seguidos espetáculos de crescimento e inclusão, vai sediar os dois maiores eventos do planeta: a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Este País que reduziu a desigualdade entre as pessoas e entre as regiões e vai seguir reduzindo-a muito mais. Este País que descobriu que não há maior conquista do que recuperar a auto-estima do seu povo. Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Quero encerrar com um pedido enfático e um agradecimento profundo.

Peço a todos que apóiem a nova presidenta, assim como me apoiaram em todos os momentos. Isso também significa cobrar, na hora certa, como vocês souberam me cobrar. A cobrança foi um estímulo para que a gente quisesse fazer sempre mais.

E o amor de vocês foi a minha grande energia e meu principal alimento. Agradeço a vocês por terem me ensinado muitas lições. E por terem me fortalecido nas horas difíceis e ampliado minha alegria nas horas alegres.

Saio do governo para viver a vida das ruas. Homem do povo que sempre fui, serei mais povo do que nunca, sem renegar o meu destino e jamais fugir à luta.

Não me perguntem sobre o meu futuro, porque vocês já me deram um grande presente. Perguntem, sim, pelo futuro do Brasil! E acreditem nele. Porque temos motivos de sobra para isso.

Minha felicidade estará sempre ligada à felicidade do meu povo. Onde houver um brasileiro sofrendo, quero estar espiritualmente ao seu lado. Onde houver uma mãe e um pai com desesperança quero que minha lembrança lhes traga um pouco de conforto. Onde houver um jovem que queira sonhar grande, peço-lhe que olhe a minha história e veja que na vida nada é impossível.

Vivi no coração do povo e nele quero continuar vivendo até o último dos meus dias. Mais que nunca, sou um homem de uma só causa e esta causa se chama Brasil!

Um feliz natal e próspero ano novo a todos vocês. E muito obrigado por tudo.
